



U LISBOA

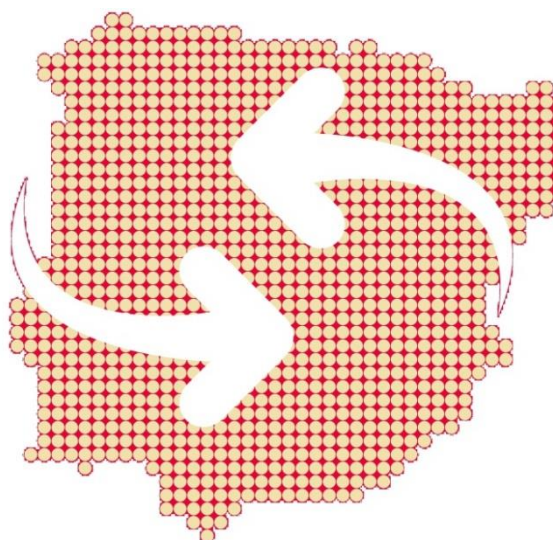
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Políticas de cooperação territorial: O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica

Alexandra Isabel Santos Correia Isidro



Orientador: Prof. Doutor Marcos Farias Ferreira

Coorientador: Prof. Doutor Valentín Cabero Diéguez

Relatório Profissional para obtenção de grau de Mestre em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa

2013

FRONTEIRA

*De um lado terra, doutro lado terra;
De um lado gente; doutro lado gente;
Lados e filhos desta mesma serra,
O mesmo céu os olha e os consente.*

*O mesmo beijo aqui; o mesmo beijo além;
Uivos iguais de cão ou de alcateia.
E a mesma lua lírica que vem
Corar meadas de uma velha teia.*

*Mas uma força que não tem razão,
Que não tem olhos, que não tem sentido,
Passa e reparte o coração
Do mais pequeno tojo adormecido.*

Miguel Torga (1944)

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	7
Resumo	8
Abstract	9
Índice de Quadros	10
Índice de Figuras	11
Lista de Abreviaturas	12
 Introdução	 13
Escolha do tema e relevância do percurso profissional	13
Objectivos e questões de investigação	15
Estrutura do Relatório e nota metodológica	17
 Parte I. Elementos para a análise da cooperação transfronteiriça numa Europa de fronteiras transparentes.....	 21
 1. Políticas do Território	 23
1.1. Fronteira, Território e Europeização	23
1.2. Política Regional Comunitária	27
1.3. Cooperação e coesão territorial na União Europeia	29
1.4. Cooperação Territorial Europeia: a vertente transfronteiriça	35
1.5. Perspectivas para a política de coesão e cooperação territorial: a estratégia 2020.....	40
 2. Cooperação Transfronteiriça na Raia Central Ibérica	 47
2.1. Breve caracterização das dinâmicas socioeconómicas e territoriais da Raia Central Ibérica.....	47
2.2. Trajectória da cooperação transfronteiriça luso-espanhola	54
2.2.1. A fronteira Portugal – Espanha	54
2.2.2. Cooperação luso-espanhola: o estímulo europeu	58
2.3. Programas Comunitários: impulso e impactos do PIC INTERREG III-A e do POCTEP.....	64

2.4. Perspectivas de cooperação na fronteira Portugal - Espanha no horizonte 2014-2020	73
Parte II. O caso do CEI no panorama da Cooperação: avaliação de um percurso	79
3. O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça	81
3.1. Génese: Eduardo Lourenço – Portugal, Espanha e Europa	81
3.2. Missão e objectivos.....	86
3.3. Estrutura e organização	90
4. Percurso e linhas estratégicas	98
4.1. Coordenadas de actuação	98
4.2. Treze anos de actividades de cooperação	102
4.3. Relatório Profissional – coordenação da estrutura local do CEI	103
5. Conclusão, avaliação e observações críticas	111
6. Bibliografia	121
7. Anexos	130

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Eduardo Lourenço, por ter lançado o desafio da criação do Centro de Estudos Ibéricos e pela inspiração e motivação constantes ao longo destes treze anos de “vida partilhada”.

Aos membros do Centro de Estudos Ibéricos, pela confiança que em mim depositaram para coordenar a estrutura local, missão que logo se converteu em paixão.

Ao Professor Doutor Marcos Farias Ferreira, por ter aceitado a orientação deste trabalho, pela valia dos seus comentários, sugestões e constante estímulo à reflexão crítica.

Ao Professor Doutor Valentín Cabero, verdadeiro emissário da cooperação luso espanhola, pelo conhecimento e paixão pela Raia Ibérica que soube transmitir como ninguém ao longo destes treze anos, e por ter aceitado a co-orientação deste trabalho.

À Professora Doutora Irene Tomé, da Universidade Nova de Lisboa, pelo incentivo à concretização deste trabalho, orientação em momentos de dúvida ou hesitação, e sobretudo, pela amizade.

À minha equipa e colaboradores o meu bem-haja pela dedicação e profissionalismo, pela partilha de aprendizagens, angústias e vitórias que provam que o valor da cooperação começa nas pessoas.

Agradeço e dedico este trabalho a quem me deu coragem e apoio para conseguir envolver-me neste projecto, que é também uma caminhada de reflexão, a minha família, a minha rede de apoio pessoal, mãe, pai, marido e filhos a quem agradeço por fazerem parte da minha vida, pois só sou quem sou graças a eles.

RESUMO

A fronteira terrestre entre Portugal e Espanha é uma das mais extensas, antigas e de maior estabilidade da Europa que se constituiu, durante séculos, como um obstáculo quase intransponível.

O efeito persistente da história e da geografia remeteram a raia ibérica para uma progressiva marginalização e as suas gentes para a diáspora. A integração de Portugal e Espanha no espaço económico e político europeu significou a abertura de um campo de oportunidades no âmbito da cooperação entre os territórios fronteiriços.

A Política Regional e de Coesão da União Europeia têm promovido o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas diminuindo as assimetrias regionais. Foi o estímulo europeu que permitiu a criação de um novo quadro de relacionamento entre os dois lados da fronteira, através da troca de experiências e da concretização de projetos comuns.

Tendo por mote o desafio do filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço para que a “mais lusitana das fronteiras” se convertesse “na mais ibérica e dialogante das terras” (Lourenço: 1999, p.58), o Centro de Estudos Ibéricos constituiu-se em 2001, na Guarda, como associação transfronteiriça.

Uma parceria que envolve as Universidades de Coimbra e de Salamanca, a Câmara Municipal da Guarda e o Instituto Politécnico da Guarda, tem dinamizado a cooperação entre territórios, instituições e agentes, de um lado e de outro da fronteira, promovendo iniciativas de desenvolvimento do território raiano.

Palavras-chave: *geopolítica, políticas de coesão, cooperação transfronteiriça, programa INTERREG IIIA, desenvolvimento local*

ABSTRACT

The borderland between Portugal and Spain is one of the most extensive, oldest and stable within Europe and has been consolidated, along centuries, as an almost insurmountable obstacle.

History and geography lasting effects have led the Iberian borderland to a progressive marginalization and its people to the diaspora. The integration of Portugal and Spain in the political and economic European space meant the opening of an opportunities field for the cooperation between frontier territories.

European Union regional and cohesion policy have been promoting the development of poorer regions, reducing regional asymmetries. Europe was the stimulus that led to the creation of a new framework for the relations between the two sides of the border, through the exchange of experiences and the accomplishment of common projects.

Following the challenge of the philosopher and essayist Eduardo Lourenço so that the “most Lusitanian border” should become “the most conversational and Iberian land” (1999:58), the Iberian Studies Center was founded in 2001 in the city of Guarda as a cross border association.

A partnership involving the Universities of Coimbra and Salamanca, the City Council of Guarda and the Polytechnic Institute of Guarda, has boosted cooperation between territories, institutions and agents from both sides of the border, carrying out initiatives that lead to the development of the border areas.

Key words: geopolitics, cohesion policies, cross border cooperation, INTERREG IIIA program, local development

ÍNDICE DE QUADROS

Quadros

	Pág.
1. Factores que promovem e entram a cooperação transfronteiriça.....	39
2. Orçamento proposto para 2014-2020.....	44
3. População Residente na Raia Central Ibérica (2001 e 2011).....	48
4. Nível de escolaridade na Raia Central Ibérica.....	49
5. Estrutura da população activa na Raia Central Ibérica.....	50
6. População activa e desempregada na Raia Central Ibérica (2011).....	50
7. Tendências demográficas, económicas e sociais da fronteira.....	51
8. Análise SWOT para as regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha.....	61
9. Relação dos subsídios atribuídos pela CMG e FEDER recebido pela CMG.....	94
10. Projectos do CEI aprovados no âmbito dos programas INTERREG IIIA e POCTEP (2002-2013).....	96
11. Projectos aprovados e financiamentos por parceiro.....	97
12. Orientações Comunitárias e linhas de actuação do CEI.....	100
13. Orientações das Políticas Nacionais e Regionais e linhas de actuação do CEI.....	101
14. CEI: iniciativas e participantes (2001-2012).....	103
15. Análise SWOT da actividade do CEI.....	115

ÍNDICE DE FIGURAS

Figuras

	Pág.
1. Política de Coesão para o período 2007-2013 em síntese.....	32
2. Os três pilares do conceito de coesão.....	33
3. Estrela da Coesão Territorial.....	34
4. Proposta de orçamento da EU para 2014 – 2020.....	41
5. Simulação da elegibilidade nas regiões da União Europeia.....	43
6. As NUTS III da Iniciativa NTERREG I – A Portugal-Espanha.....	65
7. Regiões elegíveis para a Cooperação Transfronteiriça (FEDER) – 2007-2013	69
8. Estrutura organizativa do Centro de Estudos Ibéricos.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS

AECT – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial
ARFE – Associação das Regiões Fronteiriças da Europa
BIN – Beira Interior Norte
BIS – Beira Interior Sul
CB – Cova da Beira
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CE – Comissão Europeia
CECICN - Conferência Europeia de Redes Interregionais e Transfronteiriças de Cidades
CEI – Centro de Estudos Ibéricos
CMG – Câmara Municipal da Guarda
CR – Comité das Regiões
DGDR – Direcção Geral do Desenvolvimento Regional
EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
ESPON - European Observation Network for Territorial Development and Cohesion
EU – European Union
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE – Fundo Social Europeu
IFDR – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPG – Instituto Politécnico da Guarda
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PIC - Programa de Iniciativa Comunitária
POCTEP – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal
PRC – Política Regional Comunitária
QEC – Quadro Estratégico Comum
RIET – Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças
UC – Universidade de Coimbra
USAL – Universidade de Salamanca

INTRODUÇÃO

Escolha do tema e relevância do percurso profissional

O presente Relatório Profissional teve como ponto de partida uma forte motivação pessoal para investir na formação pós-graduada, como complemento à Licenciatura em Relações Internacionais - obtida no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa em 1994 - e ao percurso profissional nas áreas de Relações Internacionais e da Administração Pública.

A candidata ao título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas coordena a associação transfronteiriça Centro de Estudos Ibéricos e dirige a Divisão da Cultura do Município da Guarda desde 2005. Iniciou a actividade profissional em Macau na Direcção dos Serviços de Turismo (1995 – 1999), tendo coordenado a Autoridade de Acreditação do Gabinete para a Coordenação da Cerimónia de Transferência de Poderes de Macau (1999-2000)¹.

Este Relatório enquadra-se nas disposições previstas no Regulamento Geral dos Cursos do 2º ciclo de estudos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) designadamente o nº 2 alínea b) do artigo 11.º, que estipula que os candidatos que “tenham obtido o grau de licenciado em ciclos de estudos anteriores à entrada em vigor do Processo de Bolonha, são admitidos à apresentação da dissertação (...) no caso de terem mais de 5 anos de experiência profissional relevante”, e podem optar por apresentar “um relatório sobre a sua atividade profissional que será objeto de prova pública, nos termos a definir pelo Conselho Científico.”

Face ao que precede, e sendo a candidata detentora de mais de quinze anos de experiência profissional, nomeadamente mais de seis anos como Dirigente da Administração Local e coordenadora de uma associação transfronteiriça, propõe-se elaborar um relatório profissional nos termos do nº 1 do Artigo 23.º do referido Regulamento, ou seja, "um relatório detalhado sobre a actividade profissional desenvolvida e o tipo de competências adquiridas".

Atenta ao percurso e experiência profissional adquiridos entendeu a candidata ser pertinente a abordagem à temática das políticas de cooperação territorial e da cooperação

¹ Cf. *Curriculum Vitae* em anexo

transfronteiriça em particular, dada a sua importância na agenda da União Europeia, e a sua aplicação concreta ao território da Raia Central Ibérica.

Por conseguinte, este relatório profissional tem como tema “Políticas de Cooperação Territorial - O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica”. Procurar-se-á neste Relatório descrever as funções desempenhadas e as competências adquiridas enquanto Coordenadora da estrutura local do Centro de Estudos Ibéricos, analisando criticamente a actuação desta associação e o impacto da mesma no território, examinando forças e fraquezas, oportunidades e desafios, bem como antecipando cenários e perscrutando novas coordenadas de actuação. Paralelamente, procurar-se-á conjugar a abordagem prática com a abordagem teórico conceptual à realidade transfronteiriça e à aplicação das políticas públicas comunitárias de cooperação.

Efectivamente, o contacto directo e a aplicação prática de Programas Comunitários de Cooperação Transfronteiriça, nomeadamente do PIC INTERREG IIIA e do POCTEP, permitiram à candidata uma melhor percepção da realidade transfronteiriça e da aplicação concreta das políticas públicas comunitárias de cooperação.

Ciente da especificidade desta modalidade de dissertação, que obedece a um formato específico na sua elaboração na medida em que privilegia a descrição detalhada das funções desempenhadas, entendeu a candidata ir um pouco além desta descrição, conjugando os enquadramentos teóricos e conceptuais que balizam a cooperação transfronteiriça e as políticas de cooperação e coesão territorial da União Europeia com a análise empírica do estudo de caso do Centro de Estudos Ibéricos.

Assim, neste Relatório, e como enquadramento geral da actividade profissional, procurará dar-se relevo à conceptualização teórica, aliando-a à perspectiva da sua operacionalidade e efectividade prática. Face ao que precede, este relatório profissional procurará utilizar a literatura relevante sobre esta temática para, de um ponto de vista prático, discutir a relevância da cooperação transfronteiriça para o próprio processo de construção e consolidação de uma Europa “sem fronteiras” ou de “fronteiras transparentes”.

Objectivos e questões de investigação

Pretende-se neste Relatório conjugar a experiência profissional da candidata enquanto Coordenadora da estrutura local do Centro de Estudos Ibéricos, com uma abordagem mais ampla às políticas de cooperação territorial, particularmente na vertente transfronteiriça.

A formulação da hipótese inicial “*As iniciativas de cooperação transfronteiriça constituem, ou não, uma mais-valia para os territórios de fronteira*” foi determinante para a definição das linhas de investigação que permitissem ir de encontro aos objectivos propostos e, consequentemente, para a própria estruturação do Relatório.

Esta questão de partida conduziu a várias questões subsequentes, às quais o Relatório visa dar resposta: (i) *Haverá reais impactos e vantagens nas iniciativas de cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica?* (ii) *Em que medida estas iniciativas contribuem para a coesão territorial na União Europeia?* (iii) *Contribuirá o Centro de Estudos Ibéricos para qualificação do território raiano?* (iv) *Que impactos resultam das actividades desenvolvidas no âmbito da cooperação transfronteiriça?*

Por fronteira entende-se, em geral, o limite do território de um Estado, podendo também aplicar-se à área que separa duas regiões ou duas entidades. Cavaco (1995:271) refere que “as fronteiras podem ser limite, barreira e linha de separação política, mas também zona de contacto, encontro e de possível e desejável cooperação, conjugando interesses, esforços e estratégias de desenvolvimento e integração, nomeadamente transnacional, inter-regional e inter-local”.

A fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, fixada nas linhas gerais quando terminou a reconquista, é o mais antigo limite político da Europa, perdurando há sete séculos com essa função (Ribeiro:1987), tendo-se constituído como um obstáculo quase intransponível, ignorando-se que de ambos os lados existia uma cultura com raízes comuns, assim como interesses e valores semelhantes.

Os territórios de raia são zonas de convergência, de complementaridade e de relações de cooperação mas “singularizam-se” pela perifericidade, isolamento, afastamento face aos poderes centrais e pela desvitalização do tecido económico e social, o que levou alguns autores a designar esta extensa área como *a fronteira do subdesenvolvimento* (Pintado e Barrenechea: 1974).

A preocupação com o desenvolvimento da fronteira luso-espanhola só se colocou com a entrada dos dois países ibéricos na Comunidade Europeia em 1986, consubstanciando-se a oportunidade de consolidar as relações inter-regionais e transfronteiriças e contribuindo para uma maior afinidade e relacionamento entre as “zonas da raia”.

O impacto desta europeização, traduzida em novos enquadramentos legais e institucionais, foi bem visível ao longo das últimas décadas, demonstrando a relevância que os Estados-membros da União reconhecem à organização do espaço europeu e à política de desenvolvimento territorial.

O princípio da coesão económica e social, incorporado no Acto Único Europeu e o conceito de coesão territorial, politicamente assumido pela UE no Tratado de Lisboa (2007) como terceiro pilar da Política de Coesão, têm vindo a desempenhar um papel crucial na convergência real dos Estados e regiões da Europa. É nesta perspectiva que a Comissão Europeia tem impulsionado a criação de programas de âmbito transfronteiriço como o INTERREG. Estas iniciativas surgiram na sequência do reconhecimento, pelas instâncias comunitárias e pelos Estados-Membros, da necessidade de encontrar mecanismos que permitissem “acelerar a integração das zonas fronteiriças internas num mercado único e reduzir o isolamento das zonas fronteiriças existentes, no interesse das populações locais” (DGDR: 2003).

De acordo com Cabero Diéguez (2004:45), “o modelo europeu constitui o quadro natural para as relações interpeninsulares que, por sua vez, enquadrados nos processos de globalização, converterão a Península Ibérica num sub-mercado regional europeu”.

A região da Raia Central Ibérica caracteriza-se por uma certa marginalidade, extensão e heterogeneidade, tanto geográfica como física e sócio-económica, tendo conhecido dificuldades acrescidas ao seu desenvolvimento. Historicamente afastada dos centros de decisão política, com comunicações deficientes e barreiras jurídicas e culturais, esta região fronteiriça tem enfrentado problemas estruturais e sérios obstáculos para o desenvolvimento.

Destinado a financiar estruturas, equipamentos e acções especificamente transfronteiriças, o PIC INTERREG veio a desempenhar um papel chave na região raiana, não só como catalisador do espírito de cooperação transfronteiriça enquanto veículo de desenvolvimento, mas também como instrumento de promoção e suporte das acções concretas que lhe dão corpo.

Efectivamente, desde o início dos anos 90 os territórios e actores dos dois lados da fronteira desenvolveram processos activos de cooperação transfronteiriça, que têm vindo a contribuir para o esbatimento do efeito de fronteira que a história foi impondo ao longo de séculos.

Exemplo destas iniciativas de cooperação é o Centro de Estudos Ibéricos, fruto da parceria entre a Universidade de Salamanca, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal da Guarda e o Instituto Politécnico da Guarda, que congrega uma rede de investigadores comprometidos com os processos de qualificação dos territórios que valorizem as pessoas e os recursos dos espaços fronteiriços.

Constituído formalmente em Maio de 2001 como associação transfronteiriça sem fins lucrativos, o Centro de Estudos Ibéricos assenta numa parceria vocacionada para a cooperação territorial, tendo como preocupação e centro privilegiado de actuação o território fronteiriço da Raia Central Ibérica. As quatro instituições que integram o CEI acordaram na promoção, divulgação e coordenação da reflexão, estudo, investigação e ensino de temas comuns e afins a Portugal e Espanha, com especial incidência na região transfronteiriça.

O presente Relatório pretende pois demonstrar a importância crescente da cooperação territorial para a região da Raia Central Ibérica e o papel que o CEI tem desempenhado na dinamização de iniciativas de cooperação. Através de exemplos concretos, procurará demonstrar-se a avaliação positiva do percurso do CEI, os impactos na região onde se insere, a sua contribuição para o esbatimento dos efeitos nefastos da fronteira e, globalmente, que as iniciativas de cooperação transfronteiriça constituem de facto uma mais-valia para os territórios de fronteira.

Estrutura do Relatório e nota metodológica

O Relatório Profissional começa por fornecer um enquadramento genérico do seu objecto, mas também as motivações subjacentes à sua delimitação, decorrentes da experiência profissional da candidata e a natureza específica desta modalidade de dissertação, que parte de um enquadramento teórico enquanto base para a descrição da actividade profissional que é o cerne do presente trabalho.

Assim, a metodologia utilizada conjuga o enquadramento teórico e conceptual e o estudo de caso, uma investigação empírica, de cariz descritivo, mas também de alcance analítico (Yin:1994), que constitui a base do Relatório.

Partindo do plano macro das políticas territoriais e de coesão da União Europeia, através de uma análise dos seus fundamentos e objectivos, procurar-se-á, através de uma abordagem transversal e pluridisciplinar, focalizar na cooperação transfronteiriça, os seus processos e mecanismos e a aplicação concreta destas políticas no território.

Apesar de a estrutura do Relatório não contemplar a fórmula clássica de definição do problema, objectivos e hipóteses e processos de investigação, não pôde deixar de se iniciar o trabalho com a formulação de uma questão de partida, como já foi referido: *As iniciativas de cooperação transfronteiriça constituem uma mais-valia para os territórios de fronteira.*

A formulação desta questão inicial e as questões subsequentes conduziram à divisão do relatório em duas partes, a primeira de carácter conceptual e reflexivo, e a segunda de carácter empírico: (i) Elementos para a análise da cooperação transfronteiriça numa Europa de fronteiras transparentes (ii) O caso do CEI no panorama da cooperação – avaliação de um percurso.

Procurando uma resposta às questões apresentadas, inicia-se o trabalho com uma revisão de literatura sobre a temática da fronteira e território, a cooperação transfronteiriça e as políticas de coesão e cooperação territorial na União Europeia. Analisam-se os instrumentos de financiamento e a contribuição do programa INTERREG IIIA para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade da raia ibérica. Conclui-se esta parte com a análise da Estratégia 2020 e as perspetivas de futuro das políticas de cooperação transfronteiriça.

A segunda parte “O caso do CEI no panorama da cooperação – avaliação de um percurso” contempla o estudo de caso propriamente dito, que se desenvolve de forma empírica e holística: partindo do desafio de Eduardo Lourenço para que a mais lusitana das fronteiras se convertesse na mais ibérica e dialogante das terras (Lourenço:1999), apresenta-se o historial do Centro de Estudos Ibéricos, sua missão e objectivos, procurando uma avaliação dos impactos na região raiana. Paralelamente, analisam-se o desenvolvimento profissional e a relevância da prática profissional, conhecimentos e competências adquiridas. Alguns exemplos profissionais relevantes visam demonstrar a questão de partida, colocados em perspectiva e à luz da literatura existente sobre o tema.

A conclusão procurará um balanço crítico, conjugando a perspectiva pública e institucional com o percurso profissional.

Sendo o relatório profissional, por definição, orientado para uma dimensão prática do objecto de estudo, procurar-se-á ao longo dos vários capítulos, elaborar conclusões parcelares que permitam fazer a ligação entre o quadro teórico, a prática relevante das actividades desempenhadas e a dimensão crítica relativa à cooperação transfronteiriça.

PARTE I.

ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NUMA EUROPA DE FRONTEIRAS TRANSPARENTES

1. POLÍTICAS DO TERRITÓRIO

1.1. Fronteira, Território e Europeização

Cada território da Europa corresponde a um espaço de organização e funcionalidade diversificadas, com especificidades geográficas que o caracteriza e identifica face à globalidade. O espaço geográfico representa a base que circunscreve os recursos internos à região, que lhe atribui um valor social e cultural, inclusive dos seus atributos diferenciadores.

Um território, de acordo com as potencialidades endógenas ao nível dos recursos materiais e humanos, comporta um vasto leque de dinâmicas sociais de diferentes representatividades.

Neste sentido, não é desmedido dizer-se que são os recursos do território que viabilizam as suas dinâmicas, quando potenciadas com a participação das populações e vinculadas a um quadro de necessidades sentidas e reais. As dinâmicas territoriais, ao serem veiculadas numa política desenvolvimentista, fundamentam-se em realidades precisas, em conjugação geográfica com a capacidade de recursos dominantes e as perspectivas de acção.

Por fronteira entende-se, em geral, o limite do território de um Estado, mas esse conceito aplica-se também à área que separa duas regiões ou duas entidades. No reforço do seu poder militar frente aos outros países, os Estados construíram praças-fortes fronteiras; mais tarde estabeleceram-se, por tratados, as linhas separatrizes, permitindo uma maior segurança nesses espaços de transição (Ferreira: 1998).

O conceito de Fronteira teve grande desenvolvimento sobretudo na Geografia Histórica onde assume 3 sentidos bem distintos. (i) Faixa de terreno que acompanha a linha de demarcação de um Estado, a "terra de ninguém", a raia, a faixa raiana. Qual a largura desta faixa é o problema que decorre de imediato desta definição. (ii) Linha de demarcação, limite de um Estado ou de uma região, ou seja, um contorno, uma linha separatória. (iii) Barreira defensiva construída para assegurar a protecção de um Estado, de uma região ou cidade, logo uma construção ou um conjunto de construções, uma linha de fortalezas.

Para Ratzel, um dos fundadores da Geografia Política moderna, as fronteiras eram entendidas como "o órgão periférico do Estado, o suporte do seu crescimento e da sua

fortaleza, que participa em todas as transformações do organismo do Estado.” (1896 [1969: 23]).

Segundo Marchueta (2002:26), a fronteira, “enquanto significado de limite ou delimitação concreta de um determinado espaço territorial, terá surgido, historicamente, da necessidade dos homens estabelecerem, definirem e resolverem os seus direitos de propriedade. Com o passar dos tempos, esta ideia transferiu-se para os planos político, jurídico e institucional de comunidades mais amplas territorializadas, interpretada como domínio do totem, do soberano e do estado, havendo assim uma transposição do direito privado para o direito público das relações inter-estaduais”.

Na mesma linha, López Trigal (2013: 151) define a Fronteira como um limite territorial com diferentes sentidos: (i) no âmbito geográfico, a fronteira é uma marca no território, uma descontinuidade e divisão do espaço de origem político, produto de uma evolução histórica e da organização do poder por parte das sociedades; (ii) num sentido jurídico, a fronteira é uma linha artificial reconhecida, com uma delimitação simétrica e controlada de competências e aplicação de leis que separa e demarca territórios de entidades políticas, resultado de negociações e tratados internacionais celebrados ao longo do tempo; (iii) num sentido económico, a fronteira pode ser entendida como área de influência, mercantil ou de um serviço central.

Na época moderna e contemporânea, a fronteira acompanhará o aparecimento dos Estados Nação, estendendo-se mais tarde às colónias e aos novos Estados a partir do Século XIX. Reconhece-se assim como limite do controlo efectivo exercido por um Estado, que separa uma unidade política territorial e administrativa de outra vizinha ou próxima, entendida como linha ou como região ou zona na qual o Estado acumula os seus elementos de força para fazer frente à pressão militar, demográfica ou económica de um Estado vizinho.

No campo simbólico, a fronteira marca a identidade e universos culturais diferentes, “delimitando – como sublinha Douglass (1994:43) – de forma ostensiva e precisa onde termina uma cultura nacional e onde começa outra”.

Raffestin (1993:15) acrescenta que “a fronteira não tem somente um fundamento biológico, mas ainda e sobretudo um fundamento social”. Produto da História, a fronteira foi sendo sacralizada pelo papel que desempenhou na definição da colectividade e do Estado-Nação; o território é o corpo da nação e por isso a defesa das fronteiras foi levada até ao limite pelos nacionais de cada Estado. (Carou:2001)

A fronteira é, sem dúvida, uma construção do espírito, cuja realidade geográfica intrínseca é de pouca importância mas em que as consequências geográficas têm um grande significado. Seja qual for a origem de uma fronteira, esta exerce uma função de controlo sobre os fluxos entre duas entidades políticas independentes e ajuda a criar uma organização territorial singular na franja fronteira. Por outras palavras, a fronteira é um instrumento geográfico de diferenciação e, por consequência, de organização do espaço. (Guichonnet, 1974)

Efectivamente, do ponto de vista geográfico e político as fronteiras sempre foram vistas como barreiras, impedindo ou dificultando os movimentos de pessoas e bens. As fronteiras podem afectar negativamente as economias regionais “dividindo as áreas de influência, aumentando os custos de transacção, impondo custos alfandegários, barreiras linguísticas, criando potenciais conflitos políticos e militares, transformando-as em regiões periféricas tanto do ponto de vista geográfico como económico” (Anderson e O'Dwod, 1999:597); efectivamente, desiguais níveis de preços sempre estimularam o comércio transfronteiriço entre Portugal e a Espanha, mesmo quando as relações políticas entre os dois países não o favoreciam. (Gaspar:1996)

A fronteira gerou condicionalismos na geografia de determinados espaços, em termos sectoriais: sociais, institucionais e de desenvolvimento. Tendo em referência os factores de causa e efeito, Cavaco (1995: 271) menciona que “as fronteiras podem ser limite, barreira e linha de separação política, mas também zona de contacto, encontro e, de possível e desejável cooperação, conjugando interesses, esforços e estratégias de desenvolvimento e integração, nomeadamente transnacional, inter-regional e interlocal”.

Nos espaços fronteiros funcionam sempre efeitos de "sinapse" (rupturas, mudanças e substituições) cuja intensidade depende do nível das diferenças existente entre as duas áreas separadas; aproveitam benefícios da sua situação, usufruindo das vantagens oferecidas de ambos os lados da linha divisória mas os movimentos migratórios gerados são, na maioria das vezes, dissimétricos e segregativos; sofrem o choque da concorrência e os efeitos da falta da coordenação dos programas regionais e das legislações; têm poder de compra muito diferenciado e são muito sensíveis à instabilidade socioeconómica. Foram feitos para separar mas também para harmonizar, tendo, por isso, um papel de charneira.

Por estas razões, os territórios de fronteira caracterizam-se por zonas de convergência, de complementaridade, de relações de cooperação e singularizam-se pelo carácter periférico,

pelo isolamento e êxodo, pelo afastamento face aos poderes centrais e pelo atraso de desenvolvimento que reflecte a desvitalização do tecido económico e social.

Na União Europeia as regiões de fronteira cobrem 60% do território, abrangendo cerca de 40% da população (Medeiros: 2009). A construção europeia e o processo de europeização têm levado à criação do mito da “Europa sem Fronteiras”, ao pretender retirar significado às fronteiras, apesar da carga simbólica do conceito para a soberania do Estado-Nação.

Efectivamente, a União Europeia constitui o primeiro e o mais fiel exemplo de um grande espaço institucionalizado, cujo processo de integração dos respectivos Estados-Membros tem conduzido ao tendencial desaparecimento consentido das fronteiras físicas nacionais, funcionando estas mais como meras linhas de referência administrativa ou de definição de um espaço linguístico próprio e cultural específico, do que como limite das políticas soberanas dos Estados (Marchueta: 2002)

Este processo progressivo de alteração das fronteiras político-administrativas teve em vista a livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias sob os auspícios do Mercado Único Europeu. Na nova Europa passou a lutar-se por uma “Europa sem fronteiras” e, ao mesmo tempo, por uma “Europa das Regiões”, multiétnica e multicultural (Ratti:1993). Estes objectivos, aparentemente contraditórios, são hoje assumidos como factores de cooperação e competitividade vitais para a própria identidade europeia. O processo de construção europeia assenta num debate fundamental acerca da natureza e papel das fronteiras. A transição de uma Europa das nações para uma comunidade europeia de cariz federativo envolve, mais do que a abolição das fronteiras, a transição do conceito de uma fronteira enquanto “separação” para o conceito de fronteira enquanto “zona de contato”.

Toda a filosofia do filtro alfandegário desenvolvida à luz do conceito de Estado soberano e nacional, transfere o seu acento tónico para a fronteira integradora da União, uma tendência que se irá consolidando à medida que o carácter político da União se afirma, sem que nesta data seja possível prognosticar sobre o modelo final. De acordo com Moreira (2002:6), vivemos num período da nossa história em que “o Estado soberano se vê afectado no próprio cerne das suas competências e legitimidade, confrontado com as múltiplas territorialidades a quem quer fazer face, com a diversificação de identidades e de forças rebeldes, e com uma mobilidade que põe em causa os princípios que o fundaram” .

O conceito da Europa sem Fronteiras e a sua aceitação como bandeira de uma ainda insipiente cidadania europeia é bem revelador do processo de europeização enquanto

exportação de valores, em várias dimensões: dimensão geopolítica, dimensão externa, dimensão institucional, dimensão governamental e dimensão política (Olsen:2007). Entendida como o impacto progressivo da União Europeia em actores nacionais e sub-nacionais, estruturas legais e processos de elaboração política na Europa, a *europeização* implica que os diferentes Estados-Membros se devem adaptar a estes impactos, seja numa perspectiva vertical – de carácter hierárquico obrigatório – ou horizontal – através da convergência política sem imposição.

Paralelamente encontram-se outros dualismos: (i) um dualismo entre uma “Europa sem Fronteiras” (a oeste) e uma “Europa em demanda de fronteiras” (a leste) e (ii) um dualismo entre a necessidade de aprofundar o processo de integração europeia (garantindo a eficiência do mercado interno) e os crescentes imperativos impostos pela necessidade de protecção e segurança.

Apesar destas aparentes contradições, a verdade é que, ao longo do tempo, a atuação directa da União Europeia em relação à fronteira e às regiões fronteiriças tem sido bastante intensa, no sentido de procurar sustentadamente a promoção da integração territorial ao nível transfronteiriço, de modo a que a fronteira deixe de ser um obstáculo em relação ao mercado e ao entendimento pacífico entre comunidades. (Caramelo:2007)

1.2. Política Regional Comunitária

A necessidade de “reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso através da redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas” esteve presente, desde o início, na ideia dos estados signatários do tratado de Roma (1957). Ainda que a necessidade de uma Política Regional estivesse referida no Preâmbulo deste Tratado, foi com a entrada do Reino Unido e da Irlanda que se começou a considerar seriamente o problema regional e a necessidade de criar instituições que o abordassem.

Cuadrado-Rosa e Navarro (2005) sintetizam a evolução da política regional comunitária em três grandes períodos: (i) 1957-1974; (ii) 1975-1987 e (iii) 1988-2006:

No período entre a assinatura do Tratado de Roma e o relançamento da PRC, devido à primeira ampliação da comunidade, verifica-se que o Tratado de Roma não previa política regional, mas unicamente mecanismos de solidariedade, sob a forma de dois fundos estruturais: O Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia

Agrícola (FEOGA) – secção orientação. A comunidade não dispunha de instrumentos para desenvolver uma PRC própria, sendo da competência dos EM o desenvolvimento das suas políticas. Há, todavia, a registrar a informação da Comissão ao Conselho sobre os Problemas Regionais (1965), a criação da Direcção Geral de Política Regional (1967) e o relatório Thompson (1973), que constitui a primeira análise oficial sobre a problemática regional.

O segundo período inicia-se com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em 1975. Porém, este fundo teve dotações modestas, o que comprometeu a execução da política regional até o Acto Único Europeu (1986), onde se fez da coesão económica e social uma nova competência da Comunidade (artigos 158 a 162 CE) tendo sido fixado os objectivos e os meios.

A verdadeira consolidação da PRC ocorreu após 1987, tendo-se registado sucessivas reformas dos fundos estruturais: (Regulamento (CE) 2052/88; Regulamento (CE) 4253/88; Regulamento (CE) 2081/93 e Regulamento (CE) 2082/93), reforço das dotações orçamentais (“pacote Delors”, 1988; “pacote Delors II”;1992) e ainda a instituição de um novo fundo estrutural, o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP), em 1993, e o surgimento do Fundo de Coesão, em 1994. Pode-se destacar, ainda, a criação do Comité das Regiões, um órgão consultivo do Conselho, constituído por representantes das regiões (1994).

A Política Regional Comunitária passava a ter por objectivos não apenas a redução das desigualdades regionais em termos de rendimento, mas também a convergência real, tendo-se tornado relevantes as questões relativas à competitividade, qualificação dos recursos humanos e ao desenvolvimento sustentável. Foi acompanhada de reforço financeiro e começaram a revelar-se as preocupações inerentes ao acompanhamento e avaliação das acções implementadas.

Os fundos estruturais comunitários conheceram uma nova reforma em 1999 (Regulamento (CE) 1260/99), com vista a uma maior eficácia na redução das disparidades dos níveis de desenvolvimento e na promoção da coesão económica e social na União. Esta reforma, induzida pela “Agenda 2000”, procurou melhorar a eficiência das intervenções estruturais comunitárias, reforçando a concentração das ajudas e dos montantes financeiros, propondo uma repartição mais clara das responsabilidades, descentralizando mais a sua gestão e simplificando o seu funcionamento, através da redução do número de objetivos prioritários de intervenção que passaram dos primeiros seis para três, prioritários: objectivo 1: auxílio às

regiões com atraso de desenvolvimento; objetivo 2: relançamento das regiões em reconversão; objetivo 3: apoio às políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego.

A Comissão Europeia definia em 2001 a política regional europeia como “uma política de solidariedade, através da qual a União Europeia contribui para a recuperação das regiões com atrasos de desenvolvimento, para a reconversão das zonas industriais em dificuldades, para a diversificação das zonas rurais em declínio ou ainda para a regeneração dos bairros desfavorecidos” (CE, 2001).

O alargamento da União Europeia a 25 e depois a 27 veio alterar o contexto socioeconómico da União, tornando necessário o lançamento de uma nova estratégia política e uma reforma dos instrumentos de aplicação: uma maior concentração, por meio de uma abordagem mais estratégica que reforce as prioridades da união, quer em nível geográfico quer temático; uma simplificação pela redução do número de regulamentos, menos objetivos e menos fundos; uma gestão financeira mais flexível, entre outros; e ainda uma menor descentralização, destacando-se aqui o papel das regiões e dos agentes locais. Em termos comparativos com o período anterior, os objetivos e instrumentos propostos pela Comissão em matéria de Coesão passam a três: Convergência, Competitividade regional e emprego e Cooperação territorial europeia, concentrando-se os instrumentos nos dois Fundos Estruturais (FEDER e FSE) e no Fundo de Coesão.

Como sintetiza Marques (2006:389), esta nova “política de coesão focaliza-se especialmente nas prioridades das Estratégias de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade), e de Gotemburgo (ambiente, desenvolvimento sustentável), o que significa uma combinação entre os objectivos de redistribuição (visando expressamente a coesão) e objectivos de eficiência (visando a competitividade, o crescimento e a protecção do ambiente)”. Procura-se, então, um reforço da coesão pelo aumento da competitividade das áreas menos desenvolvidas (realçando-se a nova perspectiva de coesão, a ultrapassar a visão assente apenas nos tradicionais mecanismos de redistribuição do rendimento) e fazendo “da competitividade um elemento de coesão”.

1.3. Cooperação e Coesão Territorial na União Europeia

A Política Regional e de Coesão visa a promoção do desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas da UE de forma a suprimir ou diminuir, tanto quanto possível, as assimetrias

regionais, em processo sustentado, com forte incidência na valorização das questões ambientais.

O Tratado da União Europeia, em vigor desde 1993, estabelece a coesão enquanto objectivo principal, no qual foram instituídos Tratados, como a União Económica e Monetária, o Mercado Único e onde se previa a criação do Fundo de Coesão (CE:2001). De associação directa ou indirecta, a organização do espaço e a política de desenvolvimento territorial europeu têm merecido crescente atenção, demonstrando a relevância que os Estados-membros da União reconhecem no processo de aprofundamento da integração Europeia.

Efectivamente, a ideologia da política regional comunitária na construção de uma Europa coesa, fundamentada no pilar da coesão económica e social, constitui um processo de directiva único, aplicável à escala da União, adoptado por estratégias metodológicas regionais e comunitárias.

A política regional da UE é um dos principais instrumentos de solidariedade entre os europeus, ajudando a criar postos de trabalho e a promover o desenvolvimento económico nas regiões mais desfavorecidas. Estes desafios constantes da União têm vindo a ser pautados pelo combate às assimetrias económicas regionais. Em concreto, o princípio da coesão económica e social, incorporado no Acto Único Europeu, tem vindo a desempenhar um papel crucial na convergência real dos Estados e regiões da Europa. Por isso, a realização perene da coesão entre os Estados-membros tem sido projectada, transversalmente, com os fundos estruturais, nomeadamente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), instituído em 1975 que, pela supremacia, se apresenta como o principal instrumento financeiro dos programas regionais e sectoriais, entre outros financiamentos, como o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola de secção Orientação (FEOGA-O), ambos instituídos em 1958, bem como do Banco Europeu de Investimentos e dos instrumentos financeiros preexistentes.

Nesta perspectiva crê-se que a coesão económica e social tem superado a ideia de ser uma mera política de transferência de fundos, apresentando-se numa verdadeira expressão do princípio de solidariedade que contribui, determinantemente, para que os benefícios da integração económica possam ser difundidos, com harmonia, em todo o território da União. Na perspectiva de alcançar uma balança equilibrada e equitativa de desenvolvimento no seio dos Estados-membros, foi instituído um “Fundo especial de solidariedade”, o Fundo de Coesão, que visava apoiar os quatro Estados-membros menos desenvolvidos (Grécia,

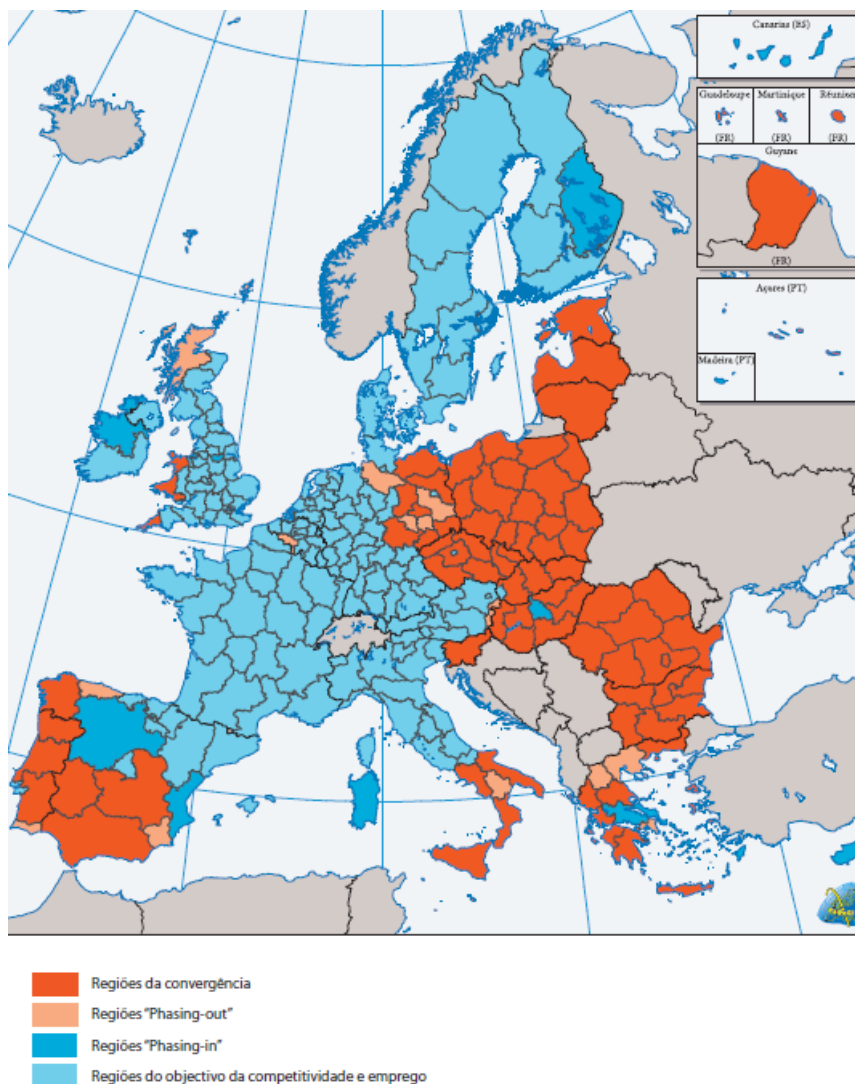
Irlanda, Portugal e Espanha), proporcionando-lhes programas estruturais comunitários que implementassem melhorias na situação económica e social.

Os programas de desenvolvimento regional, estruturados no âmbito comunitário, são definidos por cada Estado-membro, em colaboração com a Comissão Europeia e mobilizam estratégias de desenvolvimento para serem implementadas através de acordos, denominados programas operacionais (Comissão Europeia, 2000). O que se pretende, segundo a lógica de acção da UE, é criar mecanismos diferenciados e adaptados a cada realidade do Estado-membro, da nação e da região. Tendo em vista o objectivo permanente de construção da UE, com bases político-económicas e para um funcionamento justo e coerente, criaram-se, sucessivamente, instrumentos a aplicar nos domínios do desenvolvimento rural, turismo, ambiente, entre outros.

Mas se o Acto Único Europeu abriu caminho a uma política regional da UE com marcada vertente económica e social, conseguida através de uma mais adequada e eficaz articulação dos fundos estruturais, com o passar do tempo esta política foi sendo redesenhada. Inicialmente, a sua concretização na procura da diminuição das assimetrias regionais efectuava-se com base numa distribuição equitativa dos fundos comunitários, procurando dotar as regiões menos desenvolvidas de um conjunto de infraestruturas e equipamentos, que se tinham como necessários e bastantes para atrair a instalação de actividades produtivas, com subsequente criação de emprego e de riqueza que, o mais célere possível, libertassem essas regiões da necessidade dos apoios comunitários (CE:2008). Contudo, com o decorrer do tempo constatou-se que nem sempre isso aconteceu. A título de exemplo, o trabalho desenvolvido por Martin (2001) evidencia para a década de 90 que, embora as desigualdades entre estados-membros tenham diminuído (em valores de PIB per capita), as disparidades entre regiões NUTS II dentro de cada estado membro aumentaram. Em jeito de conclusão, o autor afirma que “(...) a maioria das desigualdades regionais na Europa são explicadas por desigualdades nos países. Assim, a Europa assiste a um processo de convergência entre países e, ao mesmo tempo, a um processo de divergência entre as regiões dos próprios países.” (p.5-17), contrariando, assim, os objectivos de base para os quais a Política Regional e de Coesão foi desenhada.

O alargamento da União Europeia viria a impor uma (re)centralização das políticas e das prioridades, com base numa escala nova e diferenciada, bem como o desencadeamento de aproveitamento e distribuição adequada dos recursos disponíveis.

Figura 1 - Política de Coesão para o período 2007-2013 em síntese



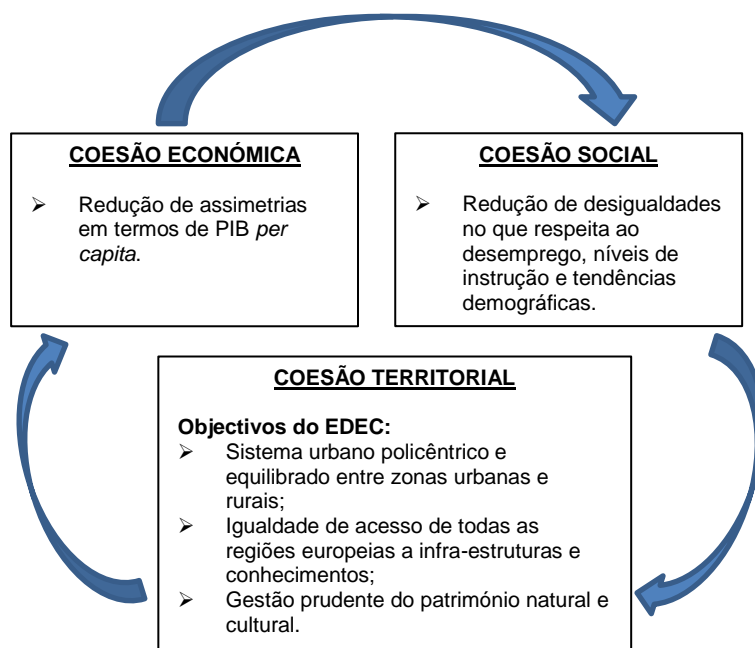
Fonte: Comissão Europeia (2007)

Esta mudança de orientação na Política Regional e de Coesão assentava no pressuposto de que a coesão não decorrerá somente da concentração de recursos comunitários nas regiões menos desenvolvidas - postura tradicional de uma política distributiva como resposta a assimetrias regionais de desenvolvimento – mas com investimento selectivo, qualificador e capaz de valorizar os seus recursos endógenos.

Afigurava-se portanto fundamental complementar a coesão social e económica com a atenuação dos desequilíbrios territoriais. Para mitigar e inverter os desequilíbrios no território comunitário, o EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (CE, 1999), adoptado em Postdam, em 1999, identificou três grandes objectivos para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do território da UE, isto é, para a concretização da política de

coesão territorial: (i) Sistema urbano policêntrico e equilibrado entre zonas urbanas e rurais; (ii) Igualdade de acesso de todas as regiões europeias a infra-estruturas e conhecimentos; (iii) Gestão prudente do património natural e cultural. (Fig. 2)

Figura 2 – Os três pilares do conceito de coesão



Fonte: Comité das Regiões (2002). Adaptado

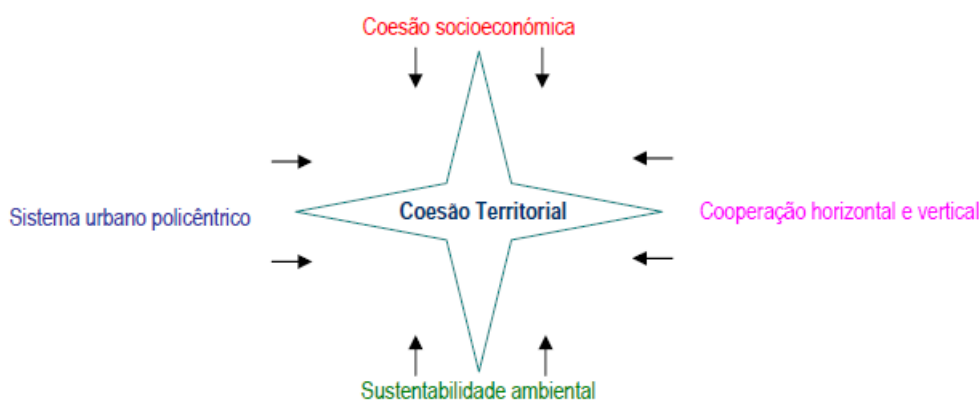
O conceito de coesão territorial foi politicamente assumido pela UE no Tratado de Lisboa (2007) como terceiro pilar da Política de Coesão (a par da coesão económica e social), embora desde o European Spatial Development Perspective (ESDP) (CE: 1999) viesse a ganhar visibilidade crescente no discurso oficial, tendo mesmo sido apontado como um desígnio da política de ordenamento do território pela Agenda Territorial (CE: 2007 e CE:2010).

De acordo com o Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social (CE:2004) o conceito de coesão territorial vai além da noção de coesão económica e social, alargando-o e consolidando-o. Em termos de políticas, o objectivo é a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado reduzindo as disparidades existentes, evitando os desequilíbrios territoriais e conferindo maior coerência quer às políticas regionais, quer às políticas sectoriais que têm impacto territorial.

O Comité das Regiões reforça esta ideia com a necessidade de corrigir os desequilíbrios territoriais, uma vez que, como se pôde concluir dos resultados obtidos pela implementação

da política de coesão comunitária nos últimos anos, a convergência económica e social, não se traduz forçosamente numa distribuição equilibrada das actividades económicas. Por outras palavras, uma política que fomente a coesão económica e social sem coesão territorial é culturalmente irresponsável e prejudicial para a vitalidade económica da Europa. (CR: 2002)

Figura 3 - Estrela da Coesão Territorial



Fonte: Medeiros (2005)

Em 2008 a Comissão Europeia lançava o Livro Verde da Coesão Territorial Europeia para promover um debate alargado nos Estados-membros, procurando clarificar quais as suas componentes e como integrá-lo nas políticas públicas europeias e nacionais (CE: 2008):

A coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um factor de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a EU. (p.3)

Para alcançar este objectivo é sugerida uma estratégia apoiada em três eixos: (i) Cooperação (assente em modelos de governação inovadores); (ii) Conexão (criação de sinergias) e (iii) Concentração (fomento de massa crítica).

Instrumento fundamental da coesão territorial, a cooperação territorial assenta no pressuposto de que, por um lado, os desafios que as regiões europeias enfrentam requerem capacidades cujo desenvolvimento pode beneficiar do intercâmbio de experiências e

competências entre regiões e, por outro, há o potencial de acrescentar valor às acções de política pública, através da criação de redes entre regiões que assegurem o acesso a boas práticas.

Destinada a reforçar, em articulação com as prioridades estratégicas da União, as intervenções conjuntas dos Estados-membros em acções de desenvolvimento territorial integrado, a Cooperação Territorial Europeia abrange o conjunto de actuações que visam promover e favorecer a integração equilibrada do território da União Europeia através do apoio à cooperação entre as suas diferentes parcelas nas questões de importância comunitária, aos níveis transfronteiriço (cooperação transfronteiriça, “apagando” fronteiras), transnacional (cooperação transnacional, partilhando experiências) e inter-regional (cooperação inter-regional, trabalhar em rede).

1.4. Cooperação Territorial Europeia: a vertente transfronteiriça

Ao longo das últimas décadas, a União Europeia tem desenvolvido políticas de solidariedade entre as regiões, reflectidas na sua Política Regional, tendo os seus objectivos sido centrados, desde 1986, na coesão económica e social. Contudo, o Tratado de Lisboa (2007) e a Estratégia Europa 2020 introduziram uma nova dimensão: a coesão territorial, que reforça a importância da cooperação territorial como parte da política de coesão. São duas as razões que explicam essa importância: (i) o lema fundador da Europa: “Europa sem fronteiras” e (ii) a população afectada: 40% dos europeus vive em territórios transfronteiriços.

Para a CECICN (Conferência de Redes de Cidades Europeias Transfronteiriças e Inter-regionais) e a ARFE (Associação das Regiões Fronteiriças Europeias) (cf. Documento estratégico sobre cooperação inteligente: 2012) as políticas de cooperação territorial deram visibilidade ao processo de integração europeia com vários efeitos positivos importantes:

1. Impulsionando o desenvolvimento económico dos territórios fronteiriços e contribuindo para que as fronteiras passem de obstáculo a vantagem competitiva;
2. Fomentando a participação activa dos cidadãos no processo de construção europeia e no esbatimento dos efeitos negativos das fronteiras internas;
3. Organizando o território através da constituição de redes e de estruturas inovadoras como as macro-regiões.

As zonas fronteiriças da União Europeia, tanto internas quanto externas, consideram-se nos documentos sobre ordenamento do território como espaços com desvantagens geográficas

e com dificuldades específicas. A princípios da década de oitenta, a Carta Europeia das Regiões Fronteiriças e Transfronteiriças, elaborada pela Associação de Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE)², e citando Robert Schuman, definia as zonas de fronteira como «cicatrices da história», marcadas por diversos problemas que se resumiam na situação de marginalidade nacional e na carência das condições de vida da população. A esta posição periférica e de progressiva debilidade a favor do centro, que em alguns casos catalogaram como «periferia da periferia» somou-se a condição do subdesenvolvimento, o grau de divergência de desenvolvimento e de prosperidade económica e o carácter de barreira impermeável entre os dois lados da fronteira. A distância dos centros de decisão política, as desigualdades económicas e a escassa ou nula acessibilidade provocaram fortes disparidades económicas entre os territórios da União Europeia em termos de níveis de renda e de desemprego e, como consequência, uma debilidade demográfica patente no envelhecimento e no despovoamento dos espaços fronteiriços (AEFR: 2011:8)

Estas “cicatrices da história” constituem um factor de grande significado devido à existência de uma multiplicidade de fronteiras que se sucederam, ininterruptamente, ao longo de séculos, separando, em muitos casos, comunidades e espaços geográficos com profundas semelhanças e uma herança histórica partilhada.

Consequência de acções articuladas e persistentes das políticas administrativas, militares e socioeconómicas, as fronteiras estatais converteram-se em autênticas muralhas que separaram povos e territórios. Trata-se do “efeito barreira”, que tem como principal consequência a transformação das paisagens fronteiriças em áreas periféricas deprimidas, com importantes carências estruturais e onde as populações desenvolvem uma cultura de desconfiança e de rejeição do outro.

Contudo, a percepção, por parte das populações fronteiriças, das consequências negativas do efeito barreira é também o que provoca e activa a mobilização a favor da superação das fronteiras e a subsequente etapa de aproximação, reencontro e cooperação. É por isto que as primeiras tentativas de cooperação tiveram início naquelas regiões estigmatizadas pelo factor fronteiriço, procurando estruturas de oportunidade.

² A Associação de Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE, <http://www.aebr.net>) foi criada em 1971 e em 1979 obteve o estatuto de observador oficial do Conselho da Europa. Tem 56 membros que representam cerca de 90 regiões fronteiriças de toda a Europa, também regiões fronteiriças que compreendem vários Estados são igualmente membros e por último numerosas associações regionais que se compõem em unidades territoriais e locais. Os seus objectivos foram recolhidos na sua nova «Carta Europeia das Regiões Fronteiriças» promulgada em Novembro de 1994 em Trieste (Itália), além disso também são reguladas a natureza e a forma de cooperação entre as regiões fronteiriças e transfronteiriças europeias a nível da ARFE.

Efectivamente, de acordo com o geógrafo Orlando Ribeiro (1993), a fronteira foi sempre foi um espaço privilegiado de encontro de culturas, o que suscita noções de permeabilidade e passagem, de contacto, de convergência e de cooperação.

López Trigal (2012) define a cooperação transfronteiriça como o tipo de cooperação trans-territorial entre grupos sociais, entidades públicas e privadas de um lado e de outro de uma fronteira internacional onde agentes com objectivos e interesses comuns constituem organismos e associações solidárias e dirigidas especialmente para a cooperação para o desenvolvimento.

Ao “espírito” de cooperação transfronteiriça está implícita a abolição de fronteiras físicas e administrativas, possibilitando o desenvolvimento de pólos económicos e sociais transfronteiriços a partir de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável. Para o Comité das Regiões (2002) a cooperação transfronteiriça revela-se fundamental para aumentar o entendimento mútuo entre as populações, ao nível histórico, cultural e político, contribuindo para suprimir as barreiras linguísticas, culturais, políticas e administrativas.

A promoção da cooperação transfronteiriça deveu-se inicialmente ao Conselho da Europa. Com efeito, a Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais que dele emana, proclamou, pela primeira vez, em 1958, «a necessidade de integração económica das regiões naturais fraccionadas por fronteiras (...), devendo estas tornar-se pontos de encontro das nações» (Labasse, 1991: 192).

As primeiras experiências de cooperação transfronteiriça na Europa surgiram nos países nórdicos através dos Agrupamentos Escandinavos, constituídos na sequência da criação, em 1952, do Conselho Nórdico formado pela Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia; posteriormente, em 1962, assinava-se o Tratado de Helsingfors, que estabelecia o enquadramento legal para os diversos âmbitos de cooperação entre as partes.

Muitas outras experiências de cooperação se foram sucedendo nos anos seguintes (Euroregião Rhin-Waal, Euroregião Rhin-Mosa, Região Ems-Dollar), sendo esta última experiência, pelos bons resultados, a que mais contribuiu para a Recomendação da Comissão de 9 de Outubro de 1981 favorável ao lançamento de iniciativas relativas à cooperação transfronteiriça na Europa.

Em 1971 surgiu, a partir da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais, a Associação das Regiões Fronteiriças Europeias, reunindo em parceria regiões,

comunidades de planeamento, associações de freguesias e municípios, cidades e institutos. Esta associação foi sublinhando repetidamente os problemas e necessidades específicas destas regiões: (i) ordenamento transfronteiriço do território, planeamento regional, política regional e planeamento comunal, incluindo o das infraestruturas; (ii) protecção do ambiente e da paisagem; (iii) problemas dos trabalhadores transfronteiriços; (iv) protecção civil, em situações de catástrofes; (v) questões culturais.

Como objectivos de actuação valorizou: (i) trocas de informação, pontos de vista e experiências, a fim de se encontrarem soluções comuns e coordenarem acções de interesse geral; (ii) resolução de problemas específicos; (iii) encorajar o desenvolvimento de algumas actividades; (iv) conceber e implementar acções comuns; (v) representar o interesse geral destas regiões como *lobby*.

A Comissão Europeia (1992) alertava para o facto de o conceito de cooperação fronteiriça dever ser percebido em toda a sua complexidade: cultural, linguística, jurídica, económica, técnica, económica, administrativa e geopolítica. Uma relação de cooperação, geralmente, estabelece-se entre territórios ou entidades que possuem circunstâncias sociais, culturais, políticas ou naturais análogas. A Comissão Europeia referia também que os domínios onde se exerce cooperação transfronteiriça encontram uma certa coerência, designadamente através dos conceitos de ordenamento territorial e de protecção da natureza, tanto mais que estas responsabilidades não se devem limitar à linha teórica da fronteira terrestre. Já a fronteira, a manifestar-se como barreira física, não deve representar um entrave à continuidade espacial e temporal de interacção humana, pois está ancorada em factores histórico-culturais e identitários que têm no entendimento linguístico o seu expoente máximo.

A partir dos anos noventa, a cooperação transfronteiriça desenvolveu-se de forma muito significativa, abarcando um cada vez maior número de territórios e entidades subnacionais e dando lugar à criação de diferentes estruturas organizativas comuns (consórcios, conselhos, associações, comunidades de trabalho, agrupamentos europeus de interesse económico, agrupamentos europeus de cooperação territorial) capazes de impulsionar e coordenar acções concertadas a um e outro lado da fronteira. As políticas pretendiam mobilizar não apenas os poderes públicos, organismos locais e regionais, mas sobretudo que elas fossem geradoras da participação activa dos cidadãos que vivem nestes territórios, ao nível da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, de cooperação e sustentabilidade dos ecossistemas.

Uma das iniciativas que acelerou este processo de cooperação foi o programa INTERREG, lançado em 1990, e que visava apoiar a cooperação entre as regiões de fronteira da então Comunidade Europeia, incentivando os processos de desenvolvimento e reconversão das suas economias como consequência do processo de integração. O programa teve três edições sucessivas (1990-1994; 1994-1999; 2000-2006).

A participação nos programas INTERREG não implicava que as autoridades locais e regionais criassem instituições transfronteiriças, mas antes requeria a criação de estruturas conjuntas que garantissem a concertação entre as partes durante a implementação do programa. Nas áreas transfronteiriças elegíveis, o PIC INTERREG financiou fundamentalmente projectos de desenvolvimento nas áreas do ambiente, infra-estruturas, economia, turismo e outros.

Esta iniciativa de apoio à cooperação permitiu que muitos actores da fronteira recebessem fundos e financiamento para a realização de actividades de cooperação e, desta forma, as práticas de cooperação transfronteiriça difundiram-se por todo o território europeu, incluindo naqueles territórios onde ela nunca tinha existido. Numa primeira fase, os Estados membros desempenharam um papel chave, convertendo-se em intérpretes das necessidades de algumas comunidades locais na promoção de actividades de intercâmbio. Posteriormente as autoridades locais e regionais foram adquirindo capacidade de elaboração e gestão de projectos, assumindo uma maior autonomia e protagonismo.

O Comité das Regiões da UE entende a cooperação transfronteiriça como “a cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver actores da esfera semi-pública ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar” (...) e que “tem por principal objectivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns” (2003:3). Este órgão comunitário enumera também uma série de factores que promovem e entravam este tipo de cooperação (Quadro 1).

Quadro 1 – Factores que promovem e entravam a cooperação transfronteiriça

Promovem	Entravam
Longa tradição e experiência de cooperação transfronteiriça	Limitações jurídicas impostas por legislação nacional e comunitária
	Legislação a nível comunitário inadequada à realidade
Confiança mútua e colaboração recíproca, assentes nos princípios de parceria e da	Diferenças em termos de estruturas e competências dos diversos níveis

subsidiariedade	administrativos dos dois lados da fronteira
	Diferenças culturais e existência de barreiras linguísticas
Existências de estruturas comuns adequadas à cooperação entre autarquias locais e regionais a nível de estratégias e programas	Falta de vontade política, especialmente a nível nacional, para remover obstáculos existentes por via de nova legislação ou de acordos bilaterais
Existência de um modelo de desenvolvimento ou de um programa transfronteiriço	Experiência limitada das autarquias locais ou regionais no desenvolvimento e gestão de programas
Disponibilidade de suficientes recursos financeiros	Problemas na sintonização dos diversos fluxos de recursos financeiros

Fonte – Comité das Regiões (2003) - Adaptado

Para a intensificação da cooperação transfronteiriça contribuiu, de forma decisiva, a própria aceleração do processo de integração europeia, e, de uma forma particular, as recomendações da Comissão Europeia, que encontrou neste tipo de cooperação um âmbito privilegiado para implementar as políticas europeias, especialmente as relacionadas com a gestão dos Fundos Estruturais e de Coesão.

Podemos assim constatar, conforme refere Jacinto (2006), que foi o estímulo europeu que permitiu vencer desconfianças e práticas enraizadas de isolamento institucional, criar um novo quadro de relacionamento entre os dois lados da fronteira, de pendor mais técnico e estimular o envolvimento de entidades públicas e de organizações da sociedade civil na troca de experiências e na concretização de projectos comuns.

1.5. Perspectivas para a política de coesão e cooperação territorial: a estratégia 2020

A crise económica e financeira mundial dos últimos anos expôs as fragilidades estruturais da economia europeia e anulou anos de progresso económico e social. A Comissão Europeia lançou em Março de 2010 uma estratégia tendo em vista uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. A *EUROPA 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo* representa uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI. Esta estratégia viria a ser adoptada pelo Conselho em Junho de 2010 (COM (2010) 2020).

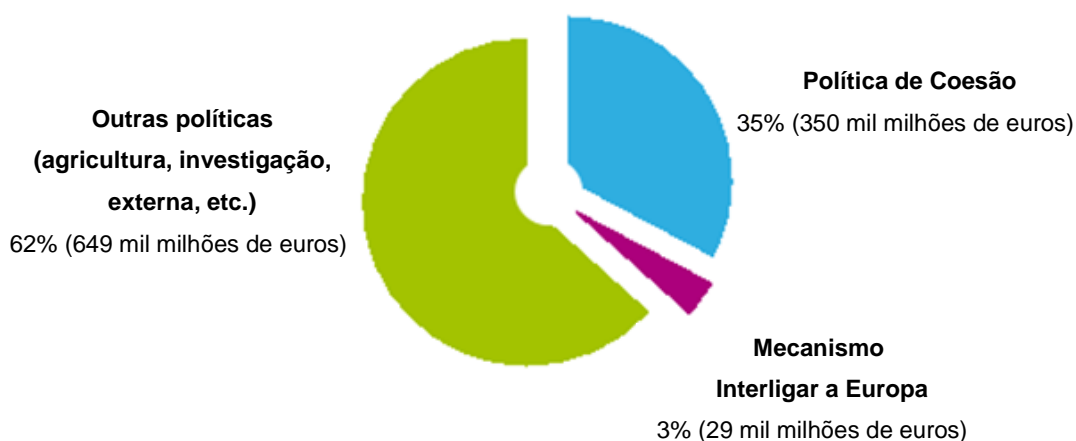
No cerne da estratégia Europa 2020 figuram três prioridades: (i) Crescimento inteligente - desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; (ii) Crescimento

sustentável - promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva; (iii) Crescimento inclusivo - favorecer uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão económica, social e territorial (COM (2010) 2020).

No âmbito da preparação do período de programação 2014 - 2020 e a fim de dar continuidade a este trabalho e de o centrar com mais acuidade nas prioridades da Europa, a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento Europeu e ao Conselho, em Junho de 2011, uma proposta de perspectivas financeiras e, em 6 de Outubro de 2011, uma proposta de pacote de medidas legislativas no domínio da política de coesão, o qual foi concebido para impulsionar o crescimento e o emprego em toda a Europa, enquadrando simultaneamente o investimento da UE na Estratégia para o crescimento e o emprego (COM (2010) 2020).

Da análise dos vários documentos europeus sobre esta estratégia conclui-se que a política de coesão é um dos principais instrumentos de apoio às prioridades da União Europeia privilegiando-se os países e as regiões menos desenvolvidos ou com especiais dificuldades e onde as necessidades de apoio são maiores.

Figura 4 – Proposta de orçamento da EU para 2014 – 2020³



Fonte: Comissão Europeia (2011)

Em Outubro de 2011, a Comissão Europeia adoptou um pacote legislativo provisório que irá enquadrar a política de coesão da UE para o período de 2014-2020 (CE:2011). A Comissão propôs uma série de alterações importantes ao modo como a política de coesão está concebida e é implementada, nomeadamente: (i) incidir nas prioridades da Estratégia

³ Apresentada pela Comissão Europeia para o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020

Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; (ii) recompensar o bom desempenho; (iii) apoiar a programação integrada; (iv) focalizar os resultados – monitorizar o progresso em direcção a objectivos acordados; (v) reforçar a coesão territorial; (vi) simplificar a execução.

Nesta proposta, a Comissão reafirmava que a política de coesão deve continuar a ser um elemento essencial do próximo pacote financeiro sublinhando o seu papel fulcral no cumprimento da Estratégia Europa 2020. O orçamento total proposto para o período de 2014-2020 é de 350 mil milhões de euros, incluindo o financiamento do novo Mecanismo Interligar a Europa, o qual foi concebido para fomentar projectos transfronteiriços nos sectores da energia, transportes e tecnologias da informação.

A arquitectura legislativa da política de coesão inclui:

- (i) uma regulamentação global que estabelece as regras comuns para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP) e regras gerais complementares para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão;
- (ii) três regulamentações específicas para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão;
- (iii) duas regulamentações sobre o objectivo de cooperação territorial europeu e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT).

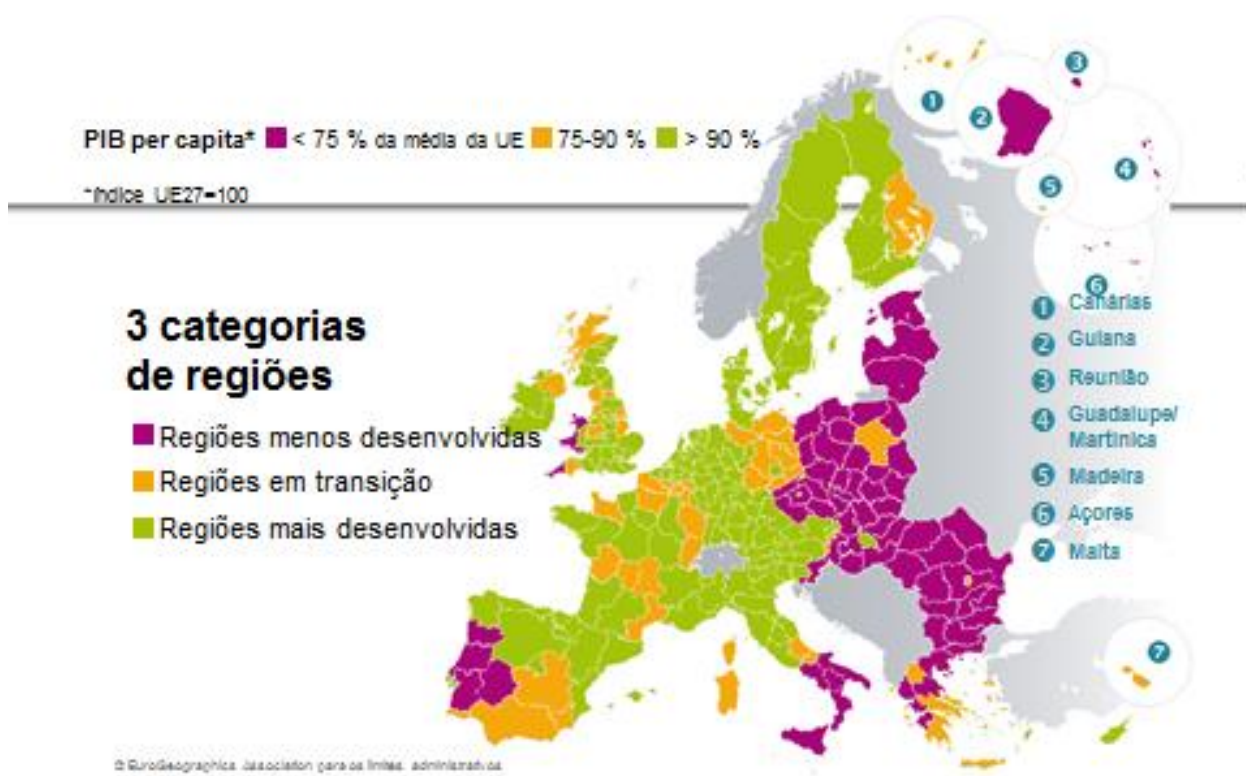
No seguimento destas propostas para a Política de Coesão, para auxiliar os Estados-Membros a prepararem-se para o período de programação seguinte, a Comissão apresentou, em Março de 2012, o «Quadro Estratégico Comum» (QEC) que traduzirá os objectivos e as metas da estratégia para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, em linha com a estratégia Europa 2020. O QEC tem como objectivo a determinação da direcção estratégica para o período 2014 a 2020 nos Estados-Membros e respectivas regiões e definirá as acções-chave a apoiar por cada Fundo. As autoridades nacionais e regionais utilizarão este quadro como base para a definição dos seus «Contratos de Parceria» com a Comissão, comprometendo-se a alcançar os objectivos europeus de crescimento e emprego para 2020.

Com vista a promover a coesão económica, social e territorial, os Fundos Estruturais apoiam o objectivo de Investimento no Crescimento e no Emprego em todas as regiões da EU,

sendo que o apoio e os recursos a afectar serão graduados de acordo com os níveis de desenvolvimento económico e social das regiões.

Para o efeito e nos termos da proposta da Comissão Europeia, as regiões serão classificadas em três categorias tendo por base o critério da média do PIB per capita da UE 27: Regiões Menos Desenvolvidas (PIB inferior a 75% da média EU 27); Regiões Transitórias (PIB entre 75% a 90% da média EU 27) e Regiões Mais Desenvolvidas (PIB superior a 90% da média EU 27).

Figura 5 – Simulação da elegibilidade nas regiões da União Europeia



Fonte: Comissão Europeia (2011)

A Proposta da Comissão para o quadro financeiro plurianual prevê um montante de 350 mil milhões de euros para a coesão económica, social e territorial para o período de 2014 a 2020.(Quadro 2)

Quadro 2 - Orçamento proposto para 2014-2020 (Mil milhões de EUR*)

Regiões menos desenvolvidas	164,3
Regiões em transição	31,6
Regiões mais desenvolvidas	49,4
Cooperação territorial	8,9
Fundo de Coesão	66,3
Dotação adicional para as regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas	1,387
Facilidade Interligar a Europa em matéria de transportes, energia e TIC	29 mil milhões de euros (com um montante adicional de 10 mil milhões de euros reservados no âmbito do Fundo de Coesão)
<i>*Todos os valores a preços constantes de 2011</i>	

Fonte: Comissão Europeia (2011)

Ao nível da Cooperação Territorial a Comissão apresentou, em Março de 2012, uma proposta de regulamentação independente para a Cooperação Territorial Europeia para melhor tomar em conta o contexto plurinacional dos programas e estabelecer disposições mais específicas para programas e operações de cooperação (COM(2011) 611 final/2).

É entendimento da Comissão Europeia (COM (2011) 611 final) que a Cooperação Territorial Europeia assume especial valor na medida em que:

- (i) Os problemas transfronteiriços podem ser resolvidos com maior eficácia se forem tratados em cooperação por todas as regiões envolvidas, para evitar custos desproporcionados para algumas delas e a ausência de custos para outras (por exemplo, no que toca aos problemas de poluição ambiental nas zonas transfronteiras).
- (ii) A cooperação pode facultar um mecanismo efectivo para a partilha e divulgação das boas práticas e conhecimentos (por exemplo, melhoria da competitividade).
- (iii) A cooperação pode garantir que a solução de um problema específico se torna mais eficaz se forem feitas economias de escala e alcançada massa crítica (criação de clusters para fomentar a investigação e a inovação).
- (iv) A governança pode melhorar graças à coordenação das políticas setoriais, das acções e dos investimentos realizados à escala transfronteiras e transnacional.

- (v) As relações com os países vizinhos da UE instauradas pelos programas de cooperação realizados nas suas fronteiras externas fomentam a segurança e estabilidade, e as relações mutuamente benéficas.
- (vi) Em alguns contextos, como nas bacias marítimas e nas zonas costeiras, as acções e cooperação e transnacionais são indispensáveis no crescimento, ao emprego e à gestão ambiental.

O regulamento estabelece o âmbito de aplicação do FEDER em relação ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia e define os recursos financeiros disponíveis para cada vertente e os critérios para a sua atribuição aos Estados-Membros. A proposta apresenta novas disposições em matéria de concentração temática e prioridades de investimento, que devem ser consideradas no contexto global de melhoria da orientação estratégica dos programas e da sua orientação para os resultados. Os programas podem escolher um número limitado de prioridades a partir de um conjunto de temas com as respetivas prioridades de investimento, assegurando, assim, que é colocada a tónica sobre as prioridades europeias e as intervenções em que a cooperação proporcionará maior valor acrescentado. Além disso, os critérios de seleção foram definidos mais rigidamente de modo a garantir que o financiamento seja concedido a operações efetivamente conjuntas. Os programas terão também um quadro de resultados para a fixação das metas específicas em relação às quais podem ser avaliados os progressos realizados na sua execução.

A Cooperação Territorial estrutura-se em torno de três tipos de programas distintos:

- (i) Cooperação transfronteiriça: financiamento de projectos nos quais participam as regiões e as autoridades locais em ambos lados de uma fronteira comum;
- (ii) Cooperação transnacional: financiamento de projectos empreendidos por entidades nacionais, regionais e locais em zonas geográficas da UE mais amplas;
- (iii) Cooperação inter-regional: para impulsionar o intercâmbio de boas práticas nos âmbitos da inovação, eficiência energética, desenvolvimento urbano e outros temas.

A proposta de regulamento estabelece a divisão do financiamento previsto para as diferentes vertentes da Cooperação Territorial do seguinte modo (European Council, EUCO37/13):

- (i) 6.627 milhões de euros para as regiões transfronteiras;
- (ii) 1.822 milhões de euros para a cooperação transnacional;
- (iii) 500 milhões de euros para a cooperação inter-regional;

Paralelamente, a proposta faz referência à participação de países terceiros para melhor reflectir a realidade da cooperação. Também inclui referências mais sistemáticas ao papel que os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) podem desempenhar num contexto de cooperação.

2. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA RAIA CENTRAL IBÉRICA

2.1. Breve caracterização das dinâmicas socio económicas e territoriais da Raia Central Ibérica

A Raia Central Ibérica engloba as sub-regiões portuguesas (NUT's III) da Região Centro Interior (grande parte na Beira Interior): Beira Interior Norte (BIN) (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso), Beira Interior Sul (BIS) (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) e Cova da Beira (CB) (Belmonte, Covilhã, e Fundão) (Raia Central Portuguesa-RCP) e a totalidade dos territórios das províncias espanholas de Salamanca e de Cáceres situadas, respectivamente, nas Comunidades Autónomas de Castilla y León e da Extremadura (Raia Central Espanhola-RCE).

A região da Raia Central Ibérica, localizada na periferia de Portugal e Espanha, ocupa uma área de aproximadamente 41,4 mil Km², da qual mais de três quartos pertencem às duas províncias espanholas de Salamanca e Cáceres. Esta extensa área não é homogénea, sendo consideráveis as diferenças físicas (solo, clima, morfologia, vegetação), mas também de povoamento, na dinâmica e estrutura demográfica e nas actividades económicas.

Os dados utilizados para esta breve caracterização da Raia Central Ibérica foram recolhidos junto dos INE dos dois países, ainda que, por um lado, para alguns indicadores não estejam disponíveis os dados mais recentes (2011) e, por outro, devido a diferenças metodológicas, alguns dados não sejam passíveis de comparação directa; desta forma, complementou-se a análise com um estudo recente, ainda que mais abrangente, sobre a fronteira Castilla y León (Castela e Leão) – Centro de Portugal de onde se podem inferir alguns dados e indicadores importantes para a caracterização que se pretende da área geográfica referida (Aliste et al:2013)

Com uma população que atingiu um milhão de habitantes em 2011 (267 mil portugueses e 762 mil espanhóis) a região da Raia Central Ibérica é considerada um território de baixa densidade populacional (24,8 hab./Km²). Deste total, 76,2% pertencem às províncias de Salamanca e Cáceres. Estas duas províncias registaram um aumento populacional de 1,28% e de 2,25% respectivamente, na primeira década de 2000 (período 2001-2011), contrariamente à região raiana portuguesa, em que se verificou um decréscimo populacional de 6,87% no total (9,46% na Beira Interior Norte, 3,96% na Beira Interior Sul e 6,10% na Cova da Beira).

Quadro 3 – População Residente na Raia Central Ibérica (2001 e 2011)

	População Residente		
	2001	2011	Variação (%)
Portugal	10356117	10562178	1,99%
BIN	115325	104417	-9,46%
BIS	78123	75028	-3,96%
CB	93579	87869	-6,10%
Espanha	40847371	46815916	14,61%
Salamanca	345609	350018	1,28%
Cáceres	403.621	412701	2,25%
Total Raia Central Ibérica	1036257	1030033	-0,60%

Fonte: INE (Espanha e Portugal). Adaptado.

O decréscimo generalizado da população que se tem vindo a verificar em toda a região pode justificar-se não só pela inexistência de suficientes oportunidades de emprego como, também, pela morte natural numa população envelhecida e não contrabalançada pela taxa de natalidade, o que se traduz em valores negativos para o saldo vegetativo. Esta situação é comum às regiões sujeitas a intenso êxodo rural como é o caso da BIN, BIS e província de Salamanca.

Analisando a distribuição da população residente por grupo etário, nomeadamente através dos indicadores “proporção de população jovem” e “índice de dependência”, a Raia Central portuguesa e espanhola apresentam estruturas semelhantes. No geral, observa-se um claro processo de envelhecimento da população, dado o reduzido peso de efectivos no grupo etário dos 0-14 anos e o aumento do peso relativo de efectivos no grupo etário de 65 e mais anos, tendência que se verifica em quase todos os concelhos/comarcas, menos acentuados nos maiores centros urbanos desta região (Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Salamanca e Cáceres).

Em termos de educação, em 2011, a população da Raia Central Ibérica ainda possuía uma elevada taxa de população analfabeta, mais significativa na Raia Portuguesa (9,1% na BIN, 10,1% na BIS e 8,7% na CB; 1,1% na província de Salamanca e 4,53% na província de

Cáceres⁴). Em termos gerais pode concluir-se que o nível de estudos da população melhorou ligeiramente nos últimos anos. O número de residentes com estudos superiores aumentou consideravelmente, quer na Raia portuguesa quer na Raia espanhola.

Quadro 4 – Nível de escolaridade na Raia Central Ibérica

	Ano	Nível de Estudos (%)			
		Sem estudos	Primário	Secundário	Superior
Portugal	1991	11,2	64,8	21,5	8
	2001	14,3	58,6	15,7	11,5
	2011	19,2	54,6	12,9	12
BIN	1991	16,1	57,6	14,9	4,6
	2001	17,9	61	11,7	8,7
	2011	21,9	56,3	10,8	9,8
BIS	1991	20,7	51,1	16,8	5,2
	2001	20,1	57,1	12,6	9,5
	2011	22	53,2	12,7	11
Espanha	1991	24,8	34,1	34,3	6,8
	2001	23,3	24,8	40,5	11,4
	2011	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Província Salamanca	1991	19,7	41,4	30,5	8,3
	2001	19,1	30,2	36,6	14,1
	2011	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Província Zamora	1991	27,7	40,8	25,9	5,6
	2001	17,9	38,1	35	9,1
	2011	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Aliste et al (2013)⁵

A estrutura da população activa e a sua evolução são indicadores das mudanças sócio económicas dos últimos tempos. Na análise à distribuição do emprego pelos diferentes sectores de actividade na Raia Central Ibérica destaca-se o sector primário com valores acima da respectiva média nacional.

⁴ Os dados relativos a Salamanca e Cáceres baseiam-se no Censos de 2001.

⁵ Deve destacar-se que, em 2011, devido a alterações metodológicas dos cálculos em Portugal, a população sem estudos aumentou em comparação a 2001 e 1991. De qualquer forma é importante constatar que neste período aumentou o número de residentes com estudos superiores na região portuguesa.

Quadro 5 – Estrutura da população activa na Raia Central Ibérica

	% da População Empregada por Actividade		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Portugal	3,1	26,5	70,5
BIN	7	22,6	70,4
BIS	4,4	24,5	71,1
CB	3,9	29	67,1
Espanha	4.5	21.4	74,1
Salamanca	6.9	22,2	70,9
Cáceres	13.4	21,5	74,1

Fonte: INE (Espanha e Portugal). Adaptado.

Em 2011, a região empregava 368.897 indivíduos (98.397 na região BIN, BIS e CB e 270.500 nas províncias de Salamanca e Cáceres), o que corresponde a 1,44% da população activa empregada em Espanha e 2,24 % da população activa empregada em Portugal. A situação em termos de desemprego na região da Raia Central Ibérica é bastante desfavorável, agravando-se nas províncias de Salamanca e Cáceres, quando comparada com a região BIN, BIS e CB.

Quadro 6 – População activa e desempregada na Raia Central Ibérica (2011)

	População Activa e Desempregada			
	População Ativa	Taxa de Actividade %	População Desempregada	Taxa de Desemprego %
Portugal	5023367	47,6	662180	13,2
BIN	42794	41	5101	11,9
BIS	31239	41,6	3324	10,6
CB	38280	43,6	5491	14,3
Espanha	23081200	59,94	5273600	22,85
Salamanca	175100	51,06	16600	17,05
Cáceres	156200	53	44200	25,26

Fonte: INE (Espanha e Portugal). Adaptado.

Relativamente ao sistema urbano, caracteriza-se pela organização em torno de um centro urbano com capacidade de estruturar áreas de influência para funções muito especializadas do qual dependem um número mais ou menos significativo de centros urbanos de ordem inferior. Tal é o caso, na Beira Interior Norte, da Guarda, na Beira Interior Sul, de Castelo Branco, e, na Cova da Beira, da Covilhã. Estes centros urbanos de pequena dimensão pressupõem uma rede urbana frágil e mal estruturada, o que, por sua vez, dificulta a instalação de serviços e equipamentos de nível médio e superior, capazes de se hierarquizar e articularem convenientemente e assim constituírem uma rede urbana adequada, decorrendo daí a necessidade de continuar a reforçar os centros urbanos desta zona. (DGDR:2001)

Da análise de vários indicadores demográficos, económicos, de infra-estruturas e equipamentos e de relações transfronteiriças na região da fronteira de Castilla e León e do Centro de Portugal, relativos às três últimas operações censitárias (1991, 2001 e 2011), o “*Estudio Socioeconomico de la frontera entre Portugal y España*” atrás referido, sintetiza no quadro seguinte as tendências demográficas, económicas e sociais da fronteira (Quadro 7).

Quadro 7 – Tendências demográficas, económicas e sociais da fronteira

Tendência da fronteira	Variável/Indicador
Regressiva	População residente
	Distribuição da população nos municípios segundo a sua dimensão
	Envelhecimento da população
	Taxa de actividade
	Volume de emprego
	Motores de desenvolvimento económico
	PIB em relação à Península Ibérica
	PIB por habitante em relação à Península Ibérica
	PIB por ocupação em relação à Península Ibérica
	Camas em hospitais
	Médicos
	Educação básica e Secundária
	Salas de cinema
	Consumo de energia eléctrica por habitante
	População que usa computador
	População que usa Internet
	% de recolha selectiva de resíduos
	Superfície afectada por incêndios florestais
Média	Nível de escolaridade

	Desemprego
	Dotação de hospitais
	Centros de Saúde
	Formação profissional
	Consumo de água
	Volume de águas residuais tratadas
	Estrutura da população ao longo da fronteira
Progressiva	Motores de emprego
	Centros de emprego
	Educação infantil
	Bibliotecas
	Oferta hoteleira
	Número de plataformas logísticas de transporte
	Acessibilidade
	Conectividade
	Protecção de espaços naturais

Fonte: Aliste et al (2013)

De acordo com estudo referido de Aliste et al (2013), a situação da região de fronteira de Castilla e León e do Centro de Portugal, nas vertentes coesão económica, social e territorial pode caracterizar-se da seguinte forma.

1. Coesão económica:

- a. Significativa redução da população activa condicionando iniciativas empresariais e de investimento;
- b. Redução empresarial nos três sectores de actividade económica, promovendo um acréscimo dos valores de desemprego e a redução do poder de compra;
- c. Estrutura empresarial dominada por micro e pequenas empresas com uma redução significativa das actividades industriais na última década;
- d. Acréscimo da oferta de serviços e equipamentos, qualificando o território e o seu potencial competitivo.

2. Coesão Social:

- a. Desvitalização demográfica crítica, em particular nos aglomerados rurais, de adultos activos e jovens, comprometendo a sustentabilidade destes territórios;
- b. Acréscimo de despesas e apoios sociais, por via do envelhecimento e necessidade de suportar serviços à população;
- c. Rede qualificada de equipamentos sociais, culturais e desportivos, com potencial de uso por outras comunidades;

- d. Aumento da qualificação da população, embora com valores inferiores aos recomendáveis, mercê das instituições de ensino e formação instaladas.

3. Coesão Territorial

- a. Estrutura de povoamento policêntrica que gera custos acrescidos de gestão e qualificação em virtude da perda das vantagens de concentração;
- b. Redução da densidade populacional, pondo em causa a sustentabilidade funcional dos territórios e suas funções;
- c. Fraca mobilidade transfronteiriça em termos de trabalho e cooperação empresarial;
- d. Acréscimos de mobilidade que garantem boa permeabilidade da fronteira e de conectividade entre municípios, prejudicada na actualidade em Portugal pela aplicação de portagens nas SCUTs.
- e. Ausência de instrumentos de gestão territorial e de políticas sectoriais concertadas. (p.217-219)

São várias as causas que contribuíram para o progressivo declínio desta área. Um estudo da DGDR (2001) sobre as Zonas de Fronteira Portugal - Espanha, mencionava algumas, que, apesar dos investimentos feitos ao longo da última década se mantêm:

- (i) Ausência de modernização e reestruturação do sector agrícola e consequente perda de competitividade dos seus produtos;
- (ii) Insuficiente valorização e promoção de algumas técnicas de produção tradicional, das suas artes e ofícios tradicionais e que são uma das riquezas do seu património cultural;
- (iii) Insuficiente dinamização e valorização das suas múltiplas potencialidades endógenas que são um dos principais vectores para a dinamização económica e social destas zonas de fronteira, sobretudo as do interior;
- (iv) Insuficiência de incentivos económicos e sociais eficazes na valorização das actividades económicas destas zonas e no desenvolvimento dos seus sectores de base;
- (v) Insuficiência de redes organizadas e estáveis para a produção e distribuição dos seus diversos produtos;
- (vi) Insuficiência de apoios sistemáticos e consequentes às redes de centros urbanos.(p.47-48)

Apesar de a situação ter melhorado, em boa parte graças à cooperação transfronteiriça, os avanços foram claramente insuficientes para uma convergência real com o resto da

Península Ibérica e com os parâmetros da União Europeia. A primeira década de cooperação transfronteiriça contribuiu, sem dúvida, para uma melhor dotação de equipamentos e para a melhoria das acessibilidades e conectividade. Contudo, estes territórios continuam a revelar uma periferidade agravada por uma crise demográfica crescente, pouco atractivos para gerar investimento e fixar novos residentes, o que tem acentuado as assimetrias internas em várias áreas.

2.2. Trajectória da cooperação transfronteiriça luso-espanhola

2.2.1. A Fronteira Portugal-Espanha

A fronteira terrestre entre Portugal e Espanha é uma das mais extensas (1234 Km), antiga e de maior estabilidade da Europa. O seu traçado foi estabelecido no século XIII (Tratado de Alcanizes, 1297) e manteve-se praticamente inalterado ao longo de sete séculos. Durante a época medieval, razões defensivas ditaram a construção ou reparação de fortalezas e muralhas que favoreceram o povoamento dos dois lados da fronteira, o que marcou de forma impressionante os territórios raianos. Um meio adverso e opções geoestratégicas históricas foram marcando a Raia, proporcionando uma dada ocupação do solo e uma organização do espaço ditadas, em grande medida, por aquele facto geográfico. O seu destino viria a ser ditado pela litoralização do país que os Descobrimentos vieram irreversivelmente acentuar (Jacinto: 1995).

Durante séculos a fronteira entre Portugal e Espanha constituiu um obstáculo quase intransponível, ignorando-se que, de ambos os lados, existia uma cultura com raízes comuns, assim como interesses e valores semelhantes. Se a nível global dos dois países este facto parece incontestável, a nível local, nestas regiões de fronteira, nunca foi ignorado, contribuindo para o aproximar das populações e para o estabelecimento de uma cumplicidade bastante significativa, principalmente em termos comerciais, apesar da sua ilegalidade.

Conforme refere Jacinto (1995), o limite geográfico de qualquer Estado é um factor importante para a definição dos contornos identitários e dos traços culturais que diferencia quem não integra a mesma continuidade que a fronteira define. No caso da fronteira luso-espanhola, embora se encontre longe de constituir um limite natural, forma uma perfeita divisória entre os povos, separando duas áreas linguísticas que coincidem com ela da maneira mais absoluta, apenas esbatida por alguns falares raianos (mirandês, quadrazenho, barranquenho) que se empregam no lar, no campo, a par da língua corrente (Ribeiro:1993).

As áreas fronteiriças podem apresentar aspectos vantajosos em relação às demais áreas, já que, conforme refere Ledo (2004), a fronteira assume também uma função de relação e de organização do espaço, sobretudo em situações de alguma permeabilidade, permitindo contactos entre os povos, trocas, complementaridades e solidariedades (económicas, sociais, culturais), a nível regional e local.

Um forte traço de união decorre do facto de as regiões de fronteira serem frequentemente identificadas como espaços marginais, de descontinuidade, marcados pela debilidade demográfica e por baixos níveis de desenvolvimento socioeconómico. A região fronteiriça Portugal-Espanha surge entre as regiões europeias como uma das que apresenta maior atraso estrutural, tendo sido por isso designada a *fronteira do subdesenvolvimento*⁶.

López Trigal (2013) define a “Raia Ibérica” como:

- (i) a expressão geográfica que designa o espaço regional da fronteira luso-espanhola, com um duplo sentido: linha ou limite fronteiriço e zona de ambos lados da fronteira internacional (aldeias, vilas, cidades e espaços comarcais);
- (ii) área de relações de vizinhança, detentora de uma identidade territorial, apesar das diferenças nacionais e linguísticas;
- (iii) faixa ampla de território e fronteira interior da União Europeia dominada por espaços rurais de população cada vez mais envelhecida, com excepção de alguns corredores mais dinâmicos, onde os habitantes mantiveram relações tradicionais de proximidade;
- (iv) paradigma de espaço fronteiriço não integrado e escassamente desenvolvido, com um território marcado pela separação e da periferia, com amplas zonas despovoadas ao longo de mil e duzentos quilómetros, com uma débil presença de centros dinâmicos e cidades. (p.165)

⁶ A publicação em Portugal, no ano de 1974, do livro “A Raia de Portugal – a Fronteira do Subdesenvolvimento” denunciou o atraso destes territórios, chamando a atenção para o imobilismo económico e social das periferias face ao progresso e à modernidade que percorriam as áreas mais centrais do país e da Europa. Trata-se de um trabalho de reportagem que deu visibilidade à confluência de uma territorialidade marcada por fundas assimetrias e desigualdades.

A fronteira marcou seriamente as relações entre Portugal e Espanha e os seus vestígios podem ainda observar-se com exactidão no território. As províncias espanholas e os distritos portugueses contíguos à raia, configuram um amplo espaço quase desconhecido no extremo sudoeste da Europa (Cabero Diéguez:2003).

Sem descer a uma análise pormenorizada, sublinham-se aqui os traços comuns que caracterizam a fronteira luso-espanhola e que foram definidos pelos geógrafos das universidades castelhana-leonesas por ocasião do diagnóstico do Programa Transfronteiriço de Espanha e Portugal (1994 - 2000 INTERREG II), discutido e apresentado em Salamanca (Sanchez López et al:1993). Resumem-se os aspectos mais importantes:

- (i) Alheamento dos centros de decisão política e económica;
- (ii) Existência de obstáculos naturais de carácter limitativo;
- (iii) Disjunção legal ou jurídica de âmbitos regionais análogos;
- (iv) Segmentação artificial dos mercados;
- (v) Deterioração demográfica e desarticulação dos recursos humanos;
- (vi) Ausência de actividades económicas diversificadas e complementares;
- (vii) Baixos níveis de equipamento à escala local e municipal;
- (viii) Abandono ou falta de infra-estruturas básicas para o intercâmbio económico, acessibilidade aos núcleos e comunicação humana;
- (ix) Barreiras psicológicas e educativas nas relações humanas e nos comportamentos sociais muito arreigados;
- (x) Frustração política e desilusão social nas localidades da fronteira. (p.68)

Como síntese, disse-se expressivamente que, de um e do outro lado, a dobradiça de união ficou marcada, até então, pelo subdesenvolvimento e por níveis de rendimentos três vezes menores que a média comunitária.

Cavaco (1996) enunciava igualmente os problemas estruturais da fronteira de Portugal-Espanha: declínio demográfico acelerado, forte dependência da agricultura e de sectores industriais tradicionais, fraca produtividade e rendimento, isolamento, ausência de iniciativas de desenvolvimento, carência de serviços de apoio às empresas, pobreza de relações com

as populações das regiões vizinhas do outro lado da fronteira, desarticulação territorial e redução das áreas de mercado de bens e serviços, concluindo:

As dinâmicas de desenvolvimento dos últimos decénios não tocaram sensivelmente e de forma positiva estas áreas periféricas, limitadas por uma fronteira política e económica que as separava de áreas bem semelhantes e também igualmente periféricas e marginais nos processos de desenvolvimento do país vizinho. As relações de vizinhança, as trocas económicas, a complementaridade de serviços, os laços de convívio e de solidariedade espontânea foram igualmente condicionados, limitados, pela fronteira, mas persistiram, nuns casos e numas épocas de forma clara e noutros de forma mais discreta, subterrânea, tomando relativamente fácil o desenvolvimento institucional de relações de cooperação para a solução de problemas comuns quando muda o contexto político e económico. (p. 422)

Apesar da identidade de problemas de ambos os lados, a fronteira continuava a marcar o relacionamento entre os povos e as regiões. Para lutar contra estes problemas dos espaços da raia surgiu uma forma de actuação denominada cooperação transfronteiriça que viria a marcar as políticas estruturais e de coesão. Efectivamente, as relações de boa vizinhança dos territórios contíguos propiciavam os intercâmbios comerciais e múltiplas cooperações na vida quotidiana. A economia da fronteira, em alguns momentos da história, foi marcada pelo fluxo de mercadorias proibidas que gerou na memória colectiva um sem-número de transmissões orais de testemunhos de contrabandistas.

Os dois países Ibéricos, em 1986, estavam posicionados nos escalões inferiores de desenvolvimento global da União, com a agravante de apresentarem um acentuado nível de disparidade inter-regional. Este fenómeno manifestava-se com mais acuidade nos territórios fronteiriços, considerados periféricos e com profundos desequilíbrios à escala interna comunitária.

O fim dos regimes ditatoriais associados à integração na UE contribuiu para uma maior afinidade e relacionamento entre as “zonas de raia”. Uma das estratégias adoptadas pela UE no alcance da integração e unificação dos seus Estados-membros, como já se referiu, foi a eliminação das fronteiras, físicas e económicas. Além de tudo, contribuiu para uma

visão de desenvolvimento e, conseqüentemente, para a atenuação da configuração geográfica enfraquecida e descentralizada de determinados Estados.

A partir da adesão de Portugal e Espanha à União Europeia, a 1 de Janeiro de 1986, as questões de desenvolvimento regional dos dois países passaram a estar reguladas e geridas no quadro da política regional comunitária, através da apresentação de planos de desenvolvimento regionais, os quais identificavam as prioridades do país. Refira-se que, no conjunto, os dois países demonstravam fragilidades, ao nível do índice de desemprego e das acentuadas disparidades inter-regionais, constituindo um quadro preocupante para a União.

Esta nova fase de relacionamento viria a consubstanciar a oportunidade de consolidar as relações inter-regionais e transfronteiriças, capaz de estruturar os espaços na dimensão económica, social e cultural. Por outro lado, ambos os países passaram a participar na definição de políticas comuns e a fazer parte de um mercado único, eliminando fronteiras e admitindo os acordos e regras europeias vinculadas num quadro de mecanismos decisivos.

2.2.2. Cooperação Luso-Espanhola: o estímulo europeu

As boas relações em matéria de cooperação bilateral intergovernamental entre Portugal e Espanha começaram muito antes da entrada dos dois países na então Comunidade Económica Europeia. Cabero Diéguez (2004) situa o início da colaboração construtiva entre Portugal e Espanha em 1976:

É habitual situar o arranque para a transição democrática em Portugal e em Espanha nos momentos de quebra dos modelos políticos autoritários (1974; 1975) embora os alicerces de ambas as ditaduras se encontrassem já minados pelas transformações sociais e culturais dos anos sessenta. Alguns factos de carácter bilateral, como o encontro dos ministros dos negócios estrangeiros na Guarda (Areilza e Melo Antunes), em 1976, deram início a relações abertas e auto-críticas e abriram o caminho para uma colaboração muito mais construtiva; acertadamente se chamou aos novos modos e comportamentos da reunião “ o espírito da Guarda”. Para trás ficavam quarenta anos de retórica de pactos e mais pactos, com fronteiras bem fechadas, que mantinham sob custódia os respectivos nacionalismos económicos e

políticos, abrindo-se, a partir de então, a expectativas mais realistas e mais próximas dos problemas comuns. Duas constituições (Portugal, 1976; Espanha, 1978) marcarão o ponto de partida democrático e os anos de 1982-1986 consolidarão e fecharão o processo com a incorporação conjunta na construção de uma Europa comunitária. (p.40)

Posteriormente, o Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha, assinado em 22 de Novembro de 1977 e que entrou em vigor a 5 de Maio de 1978⁷, proclama o fortalecimento dos vínculos de amizade e de solidariedade entre os dois países e estabelece uma série de propósitos de colaboração. Mais tarde, em 1979, foi criada a Comissão Mista Luso-Espanhola de Ordenamento do Território e Meio Ambiente.

O início da cooperação transfronteiriça entre as diferentes regiões luso-espanholas estabeleceu-se com a ratificação, por ambos os Estados, do Convénio Quadro Europeu sobre Cooperação Transfronteiriça entre Entidades Territoriais, assinado em Madrid, a 21 de Maio de 1980. Instrumento jurídico promovido pelo Conselho da Europa, o Convénio visava fomentar todas as acções concertadas tendentes a reforçar e a desenvolver as relações de vizinhança entre comunidades ou autoridades territoriais pertencentes a ditas ou várias partes contratantes, assim como a conclusão de acordos e de arranjos convenientes a tal fim. Este convénio abriu as portas a acordos administrativos entre comunidades e entidades territoriais fronteiriças em matérias tais como o desenvolvimento regional, urbano e rural, a protecção do meio ambiente, a melhoria das infra-estruturas e dos serviços oferecidos aos cidadãos e da ajuda mútua em caso de sinistro.

Com a eliminação das fronteiras, a União Europeia estimulou e facilitou a convergência ibérica. Desde a adesão à Comunidade Europeia e a criação do Mercado Único (1993) estabeleceram-se formas distintas de colaboração e de cooperação que multiplicaram contactos públicos e privados entre Portugal e Espanha, incrementando, em quase todas as direcções, as relações bilaterais e regionais.

A integração dos dois países na União Europeia provocou a abertura de novas relações de cooperação entre as regiões fronteiriças adjacentes. Esta via de colaboração entre as

⁷ Tratado de Amizade e Cooperação entre Espanha e Portugal, de 22 de Novembro de 1977, ratificado pelo instrumento de 17 de Abril de 1978 (BOE nº 128, de 30 de maio de 1978). Resolução da Assembleia da República nº 59-A/78, Tratado de Amizade e Cooperação entre Espanha e Portugal (publicado em suplemento ao Diário da República, I Série, nº 98 de 28 de Abril de 1978).

administrações regionais do Norte e do Centro de Portugal com a comunidade autónoma de Castela e Leão formalizou-se com a assinatura das respectivas Declarações: Declaração do Porto (Porto, 9 de Fevereiro de 1990) e Declaração de Coimbra (Coimbra, 29 de Maio de 1990), institucionalizando as relações e compromissos das regiões portuguesas e Castela e Leão. Estas declarações precederam os Protocolos de Cooperação Região Norte – Castela e Leão (Porto, 21 de Fevereiro de 1995) e Região Centro – Castela e Leão (Valladolid, 3 de Março de 1995) para reduzir as barreiras administrativas, económicas, sociais, culturais e psicológicas.

A aplicação do Convénio Quadro Europeu de 1980 exigia uns acordos intra-estatais, que, no caso de Portugal e Espanha, chegaram com o tratado de Valência. A publicação do Tratado sobre Cooperação Transfronteiriça entre Entidades e Instâncias Territoriais, assinado em Valência, a 3 de Outubro de 2002, veio possibilitar o estabelecimento de convénios de cooperação entre entidades territoriais. Este tratado, que entrou em vigor em 30 de Janeiro de 2004, permitiu a constituição de organismos de cooperação ou estruturas territoriais de cooperação transfronteiriça sem personalidade jurídica (Comunidades de Trabalho – entre regiões ou entre entidades/instâncias locais – e Grupos de Trabalho – entre municípios), com o objectivo de promover, coordenar, apoiar e realizar actividades de cooperação transfronteiriça. Com o Tratado de Valência deu-se um passo decisivo para incrementar as relações administrativas em busca do desenvolvimento sustentável dos territórios mas com uma planificação conjunta.

A dinamização da cooperação transfronteiriça como instrumento de actuação para o desenvolvimento e experiência de gestão comum do território e dos seus recursos chegou pela mão da política regional europeia e, especialmente, das iniciativas comunitárias (IC).

A integração comunitária pressupunha a permeabilização da fronteira económica e acentuava a necessidade de cooperação nos termos de circulação regional inter-regional e de ligação à Europa, de reordenamento de mercados, de salvaguarda e gestão de recursos ambientais ou de promoção turística e organização conjunta de circuitos. Importava cooperar, séria e responsavelmente, com vista ao desenvolvimento das respectivas regiões, sem localismos cegos nem nacionalismos retardados, promovendo, intensificando, orientando e concertando abordagens e intervenções quanto a problemas comuns e afins, a diferentes escalas espaciais (local, municipal, distrital, regional, nacional). Importava inverter decisivamente as dinâmicas regressivas do passado recente, em sectores significativos das regiões de fronteira, pelo menos nos mais beneficiados por condições naturais, intervenções humanas, tecidos económicos e sociais, localização e acessibilidades. (Cavaco: 1996)

De acordo com López Trigal (1995) o processo de integração europeia foi um verdadeiro repto para as regiões periféricas transfronteiriças, onde as barreiras, sobretudo políticas, entravaram a cooperação, especialmente a nível regional e internacional, acrescentando que:

Uma nova realidade está já presente no espaço da fronteira hispano-portuguesa que obriga a que a cooperação entre as regiões de Portugal e Espanha seja reforçada, na medida de novos acordos das instituições regionais (Comunidades Autónomas e Comissões de Coordenação Regionais correspondentes) e locais (entre cidades e entre Corporações Locais). (p.35)

Ao longo das últimas duas décadas foi visível o investimento realizado nas áreas transfronteiriças sob o impulso de programas de cooperação, nomeadamente em matéria de infra-estruturas e equipamentos, qualificação dos recursos humanos, revitalização do tecido produtivo e cooperação institucional. Contudo, como fez notar Mora (2001), existem na raia luso-espanhola alguns obstáculos que limitam o potencial da cooperação transfronteiriça, nomeadamente as barreiras institucionais (diferentes modelos de Estado), uma cultura estatista enraizada (nos dois países), dificuldades na gestão autónoma dos fundos para objectivos específicos, níveis e ritmos desiguais de desenvolvimento, entre outros, que Mora, Pimienta e García (2005:281) sintetizaram no quadro 8.

Quadro 8 - Análise SWOT para as regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha

Regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha			
Fraquezas	Ameaças	Forças	Oportunidades
Escassa vitalidade demográfica ou em regressão (baixa densidade, despovoamento e envelhecimento)	Aumento da crise estrutural do sector agrícola	Melhoria da acessibilidade viária transfronteiriça	Consolidação de vectores de integração das duas economias, criando um mercado ibérico (Euro-região)
Carência de infra-estruturas e equipamentos para ganhar "atractividade"	Concentração do modelo de crescimento em núcleos urbanos distantes da fronteira	Peso crescente do emprego em actividades industriais	Competitividade ambiental e urbana na atracção de fluxos de investimentos e visitantes
Acessibilidade intra-regional	Subordinação das estratégias empresariais às lógicas de globalização sem	Reforço de competências em matéria de qualificação e de unidades de I&D	Racionalização do uso de equipamentos

desfavorável, acentuando o isolamento do interior	inclusão o tecido empresarial local	Património ambiental em excelente estado de conservação nas bacias hidrográficas internacionais	e de serviços de natureza social e de apoio a actividades económicas
Política diferenciada de incentivos ao investimento	Escassa dotação de capital humano e de serviços às empresas	Magnífico património cultural, urbano e rural	Partilhar e racionalizar o uso de equipamentos e serviços sociais (hospitais, universidades, instalações desportivas), dos dois lados da Raia
Estratégias empresariais que não contemplam a euro-região	Efeitos negativos da crise estrutural do sector agrícola	Potencial para novas correntes turísticas	Consolidação do turismo de qualidade nas Ilhas Canárias
Dependência da iniciativa privada em relação às administrações regionais	Insuficiente capacidade competitiva dos centros urbanos e das economias locais no contexto da União Europeia (baixos níveis de produtividade de trabalho e de capital)	Sustentabilidade do turismo litoral do Algarve e Huelva	
Perda de capacidade de atração de capital estrangeiro	Despovoamento ao longo nas vias rodoviárias paralelas (IP2 e N630)	Condições climáticas tropicais das ilhas Canárias	
Bolsas de pobreza e fenómenos de marginalização	A situação ultraperiféricas das ilhas Canárias, que dificulta a sua integração europeia		
Fraca participação da mulher na vida social			
Insularidade dos Açores, Madeira e Canárias			

Fonte: Mora, Pimienta e García (2005:281)

O quadro anterior é bem demonstrativo que o processo de esbater ou suprimir os efeitos negativos das fronteiras é moroso e árduo e que são necessárias acções e iniciativas sistemáticas e concertadas ao nível do investimento público e privado que contribuam para o desenvolvimento e a verdadeira integração europeia destes territórios. Contudo, o maior desafio, conforme refere López Trigal (1995), passa por reforçar a confiança e o conhecimento mútuos, apesar das diferenças culturais.

Na mesma linha, Jacinto (1995) refere que “se a cooperação, mesmo que não consiga outros resultados, promover o diálogo entre agentes e instituições, fomentando relações que ajudem a superar distâncias que a fronteira historicamente foi impondo a territórios geograficamente contíguos será, por si só, um contributo positivo” (p.52).

Cabero Diéguez (2004) acrescenta ainda que a cooperação e construção ibéricas não devem apoiar-se exclusivamente no mercado, nem a coesão deve interpretar-se em termos estritamente económicos:

Um e outro conceito [cooperação e construção ibéricas] põem também o acento, acima de tudo, na dimensão de cidadania e política das iniciativas comunitárias, ou, o que é o mesmo, reforçam um modelo de convivência e um equilíbrio do exercício do poder à escala territorial. Por isso, são muitas as vozes que se ouvem em favor de umas relações mais naturais e sensatas entre Portugal e Espanha, afastadas da desconfiança e dos preconceitos colectivos que o tempo fossilizou em fronteiras psicológicas e culturais difíceis de superar. Quando essas vozes representam, sobretudo, a sociedade civil através de fundações, associações, instituições e organizações conjuntas, estão a desenhar-se as verdadeiras pontes entre a sociedade portuguesa e a espanhola. Embora invisíveis no espaço, são as que rasgam e reduzem as distâncias mentais e culturais entre o ocidente lusitano e o oriente mediterrânico, entre o norte e o sul, entre o litoral e o interior ou, inclusivamente, entre as zonas mais próximas do interior da Meseta. As pontes internacionais recentemente construídas sobre o Minho, o Douro, o Tejo ou sobre o Guadiana, com ajuda europeia, facilitam, sem dúvida, a passagem dos “veículos longos” e a integração ou globalização europeia, mas contribuíram também para fortalecer os vínculos culturais e sociais entre Espanha e Portugal. Em suma, contribuíram para dar sentido humano e cívico à cooperação e aos Fundos Estruturais e de Coesão.” (p. 47)

A Europa e o processo de integração europeia e europeização têm sido decisivos para o esbater dos efeitos negativos das fronteiras, nomeadamente quanto ao desenvolvimento socioeconómico e a organização do território da Raia Central Ibérica, fomentando uma convergência em termos de dinâmicas de cooperação transfronteiriça e de elementos de configuração territorial.

2.3. Programas Comunitários: impulso e impactos do PIC INTERREG IIIA e do POCTEP

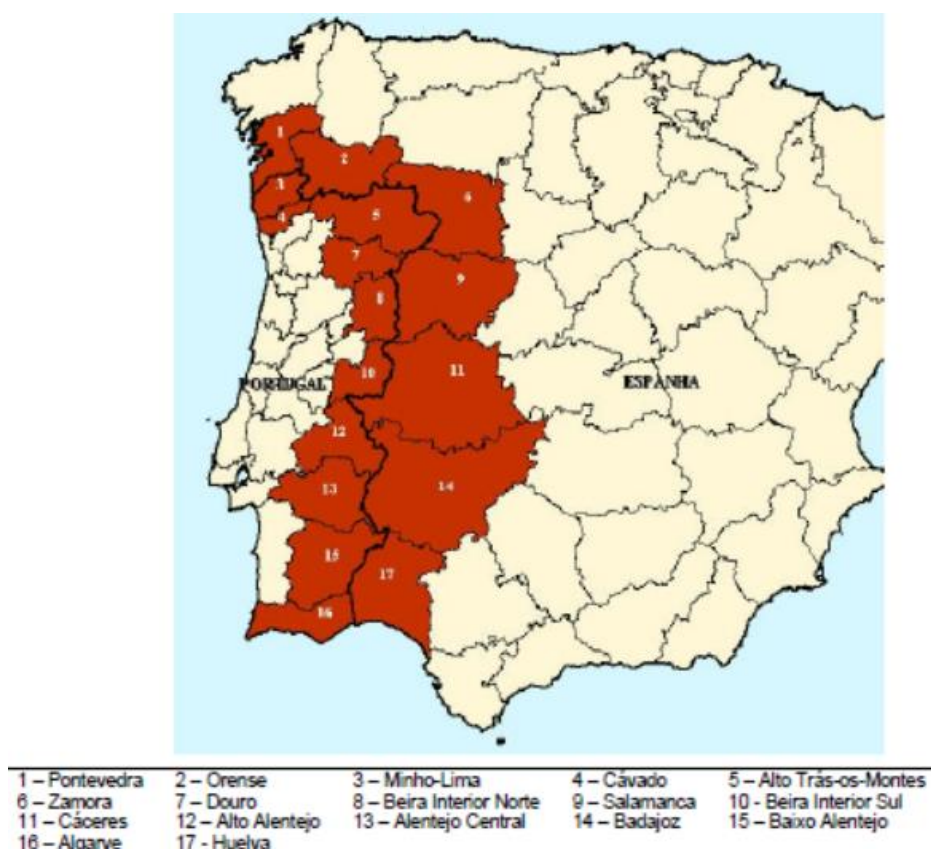
Como se pôde constatar, a integração de Portugal e Espanha e no espaço económico e político europeu, ao contribuir para a atenuação do efeito de fronteira – ao nível político e psicológico – significou a abertura de um campo de oportunidades no âmbito da cooperação entre os territórios fronteiriços.

A Iniciativa Comunitária INTERREG lançada em 1990, com o objectivo central de promover a cooperação transfronteiriça no desenvolvimento económico e para preparar as regiões de fronteira para aproveitarem ao máximo as oportunidades e os desafios da crescente integração europeia, consolidou este processo de cooperação nas regiões comunitárias, ao concretizar em programas operacionais, os processos relativos a este tipo de cooperação, por parte da UE, sempre na óptica de uma importante contribuição para o reforço da coesão (territorial, económica e social) das áreas fronteiriças (vertente A), tendo em conta a expressão dos interesses e problemas específicos das comunidades locais (CE:1994).

Destinado a financiar estruturas, equipamentos e acções especificamente transfronteiriças, este programa veio a desempenhar, na fronteira portuguesa e espanhola, um papel chave na cooperação territorial, não só como catalisador do espírito de cooperação transfronteiriça enquanto veículo de desenvolvimento, mas também como instrumento de promoção e suporte das ações concretas que lhe viriam a dar corpo.

A cooperação realizada no quadro do INTERREG regulou-se pelos princípios de Programação com os Programas de Iniciativa Comunitária (PIC) e Cooperação entre as autoridades nacionais, regionais e locais e os interlocutores socioeconómicos, tendo em conta o enfoque ascendente (*bottom up*).

Figura 6 – As NUTS III da Iniciativa INTERREG-I – A Portugal-Espanha



Fonte: DGDR (2001)

Os domínios de actuação do PIC INTERREG-I (1991-1993) orientaram-se para a resolução das numerosas deficiências de carácter básico, nomeadamente (IFDR:2007):

1. Acessibilidades, com o objectivo de reduzir o carácter periférico dos territórios transfronteiriços;
2. Infra-estruturas básicas de abastecimento de água e saneamento, com o objectivo de proporcionar uma melhoria da qualidade de vida das populações residentes e reduzir os impactos ambientais;
3. Recuperação do património construído e natural, tendo como objectivo dinamizar a actividade turística e, desta forma, diversificar e potenciar a base económica das áreas raianas e aumentar os níveis de rendimento das populações residentes;

4. Ações específicas de fomento da cooperação transfronteiriça, tendo como objectivo potenciar uma cultura de cooperação e criar instituições de suporte a esse desiderato;
5. Apoio às actividades primárias, reconhecendo o papel importante que ainda desempenhavam na área de fronteira. (p.14)

As primeiras fases do PIC INTERREG contribuíram, de forma significativa, para a criação e intensificação de uma dinâmica da cooperação transfronteiriça pelo avolumar de experiências e novas iniciativas de cooperação inter-regional e transfronteiriça. Como elemento negativo há que assinalar que a maior parte das actuações foram desenhadas e realizadas a nível nacional e não entre regiões, o que teria impulsionado mais o desenvolvimento destas áreas. O PIC INTERREG I viria a servir de base para propor outras acções mais amplas e melhoradas em relação a estas primeiras.

A orientação estratégica do PIC INTERREG II (1994-1999) vem corporizar dimensões de continuidade, mas também de ruptura e inovação relativamente à geração anterior. De entre os principais domínios de continuidade destacam-se: (i) Agricultura e desenvolvimento rural; (ii) Formação e emprego, intercâmbio educativo e científico; (iii) Cooperação empresarial, social e institucional; (iv) Protecção do património natural; (v) Dotação dos equipamentos urbanos; (vi) Recuperação do património arquitectónico; (vii) Infra-estruturas de ligação, comunicação e integração territorial; (viii) Conservação dos recursos hídricos. Como domínios inovadores/adicionais destacam-se (i) Equipamentos de apoio à actividade produtiva; (ii) Telecomunicações (IFDR:2007:17).

Ou seja, em termos mais práticos, depois de um período em que o acento tónico foi colocado no estabelecimento das bases que a cooperação transfronteiriça então implicava, sobretudo do domínio material tendo em vista permeabilizar a fronteira, foi-se assistindo ao reforço de intervenções cada vez mais envolventes e profundas em termos de cooperação, muitas das vezes com uma componente imaterial fundamental. De realçar igualmente uma maior experiência para aumentar a cooperação com o objectivo de contribuir para a coesão económica e social entre regiões.

A maturação do processo de cooperação transfronteiriça traduziu-se, por um lado, na multiplicação das interacções entre os dois lados da fronteira, e, por outro, significou, de forma progressiva e à medida que as condições de base eram conquistadas, uma alteração

na qualidade dessas mesmas interações, espelhando um processo que evoluiu de um mero aproveitamento unilateral das oportunidades abertas pelos fundos disponíveis, para uma cooperação de nível básico, frequentemente mais nominal que real, e posteriormente para uma cooperação plena, envolvendo a concepção, operacionalização e gestão conjunta das intervenções.

É neste contexto evolutivo, marcado por avanços significativos e saltos qualitativos nos níveis de cooperação e desenvolvimento das áreas transfronteiriças, mas também pela persistência de alguns problemas e obstáculos a estas dinâmicas, que surge no ano 2000 uma nova geração do Programa - o PIC INTERREG III - com um envelope financeiro mais reforçado e um acento tónico vigorosamente colocado numa filosofia *bottom-up*.

O PIC INTERREG III (2000-2006) procurou dar continuidade à cooperação transeuropeia para fomentar um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu. Relativamente às anteriores convocatórias e tendo em conta as experiências positivas adquiridas, contemplaram-se três capítulos: (i) Capítulo A: “Cooperação transfronteiriça” - Fomentar o desenvolvimento regional integrado entre as regiões fronteiriças, incluindo as fronteiras exteriores e marítimas; (ii) Capítulo B: “Cooperação transnacional” - Contribuir para a integração territorial harmoniosa de toda a União Europeia; (iii) Capítulo C: “Cooperação inter-regional” - Melhorar as políticas e técnicas de desenvolvimento regional e coesão mediante a cooperação transnacional e inter-regional. (IFDR:2007:17)

Visando objectivos semelhantes às fases anteriores do programa, esta nova abordagem reforçava a coesão económica e social através do fomento da cooperação transfronteiriça e do desenvolvimento equilibrado do território.

O modelo de gestão e intervenção proposto pelo INTERREG IIIA procura assegurar o carácter autenticamente transfronteiriço dos projectos, partilhando as iniciativas entre sócios ou “parceiros” e a própria gestão financeira. Há que sublinhar o esforço jurídico-institucional da política europeia para converter a cooperação, nesta etapa, num processo mais transversal à escala territorial e social.

Tendo em conta a situação de partida existente ao nível das relações transfronteiriças e as características dos territórios no que diz respeito às debilidades económicas e sociais, não é de estranhar que as várias gerações do PIC tenham apresentado evoluções significativas no domínio das estratégias de intervenção.

O avanço desta convocatória sobre as duas anteriores reflecte-se no surgimento de um capítulo específico sobre cooperação transfronteiriça. A terceira fase de INTERREG intercede pela cooperação entre territórios contíguos com o objectivo de desenvolver pólos económicos e sociais transfronteiriços e estratégias comuns de desenvolvimento territorial.

Principais domínios inovadores/adicionais do INTERREG III-A (IFDR:2007):

1. Fortalecimento das economias locais com base no alargamento e qualificação da oferta de serviços às actividades de especialização das zonas de fronteira.
2. Desenvolvimento dos níveis de integração social entre os espaços transfronteiriços, nomeadamente nos domínios da saúde e da inserção de grupos desfavorecidos.
3. Aumento dos níveis de cobertura inter-regional em matéria de equipamentos e de serviços de apoio às famílias e às pessoas. (p. 20)

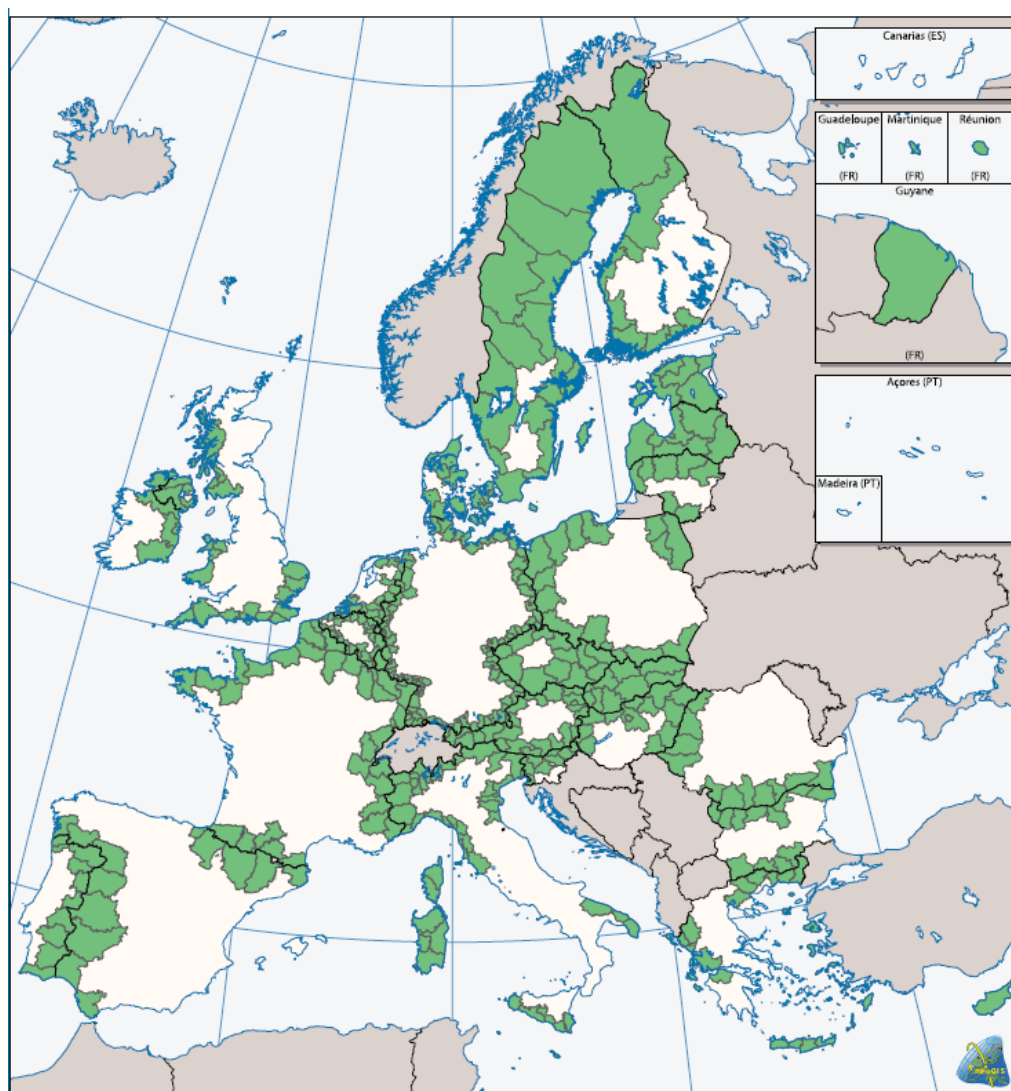
Globalmente, e relativamente a esta geração do Programa, importa destacar três aspectos conclusivos (IFDR:2007):

1. O INTERREG IIIA representou um salto qualitativo nas políticas de cooperação transfronteiriça entre os dois países, especialmente devido à obrigatoriedade de constituir parcerias transfronteiriças.
2. As iniciativas concretas de cooperação, contrariamente ao que seria de esperar à partida, continuaram a revelar insuficiência nos domínios da cooperação (cooperação formal e instrumental sem interacção continuada e equilibrada entre os sócios/parceiros).
3. Mantiveram-se bloqueios significativos à cooperação motivados pelas diferenças dos modelos de governação e organização político-administrativa dos dois estados (culturas institucionais distintas), bem como pela assimetria das dotações financeiras entre Portugal e Espanha e seus reflexos nas diversas áreas de cooperação (p.21)

A partir de 2007, a Política de Coesão da União Europeia reorganiza-se em torno de um quadro normativo novo com três objectivos prioritários: convergência, competitividade e

emprego e cooperação territorial europeia. Neste novo quadro normativo, a cooperação territorial europeia adquire o estatuto de objectivo de pleno direito, o que se traduz em maior transparência e fundamento jurídico.

Figura 7 – Regiões elegíveis para a Cooperação Transfronteiriça (FEDER) – 2007-2013



Fonte: Comissão Europeia (2007)

Aprovado pela Comissão Europeia, em 25 de Outubro de 2007, o POCTEP (Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal) 2007-2013 promove o desenvolvimento das zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal, reforçando as relações económicas e as redes de cooperação existentes entre as cinco áreas definidas pelo Programa: (i) Galiza/Norte de Portugal; (ii) Norte de Portugal/Castilla y León; (iii) Centro/Castilla y León; (iv) Alentejo/Centro/Extremadura; (v) Alentejo/Algarve/Andalucía (IFDR:2007:10)

Este novo Programa visa aproveitar as amplas redes de cooperação existentes que se têm vindo a desenvolver e incrementar desde 1989, com a execução de projectos de infra-estruturas, às quais que se têm vindo a incorporar progressivamente outros sectores como o turismo, os serviços sociais, o meio ambiente, a inovação tecnológica, a saúde, a educação ou a cultura.

A passagem do INTERREG III-A para o POCTEP 2007-2013 representou um novo salto qualitativo que, de forma muito sintética, se pode caracterizar por: (i) Uma abordagem territorialmente integrada – os subprogramas regionais desaparecem, embora se respeite a especificidade das 5 áreas de cooperação; (ii) Uma intervenção exclusivamente centrada nos objectivos da cooperação e da gestão conjunta de infraestruturas, equipamentos e serviços, o que traduz um aprofundamento considerável do carácter transfronteiriço do Programa.

Neste contexto, e a partir da experiência obtida no passado, o Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha 2007-2013, apresenta o objectivo global de contribuir para o reforço da coesão económica e social do espaço de fronteira luso-espanhola através da cooperação territorial valorizando o capital acumulado durante as três gerações do INTERREG. As prioridades definidas foram as seguintes (IFDR:2007):

1. Fomento da competitividade e a promoção do emprego
2. Ambiente, património e prevenção de riscos
3. Ordenamento do território e acessibilidades
4. Integração socioeconómica e institucional
5. Assistência Técnica ao processo de cooperação transfronteiriça (p.69)

As premissas que serviram de base à definição das prioridades do POCTEP tiveram em conta (i) a necessidade de valorizar as infra-estruturas, equipamentos e serviços localizados nos espaços transfronteiriços; (ii) a possibilidade de uma articulação sólida entre entidades públicas na base do quadro global que oferece o Tratado de Cooperação e as Comunidades de Trabalho existentes; (iii) o potencial para a gestão conjunta de equipamentos e serviços, ou através do desenvolvimento de projectos específicos (programas de gestão), ou mediante a superação das restrições legais ainda existentes; (iv) a prioridade aos projectos imateriais que pretendam a valorização e consolidação das iniciativas anteriormente apoiadas pelo INTERREG. (IFDR:2007:70)

O POCTEP apoiou 81 projectos na 1ª convocatória (2008), 114 projetos na 2ª convocatória (2010) e 20 projectos na 3ª convocatória, num investimento total de 347 milhões de euros com uma contribuição FEDER de 260,3 milhões de euros⁸.

Como se pôde constatar, o processo de cooperação transfronteiriça tem vindo a ser intensificado desde o início da década de 90, passando em muitos casos de uma fase de quase não-cooperação para uma nova realidade de estreita aproximação, culminando com a recente formalização de alguns Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT). Esta mudança de rumo teve no INTERREG-A a principal causa, embora o processo de maturidade dessa iniciativa comunitária só tenha sido alcançado na presente geração (POCTEP). Os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial visam eliminar os obstáculos à cooperação territorial, permitindo pôr em prática projectos de cooperação territorial co-financiados pela UE. O AECT constitui uma inovação na medida em que permite um agrupamento entre organismos de diferentes Estados Membros sem assinatura prévia de um acordo internacional ratificado pelos parlamentos nacionais. Os Estados Membros devem, contudo, dar o seu acordo à participação dos membros nos respectivos territórios sendo o direito aplicável para a interpretação e a aplicação do convénio o do Estado-Membro onde estiver estabelecida a sede estatutária do AECT. O convénio de um AECT específica, nomeadamente: a designação do AECT e a sua sede estatutária, a lista dos seus membros, o âmbito territorial, o seu objectivo, as suas funções e a sua duração.

Um estudo da ESPON (2007:5) exprime a ideia de que a cooperação transfronteiriça "é uma força poderosa que afecta as estruturas espaciais socioeconómicas das regiões vizinhas". Da mesma forma, a nova versão da Carta Europeia para as Regiões Transfronteiriças, afirma que a cooperação transfronteiriça "contribui para atenuar as desvantagens destas fronteiras, ultrapassar a situação periférica das regiões fronteiriças nos seus respectivos países, e melhorar as condições de vida da população. Abrange todas as esferas culturais, sociais, económicas e de infra-estruturas " (AEBR: 2011).

López Trigal (2013) partilha esta visão sobre a importância que a cooperação transfronteiriça teve para o desenvolvimento da Raia Ibérica, quando afirma que, apesar das dificuldades, este tipo de cooperação avança muito significativamente, com particular evidência para a construção de infra-estruturas e comunicações, mas também, embora em menor grau, na cooperação social e económica. O mesmo autor sublinha que o processo

⁸ Informação disponível em http://www.poctep.eu/index.php?modulo=proyectos_aprobados (acedido em 09/008/2013)

histórico que ajudou a separar indivíduos e meios produtivos, contribuindo dessa forma para acentuar a desarticulação económica e territorial, foi travado e, em certa medida, transformado pelo PIC INTERREG, que tem vindo assim a contribuir para o reforço da integração europeia e, em particular, da integração ibérica.

Os investimentos propiciados por estes programas foram significativos em vários sectores. Destacam-se a seguir os âmbitos mais relevantes dos investimentos comunitários de cooperação:

- (i) Infraestruturas de Transportes. Os investimentos mais significativos realizaram-se nesta área, destacando-se: novas auto-estradas e pontes internacionais, melhoria e ampliação da rede viária secundária e novas ligações transfronteiriças entre os espaços raianos; melhoria da rede ferroviária com linhas de alta velocidade entre os principais centros urbanos, algumas de impacto transfronteiriço.
- (ii) Património. Uma parte importante do investimento comunitário contribuiu para acções de recuperação do património ao longo da fronteira: recuperação e restauro de cidades e aldeias amuralhadas, muralhas, torres, igrejas, castelos, pontes e outros edifícios emblemáticos.
- (iii) Equipamentos e infraestruturas municipais. Parte deste investimento destinou-se à melhoria de estruturas municipais: arruamentos, saneamento, edifícios públicos, polidesportivos, piscinas, parques industriais e viveiros de empresas, teatros e centros culturais e museus municipais, entre outros.
- (iv) Desenvolvimento local e regional. Sobretudo devido à iniciativa LEADER, que promove acções no meio rural com base na criação de Grupos de Acção Local.
- (v) Capital Humano. As políticas direccionadas a melhorar a requalificação e empregabilidade dos recursos humanos tiveram particular relevância no espaço transfronteiriço.

Efectivamente, são notórios os avanços que se registaram nos últimos anos ao nível da cooperação institucional, no domínio cultural, económico e dos fluxos rodoviários transfronteiriços. Contudo, existem barreiras significativas que precisam de ser vencidas para que a permeabilidade transfronteiriça atinja um grau mais elevado, nomeadamente: (Medeiros:2011)

- (i) No domínio da harmonização dos sistemas jurídico-administrativos;
- (ii) Na compatibilização dos instrumentos de ordenamento do território;

- (iii) Na concretização de um sistema de transportes públicos mais regular nos vários troços transfronteiriços;
- (iv) Na concretização de mais acordos entre as áreas protegidas de ambos os lados da fronteira;
- (v) Na concretização de acordos para a partilha conjunta de equipamentos colectivos;
- (vi) Na concretização de uma estratégia conjunta que permita a dinamização dos centros urbanos de pequena e média dimensão e que ajude a articular melhor o território envolvente (p.323)

Tendo em conta as experiências de cooperação de anteriores programas INTERREG e num contexto de alargamento a leste da União Europeia, diversas entidades e instituições envolvidas na cooperação⁹ consideram fundamental repensar a cooperação e introduzir novos actores, seleccionando os mais dinâmicos do território e organizá-los em rede, procurando novas sinergias entre intervenções e actores. Prevendo-se uma redução substancial dos fundos estruturais e dos recursos europeus destinados aos programas transfronteiriços ibéricos, tal obriga a uma reavaliação activa da cooperação entre os dois países, baseada numa maior complementaridade e coordenação dos diferentes programas de desenvolvimento regional. Por último, consideram que, num futuro próximo, os projectos deverão afirmar-se pela sua qualidade e inovação em estreita relação e coerência com os recursos endógenos, naturais e culturais, do território.

2.4. Perspectivas de cooperação na fronteira Portugal - Espanha no horizonte 2014 - 2020

A política de cooperação transfronteiriça impulsionada pela Comissão Europeia e os seus instrumentos financeiros – INTERREG e POCTEP – foram não apenas um dos instrumentos chave para o desenvolvimento, mas também – e sobretudo – um dos elementos que mais contribuiu para a percepção pelos cidadãos destas regiões acerca da ideia de Europa e, por conseguinte, do processo de construção europeia e de europeização.

⁹ Comunidades Autónomas, Comissões de Desenvolvimento Regional, IFDR, ARFE, CECICN, entre outras.

Apesar de a gestão dos programas ter sofrido modificações ao longo dos últimos vinte anos, nem todas eficazes, pode concluir-se que, no seu conjunto, a avaliação é bastante positiva, não apenas entre os responsáveis políticos e gestores, mas entre a população em geral, ao ponto de se associar o INTERREG com a União Europeia e como uma mais-valia da política europeia para as regiões de fronteira.

A cooperação transfronteiriça derrubou fronteiras interiores, convertendo-se numa potente argamassa para a coesão dos territórios de fronteira europeus. Contudo, quanto mais se avança, surgem novas necessidades e prioridades para que os sucessos conseguidos não se percam. O desenvolvimento é, por definição, um conceito dinâmico cuja força reside na sua capacidade endógena de multiplicar o efeito dos recursos. Tal implica que os recursos devem sempre existir, em quantidade proporcional à capacidade de desenvolvimento dos territórios.

Como se pôde observar no pontos anteriores, a eliminação das fronteiras não significou a eliminação das barreiras, especialmente as de carácter administrativo, emanadas de políticas nacionais que influenciam negativamente o desenvolvimento dos territórios de fronteira, com especificidades próprias e diferenciadoras.

Os territórios adjacentes à fronteira luso-espanhola encontram-se hoje perante novos desafios, confrontados com a necessidade de encetarem dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento que conciliem coesão e competitividade. Há portanto necessidade de uma massa crítica que possibilite a viabilidade de políticas e estratégias de desenvolvimento, o que apenas é viável integrando os territórios vizinhos, geralmente situados do outro lado da fronteira e portanto pertencentes a outro estado.

Numa altura de definição de linhas estratégicas para a cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha para o período 2014-2020, o Regulamento de Cooperação Territorial¹⁰ será, sem dúvida, o documento de referência, conjugado com regulamentos e directivas comunitárias que, neste momento, são ainda propostas da Comissão Europeia. Contudo, com a devida prudência, podem vislumbrar-se algumas orientações e delinear estratégias para a cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha no novo período de programação.

Neste novo contexto, associações de referência como a CECICN (Conferência Europeia de Redes Interregionais e Transfronteiriças de Cidades) e a ARFE (Associação das Regiões

¹⁰ COM (2011) 611 final – 2011/0273 (COD)

Fronteiras Europeias) têm insistido no valor acrescentado da cooperação territorial e na importância da Cooperação de Segunda Geração, orientada para a concretização das políticas de cooperação e para o fortalecimento do associativismo e da subsidiariedade a escalas regionais e urbanas bem concebidas, fomentando os serviços comuns transfronteiriços. Estes novos desafios giram em torno de cinco ideias chave (CECICN e ARFE:2012):

1. Enfoque territorial das políticas de coesão e cooperação;
2. A cooperação territorial transfronteiriça deve ser um objectivo estratégico pois abrange cerca de 37% da população europeia e cerca de 500 cidades;
3. A cooperação requer várias escalas de bom governo e responsabilidade, procurando sempre a proximidade; alguns bons exemplos de *eurocidades* ou *euroregiões* deveriam adaptar-se a macrorregiões;
4. A cooperação necessita de estruturas sólidas e redes comuns (ágeis, intensas e comprometidas), que representem bem os territórios abrangidos;
5. Através da cooperação fortalece-se a união e a solidariedade tão necessárias em tempos de crise, desafios formulados por J. Delors.

Importa atentar nas conclusões do “*Estudio Socioeconomico de la frontera entre Portugal e Espanha*” referido no ponto 3.1. no que respeita aos impactos de duas décadas de cooperação transfronteiriça, nas vertentes económica, social e territorial:

1. Coesão económica:
 - a. A fronteira convergiu em termos de PIB per capita mas divergiu em maior ritmo no seu peso populacional;
 - b. A fronteira suportou melhor, em termos relativos, a primeira fase da crise económica no que respeita à diminuição do número de empresas, mas tem menos tecido industrial agora do que há duas décadas em comparação com os respectivos países;
 - c. A queda no número de explorações agrárias não foi compensada com o correspondente crescimento médio das mesmas, tendo-se produzido uma redução da superfície agrícola utilizada.
2. Coesão social:
 - a. A fronteira necessita de forte investimento na formação de capital humano uma vez que uma grande parte das suas NUT III viu aumentar as taxas de habitantes com formação superior abaixo das médias regionais, ainda que estas tenham aumentado mais do que as médias nacionais. Existem equipamentos com necessidade de serem melhor aproveitados;

- b. Os equipamentos sociais da fronteira estão seriamente ameaçados no actual contexto de crise, com redução do investimento na saúde e assistência e supressão de apoios para bibliotecas públicas e outros equipamentos culturais.
- c. A quebra no rejuvenescimento geracional é mais perigosa para a coesão social do que a taxa de dependência senil, prevendo-se que se agrave nos próximos anos se não se remedeia pela via migratória activada pela criação de condições de vida atractivas na fronteira.

3. Coesão territorial:

- a. Na sua diversidade a fronteira Portugal-Espanha apresenta eixos urbanos diversos:
 - (i) eixo urbano “A Coruña-Vigo-Braga-Porto” de características policêntricas, bem conectado entre si, com densidades de população aceitáveis e fluxos de intercâmbio de pessoas e mercadorias significativas;
 - (ii) eixo urbano monocêntrico, com sede em Badajoz, com potencialidades policêntricas na área “Évora-Portalegre-Beja-Cáceres-Mérida-Badajoz”, apresentando melhor acessibilidade exterior que interior, densidades populacionais baixa, taxas de migração negativas e excessiva dependência do eixo Lisboa-Madrid;
 - (iii) eixo urbano Faro-Huelva com grandes potencialidades no que respeita a fluxos de pessoas e mercadorias, boas acessibilidades e densidades de população, mas com escasso tecido urbano de cidades médias interrelacionadas e escassa complementaridade económica;
 - (iv) eixo urbano alargado Valladolid-Salamanca-Viseu-Aveiro, muito condicionado por baixas densidades populacionais, fluxos internacionais de mercadorias e centros urbanos em recessão demográfica;
- b. Em geral, a coesão territorial não parece depender tanto do grau de acessibilidade, onde se registaram visíveis melhorias, mas do grau de articulação de estruturas de cooperação transfronteiriça com personalidade jurídica que contribuam para a diminuição dos custos de contexto transfronteiriço, incrementando a atractividade do território e actuando em defesa de interesses comuns.

Assim, em função das prioridades comunitárias e do diagnóstico realizado, os autores do estudo defendem as seguintes propostas de actuação para cada vertente:

1. Coesão económica, tendo como objectivo central a criação de emprego:
 - a. Promover a criação de clusters transfronteiriços em sectores produtivos chave para a fronteira (agro-indústria, processos industriais de I+D+i, energias renováveis, indústria automóvel);
 - b. Promover um sector turístico sustentável que actue como motor do desenvolvimento económico local;
 - c. Promover bancos de terras para explorar os recursos agrários, pecuários e florestais, em sintonia com a nova PAC;
 - d. Promover o bom funcionamento da administração pública, empresas e centros superiores de educação e investigação, colocando-os ao serviço do desenvolvimento local.
 - e. Promover a conectividade da fronteira.
2. Coesão social, tendo como objectivo central a qualidade de vida dos cidadãos:
 - a. Fomentar o empreendedorismo social;
 - b. Fomentar programas conjuntos de formação profissional;
 - c. Fomentar programas educativos compartilhados;
 - d. Fomentar equipamentos de saúde comuns.
3. Coesão territorial, tendo como objectivo central a articulação territorial em torno a redes policêntricas de cidades pequenas e médias da fronteira:
 - a. Estimular a criação de estruturas de cooperação com personalidade jurídica;
 - b. Estimular a criação ou consolidação de plataformas logísticas nos grandes eixos de interconexão ibérica;
 - c. Estimular a melhoria da acessibilidade, particularmente no transporte de mercadorias e ferrovia;
 - d. Estimular o transporte público transfronteiriço.

Pode portanto concluir-se que a estratégia de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha tentará conjugar os objectivos centrais da Estratégia Europa 2020 – inovação, crescimento e emprego - com as recomendações reiteradas na Agenda Territorial 2020 (2011). Este documento, aprovado pelos ministros europeus responsáveis pelo Ordenamento do Território e Desenvolvimento Territorial, actualiza o documento antecedente (Carta de Leipzig, 2007) ajustando-o à actual conjuntura económica e social e ao novo contexto resultante do Tratado de Lisboa e alinhando-o com a Estratégia Europa 2020. Importa destacar as seguintes orientações:

- (i) Os territórios vizinhos com potencialidades complementares, devem unir forças e explorar conjuntamente as suas vantagens comparativas, criando desta forma um potencial de desenvolvimento adicional.
- (ii) As cidades devem apostar na inovação, formando redes que permitam melhorar o seu rendimento sendo competitivas, tanto na Europa como à escala global.
- (iii) Uma política de desenvolvimento territorial policêntrica deve impulsionar a competitividade territorial dos territórios da EU.
- (iv) As iniciativas de cooperação territorial devem orientar-se para objectivos a longo prazo no que respeita à coesão territorial, com o apoio da Comissão Europeia sempre que necessário;
- (v) Deverá desenvolver-se uma cooperação e associação equilibradas entre as zonas rurais e urbanas, específicas para cada região.

Mantém-se assim o objectivo da cooperação territorial no sentido de ajudar as regiões e cidades a enfrentar os novos desafios transfronteiriços e transnacionais e explorar o seu potencial. Pode portanto concluir-se que a cooperação territorial não depende apenas dos progressos que consiga a integração europeia, mas contribui efectivamente para a sua consecução.

PARTE II.

O CASO DO CEI NO PANORAMA DA COOPERAÇÃO: AVALIAÇÃO DE UM PERCURSO

3. O CENTRO DE ESTUDOS IBÉRICOS E A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

3.1. Génese: Eduardo Lourenço – Portugal, Espanha e Europa

O Centro de Estudos Ibéricos é uma associação transfronteiriça sem fins lucrativos, formado pela Câmara Municipal da Guarda e três instituições de Ensino Superior (a Universidade de Coimbra, a Universidade de Salamanca e o Instituto Politécnico da Guarda).

A ideia para a criação de uma instituição com este carácter singular, deveu-se ao professor e ensaísta Eduardo Lourenço que, por ocasião das Comemorações do Oitavo Centenário da Guarda, a 27 de Novembro de 1999, propôs a criação de um Centro de Estudos que contribuísse para um renovado conhecimento das diversas culturas da Península e para o estudo da Civilização Ibérica como um todo (1999):

Eu penso que nesta cidade se podia imaginar qualquer coisa como um Instituto da Civilização Ibérica, onde os nossos laços comuns que só Oliveira Martins foi capaz de apreender fossem repensados para que nós soubéssemos efectivamente quem somos e onde estamos, não tão isolados como imaginamos, mas sempre sob o olhar dos outros, para sabermos quem é o outro, com quem devemos dialogar e assim nos defender de uma maneira diferente da que foi a nossa durante séculos.

Essa é a vocação que eu desejo para a Guarda. Que ela seja hoje a sentinela dum futuro comum para uma Ibéria que é um dos pólos desta Europa onde todos nós queremos estar e, onde querendo ou não, já estamos. (p.58)

A ideia surgia desta forma, quase de improviso, na sessão solene comemorativa da atribuição do Foral à cidade da Guarda, em 1999. Numa intervenção que intitulou “Oito séculos de altiva solidão”, Eduardo Lourenço começou por visitar o lugar que o acolhera na adolescência e que disse ter-lhe determinado algumas das coisas fundamentais da sua vida. Tornado às origens numa espécie de romagem pela História, o ensaísta dissertou sobre a Guarda e a falsa ideia de interioridade, na medida em que “a nossa velha Beira, a sua capital, que hoje se recorda de um longo e solitário passado, só é interior depois que Portugal se define por um mar que hoje nem fica longe para ninguém, mas então era como um outro planeta” (1999:53).

Considerando que “ser interior hoje, ser capital ou cidade de interior é vivido como punição, como empobrecimento efectivo e simbólico, como fatalidade” (1999:55) Eduardo Lourenço sugere uma outra via, uma vez que o mar que a Beira e a Guarda não receberam de companhia permanece, de outro modo, há oito séculos diante deles, “como ameaça mais ou menos onírica, mas simbólica para a sua e nossa identidade. Já não se chama Castela, chama-se Espanha, não porta para a Europa, mas a Europa vizinha, a Europa próxima, *hinterland* natural do nosso rectângulo mágico.”(1999:58)

Invocando inovados desígnios e incitando novas batalhas, Eduardo Lourenço entendeu que cabia à Guarda “ser o elo natural do novo diálogo em que a invenção da Europa converteu a Península” (1999:58). O desafio para a criação de um Instituto da Civilização Ibérica, surgia então com a cidade centenária como centro e lugar.

Batista (2005) refere esta preocupação constante na reflexão ibérica de Eduardo Lourenço:

“(…) O ensaísta chama a atenção, na senda de Unamuno e Pessoa, para o desconhecimento mútuo e a influência adversa de outras nações e culturas a quem o projecto de uma Ibéria a uma só voz não interessa, nem nunca interessou. Longe... e mesmo adverso, quer ao nacionalismo xenófobo, quer às teses de um federalismo político, o ensaísta defende a intensificação da comunicação entre Portugal e Espanha e o aprofundamento de uma abordagem não só peninsular mas também a procura da possível “ibericidade” americana.” (p.13)

A questão da posição da Península na Europa e o seu sentimento de pertença à “Europa hegemónica” manifestava-se, desde há muito, no pensamento e na obra de Eduardo Lourenço. Atente-se num texto de 1988, publicado no livro “Nós e a Europa ou as duas razões”, onde o ensaísta constata: “Que a Península seja e faça parte da Europa é um dado, ao mesmo tempo geográfico e histórico, irrelevante. Mais curioso é que nós, peninsulares, nos refiramos espontaneamente à «Europa» como se não lhe pertencêssemos ou fôssemos nela um caso à parte.” (1990: 51), prosseguindo depois “Portugal e Espanha estão na Europa – na antiga Europa hegemónica – com maior ou menor intensidade, eficácia e presença, mas com um sentimento de não estranheza, de naturalidade, que não pode comparar-se com os do passado.” (1990:52)

Eduardo Lourenço (1990) fazia notar então que o sentimento de europeização estava bastante difundido em Portugal:

A europeização, mesmo nos mais convictos, para além da contestação de uma realidade nacional pobre, de uma sociedade desorganizada, de desigualdades sociais seculares revoltantes (...) significava uma busca do *sentido*, uma participação criativa numa tradição cultural não só mais brilhante mas mais enriquecedora da condição humana. (...) Europeizar, ir ao encontro da Europa, desejar que a cultura europeia, enquanto alma dessa luta por mais justiça e dignidade humana, erradicasse e radicasse no sáfaro e lírico terreno lusitano, era buscar a terra da Promissão. (p.32)

No que respeita à relação entre Portugal e Espanha, Eduardo Lourenço referia ainda no ensaio “Portugal e a Europa”, publicado no livro acima referido, que “Quando olhamos para um mapa da Península Ibérica, a existência do nosso pequeno rectângulo, como que recortada na carne de Espanha, parece quase irreal. Os espanhóis têm dificuldade em acreditar verdadeiramente na sua existência e nós, Portugueses, não cessamos de nos maravilhar com tal milagre.” (1990:145).

Já mais tarde, e no âmbito de um dos primeiros colóquios organizados pelo CEI subordinado ao tema “A Ibéria no contexto europeu”, Eduardo Lourenço reiterava esta ideia (2013):

Nós, portugueses, temos muita dificuldade em conceber como um todo o corpo peninsular. Como história, como política, mesmo como cultura, em sentido profundo, a Península foram sempre “penínsulas” que se expressaram quer nos seus conflitos internos, quer nas suas relações diferentes com a Europa e com o mundo. Portugal e a Espanha viveram, durante séculos, destinos extremamente análogos, por vezes paralelos, mas sempre como dois actores. (p.64)

Não estranha portanto que, regressado à terra que o acolheu na infância, Eduardo Lourenço tivesse lançado o desafio para que “a mais lusitana das fronteiras, no momento em que elas se apagam” se convertesse na “mais ibérica e dialogante das terras e do diálogo aberto e vivificante com o deserto de que nos separámos e continuou a florir em nós o silêncio”. (1999:58)

O pensamento esclarecido de Eduardo Lourenço sugere as coordenadas orientadoras da acção do CEI, conjugando os conceitos de Europa, Ibéria e Europeização num fundamento base que marcaria de forma indelével a matriz do próprio Centro: por um lado, o CEI deveria funcionar como um espaço de conhecimento das diferentes culturas da Península, entendidas como um todo. Por outro lado, retomando o conceito de *Civilização Ibérica* de Oliveira Martins, enquadrá-lo nos novos tempos, na “vocação planetária da Europa”.(2013:41)

A ideia da criação de uma instituição de tipo novo e cariz original mereceu desde logo acolhimento por parte da Câmara Municipal da Guarda e teve a boa fortuna de ser patrocinada, de um lado e de outro da imaginária fronteira, por duas das mais prestigiadas instituições da Europa, que ao longo dos séculos foram modelo da universidade peninsular: a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca.

Para as duas Universidades, o envolvimento neste tipo de parceria foi assumido como um contributo para a coesão social e equidade territorial, integrando as suas potencialidades e os seus recursos humanos em prol do fortalecimento da cidadania, da difusão do saber e da melhoria na qualidade de vida. Como viria a ficar estabelecido na “Declaração da Guarda”, documento subscrito pelas Universidades de Coimbra, de Aveiro e da Beira Interior (da Região Centro de Portugal) e Universidades de Salamanca, de Valladolid, de León e de Burgos (da Região de Castilla y León de Espanha), em 2002¹¹:

A constituição de redes de trabalho em comum e de intercâmbio vem demonstrando, nos últimos tempos, as múltiplas vantagens culturais e científicas que acompanham estes processos. Por isso, apoiam e saúdam com esperança as iniciativas vinculadas à colaboração interuniversitária e todas as acções coerentes com a aplicação do espírito europeu e das novas modalidades de cooperação.

¹¹ Artigo 4º da Declaração da Guarda (Vide Anexo III)

Para a Câmara Municipal da Guarda, a importância da cooperação em rede tendo em vista a promoção de uma estratégia territorial, regional e europeia alternativa, estava já reconhecida no Plano Estratégico da Cidade da Guarda, pelo que a sugestão da criação de um Centro com estas características se enquadrava plenamente na estratégia que havia sido pensada para o desenvolvimento da cidade, do concelho e da região (1996):

Com a globalização das sociedades e da economia, o desenvolvimento das cidades e das regiões assenta cada vez mais em estratégias territoriais em rede, que tirem partido de diferentes especializações e complementaridades e fomentem a solidariedade em diversos nós. Para a Guarda é possível desenvolver uma estratégia territorial em redes diversificadas de articulação, em particular: (i) com o espaço rural e natural da região; (ii) em concertação com as cidades da região e os eixos de acesso ao litoral e à Europa, designadamente da raia espanhola; (iii) com cidades estrangeiras de vocações similares (Turismo, Desporto, Saúde). Destaque para os sub-objetivos e acções como o intercâmbio Ciudad Rodrigo/Salamanca/Madrid e criação de um Gabinete Transfronteiriço de Cooperação.”(p.72)

Destacando a importância destas redes, Cabero Diéguez (2004) observa a necessidade de se incrementar a complementaridade e a cooperação entre as redes das pequenas cidades à escala inter-regional e transnacional. Como sugere a própria ETE (Estratégia Territorial Europeia) a cooperação não deve limitar-se à dimensão económica, mas antes deve ampliar-se a todas as funções da cidade (por exemplo, cultura, educação e criação de infra-estruturas sociais), concluindo que “nenhuma cooperação será possível sem uma dimensão cultural permanente, interiorizada no nosso quotidiano”.(2004:55)

A Assembleia Municipal da Guarda, em reunião ordinária da 28 de Dezembro de 1999, recomendou à Câmara Municipal que se empenhasse na criação deste “pólo da civilização ibérica, apoiado no saber e conhecimento das Universidades de Salamanca, de Coimbra e do Instituto Politécnico da Guarda”¹² tendo ficado registadas em acta algumas intervenções de deputados municipais congratulando-se com a iniciativa.

¹² Acta da Reunião da Assembleia Municipal da Guarda de 28/12/1999

A 27 de Novembro de 2000, Dia da Cidade da Guarda, (um ano após Eduardo Lourenço ter lançado o desafio), foi celebrado o Protocolo para a criação do Centro de Estudos Ibéricos, entre a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca (vide Anexo I).

As três instituições – às quais viria, numa segunda fase, a associar-se o Instituto Politécnico da Guarda – comprometeram-se a agir pelo encontro, pela reflexão e pela divulgação das culturas portuguesa e espanhola, a reforçar o relacionamento, a cooperação e a investigação no campo universitário, a promover o intercâmbio entre organismos e departamentos que representassem áreas académicas e científicas dos dois países e a apoiar a formação e a investigação.

Mário Soares, numa intervenção na Guarda em 2001, aludia à importância deste novo tipo de relacionamento institucional, numa parceria inovadora que ultrapassava as fronteiras (CEI:2005):

Hoje, as relações entre Portugal e Espanha a nível não só dos estados e dos governos, mas a nível das colectividades e dos povos são uma relação nova que foi trazida pela democracia. Uma relação sem desconfiança, sem receios, sem complexos, uma relação de amizade, de vizinhança e de aliança. (p.39)

3.2. Missão e objectivos

Os Estatutos do Centro de Estudos Ibéricos, publicados no Diário da República, nº 171, III Série, de 25 de Julho de 2001 (cf. Anexo II) estabelecem no artigo 1º o carácter e objectivo do Centro: “associação sem fins lucrativos, de carácter permanente e natureza interdisciplinar e multidisciplinar que visa a promoção, divulgação e coordenação da reflexão, estudo, investigação e ensino de temas comuns e afins a Portugal e Espanha, com especial incidência na região transfronteiriça”.

As áreas iniciais e prioritárias de actuação do Centro, sem prejuízo de outras que viessem a ser acolhidas, ficaram estabelecidas no nº 2 do artº 2º dos Estatutos: i) Literatura; ii) História; iii) Filosofia; iv) Geografia; v) Sociologia; vi) Economia; vii) Direito; viii) Relações Internacionais.

O Centro de Estudos Ibéricos surgia assim para reforçar o diálogo ibérico. A Guarda, situada no eixo histórico e cultural que liga Coimbra a Salamanca, procurava cumprir o desígnio de dinamizar proximidades e reforçar laços de entendimento. Jorge Sampaio, então Presidente da República, referia-se a este projecto como “um factor de desenvolvimento através dos seus projectos de investigação e de cooperação transfronteiriça”, convicto da importância desta aposta na medida em que “o conhecimento e a informação são dos mais sólidos alicerces do futuro de todos nós.”(CEI:2010:12)

Promover a coesão regional, qualificar os territórios e esbater o efeito de fronteira, nortearam a acção do CEI, que procurou assentar as suas bases na cultura, na cooperação e no saber. Trata-se de uma nova forma de cooperação entre os Estados, que alia poder e dependência mútua, conforme refere Pureza (CEI:2005):

Falar hoje de cooperação internacional é realmente falar desta grande diversidade de formas de superar o velho olhar territorialista e vestefaliano. Não com a candura de acreditar que a governação pós-vestefaliana é a expressão da unidade retomada. Mas antes com a sabedoria crítica que reconhece que poder e dependência mútua se dão as mãos na realidade concreta.” (p.12)

A Comissão Executiva do CEI definiria assim os objectivos e linhas estratégicas orientadoras da actividade do Centro:

1. A contribuição docente e a difusão cultural aparecem como objectivos fundamentais do CEI sob uma tríplice perspectiva: actualização de conhecimentos e saberes, discussão e debate dos mesmos na nossa região, e sua divulgação no âmbito fronteiriço do saber.
2. A investigação e a explicação dos problemas relacionados com a sociedade e com os territórios fronteiriços, numa dupla dimensão material e imaterial, constituem uma necessidade e um dever por parte do CEI, ultrapassando assim, nos seus conteúdos e propostas, uma mera visão académica.
3. O CEI deve procurar sempre relacionar-se com os habitantes da zona fronteiriça, criando estímulos de participação, de formação, de intercâmbio cultural e de compromisso, com uma sociedade mais equitativa, culta e solidária no conjunto das terras ibéricas.

4. O CEI deve assumir-se como pólo dinamizador de projectos que contribuam para esbater desigualdades e corrigir assimetrias, promovendo o desenvolvimento sócio-económico, educativo e cultural. (CEI:2010:19)

Conjugando a ideia inicial de Eduardo Lourenço, o lastro histórico da Guarda e a estratégia dos parceiros, o Centro de Estudos Ibéricos adoptou o lema “O Espírito da Guarda” para enquadrar a sua missão e objectivos. A expressão, segundo Cabero Diéguez tem origem num encontro histórico dos ministros dos negócios estrangeiros de Portugal e de Espanha (Melo Antunes e José Maria Areilza), na Guarda, em 1976, que marcou o início de relações abertas e auto-críticas, abrindo-se desta forma o caminho para uma colaboração construtiva entre os dois países. “Para trás ficavam quarenta anos de retórica de pactos e mais pactos, com fronteiras bem fechadas, que mantinham sob custódia os respectivos nacionalismos económicos e políticos, abrindo-se, a partir de então, a expectativas mais realistas e mais próximas dos problemas comuns.” (2004:40)

No entender da Comissão Executiva (CEI:2005) o “Espírito da Guarda”, que serve de lema ao CEI, existe e existiu ao longo de séculos:

Mau grado múltiplos obstáculos e estrangulamentos, a Guarda goza uma posição privilegiada e procurou, fazendo jus ao nome e à História, afirmar uma centralidade – no plano geoestratégico, primeiro; nas particulares circunstâncias sociais, económicas e culturais, depois. Em particular após a Revolução de Abril de 1974, foi este espírito que impulsionou a Espanha para o seu próprio processo de transição para a Democracia. Duas constituições (Portugal, 1976; Espanha, 1978) marcarão o ponto de partida democrático e os anos de 1982-1986 consolidarão e fecharão o processo com a incorporação conjunta na construção de uma Europa comunitária. (p.92)

Ao lançar o desafio da criação do Centro de Estudos Ibéricos, Eduardo Lourenço impulsiona a Guarda a reafirmar a sua centralidade, valorizando o espaço transfronteiriço onde se enquadra e projectando-o para uma dimensão ambiciosa e integradora. (Bento:2013) A nova realidade europeia coloca geograficamente mais distante a raia do velho continente. A ordem natural das coisas impõe uma estratégia de coesão que, gradualmente, deixará de olhar para Portugal e para Espanha como beneficiários privilegiados. Neste quadro,

afigurava-se imperativo que a união e o desenvolvimento das regiões de fronteira que unem os dois países prosseguisse, redireccionando-se através dos valores imateriais: séculos de História partilhada, vivências em comum, cumplicidades. “A cultura, a ciência e o saber formam a riqueza potencial que determinará a sobrevivência de uma identidade própria num quadro continental com crescente e expressiva multiplicidade civilizacional” (2013:6).

Eduardo Lourenço (2013) intuiu a necessidade desta mudança de paradigma: “um propósito e desafio, na aparência insólito, de estabelecer um elo de tipo novo, num tempo novo, o de uma Europa em redefinição do estatuto milenário, entre os dois países independentes e vizinhos, Portugal e Espanha.”(p.45)

Efectivamente, a posição estratégica da Guarda na Raia Central Ibérica confere-lhe uma centralidade inquestionável no diálogo transfronteiriço. Também no conhecimento, a cidade procurava afirmar-se como importante encruzilhada intermodal potenciadora de trânsitos e diálogos. Em suma: uma cidade ibérica – localizada no traço-de-união do saber. (CEI:2010:70).

As intenções manifestadas no Protocolo assinado a 27 de Novembro de 2000 e na escritura para a constituição formal do Centro de Estudos Ibéricos, em 2001, viriam a ser reforçadas pelas quatro instituições (UC, USAL, CMG e IPG), em Salamanca, a 30 de Setembro de 2002, com a assinatura de um acordo formal de parceria para a dinamização de iniciativas transfronteiriças (cf. Anexo IV).

Transformar o CEI numa estrutura viva e empenhada na qualificação do território, e reforçar a sua estrutura com recursos que lhe permitam um maior envolvimento na dinamização de iniciativas de cooperação transfronteiriça, bem como um papel mais relevante na investigação e na divulgação cultural, foram os principais objectivos que levaram à assinatura do Acordo.

Na ocasião, os representantes das quatro instituições realçaram o papel que o CEI pode vir a desempenhar enquanto estrutura vocacionada para a investigação, a qualificação dos recursos humanos e a promoção de iniciativas de cooperação que aproximem instituições, gentes e territórios ibéricos.

3.3. Estrutura e organização

O Centro de Estudos Ibéricos foi formalizado a 18 de Maio de 2001, mediante escritura pública entre a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca. O Instituto Politécnico da Guarda juntar-se-ia a estas três instituições fundadoras, tornando-se membro efectivo da associação em 2002. Pelo cariz singular do projecto, apresenta-se um breve perfil das instituições envolvidas¹³ e do compromisso com o projecto do CEI:

- i) *Câmara Municipal da Guarda* – A Câmara tem vindo a desempenhar um papel fulcral no desenvolvimento local e regional, ao longo dos últimos anos. Para além de se ter preocupado com a dimensão quantitativa do desenvolvimento, através da concretização das redes de infra-estruturas básicas, os sucessivos agentes do poder local autárquico têm entendido como estratégico o investimento nos domínios educativo e cultural, tendo em vista o desenvolvimento humano integrado, a diminuição da exclusão social e o reforço da auto-estima das pessoas e das comunidades locais, através da organização de diversas actividades a nível educativo, económico, social e cultural. A Câmara Municipal foi a principal dinamizadora do CEI, disponibilizando as instalações, recursos humanos e materiais necessários à concretização do projecto.
- ii) *Universidade de Coimbra* - Fundada em 1290, a Universidade de Coimbra consolidou ao longo de séculos a sua posição enquanto instituição fundamental da cultura e da ciência em Portugal. A mais antiga Universidade portuguesa é hoje uma referência incontornável no panorama do ensino superior e da investigação em Portugal, pela qualidade reconhecida do ensino ministrado nas suas oito Faculdades e pelos avanços que tem permitido à investigação pura e aplicada, em várias áreas do conhecimento. O seu prestígio pode ser comprovado pela posição que esta instituição ocupa em classificações internacionais de relevo sobre universidades e centros de investigação. Com mais de 21 mil alunos, a Universidade de Coimbra é uma instituição comprometida com o Território em que se insere, a região Centro em particular, não descurando os territórios de baixa densidade. O envolvimento, desde a primeira hora, no projecto do Centro de Estudos Ibéricos é prova do apoio científico e técnico que a Universidade tem vindo a prestar ao longo dos anos.

¹³ Informação consultada nas páginas oficiais das instituições: www.mun-guarda.pt; www.uc.pt; www.usal.es; www.ipg.pt, acedidos em 10/02/2103

- iii) *Universidade de Salamanca* - Símbolo da cultura europeia, a Universidade de Salamanca foi fundada em 1218 e tornou-se um lugar de criação e de transmissão de saberes que atraiu estudantes e professores de toda a Europa e América. A sua projecção histórica e actual na região transfronteiriça de Espanha e Portugal, torna-a numa das instituições de referência no que respeita ao desenvolvimento do capital humano, impulsionadora de I&D e que contribuiu para o desenvolvimento dessas regiões mediante a transferência de ciência e tecnologia. A Universidade de Salamanca conta com 10 centros tecnológicos e 25 centros docentes que acolhem mais de 2.700 professores e mais de 25.400 alunos, obtendo-se uma média de 89 títulos de Doutoramento, por ano. Trata-se de uma das principais instituições divulgadora da cultura ibérica e promotora da cooperação transfronteiriça. Ao projecto do CEI a Universidade de Salamanca presta apoio científico e técnico, através da colaboração de docentes e investigadores.

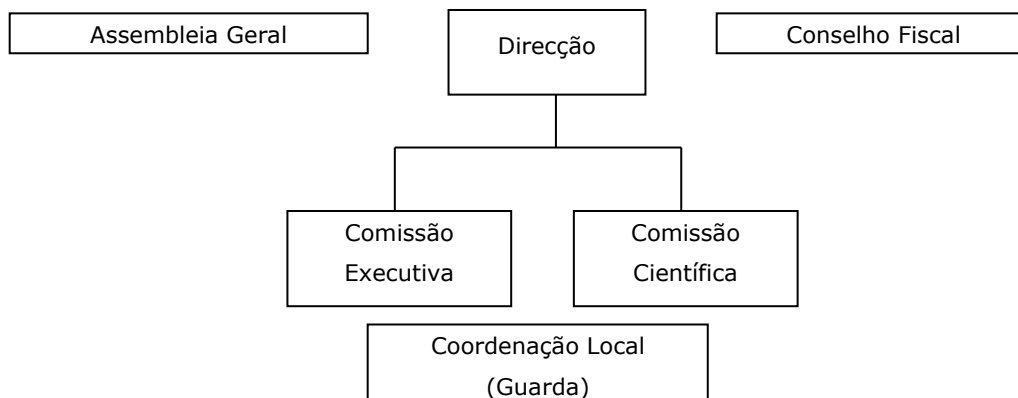
- iv) *Instituto Politécnico da Guarda* - Criado na década de 1980, o Instituto Politécnico da Guarda começou por integrar, como Escola Superior de Educação, a então Escola do Magistério Primário. O primeiro ano lectivo da nova instituição teve início em 1986, ano em que também foi criada a Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Hoje é composta por quatro instituições: a Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto; a Escola Superior de Tecnologia e Gestão; a Escola Superior de Saúde; e a Escola Superior de Turismo e Hotelaria. O IPG conquistou uma crescente importância no desenvolvimento da Guarda, cuja oferta é constituída por cursos de Licenciaturas, Pós Graduações e Mestrados. A actividade do Instituto Politécnico da Guarda orienta-se fundamentalmente para a formação de alunos, a realização de actividades de pesquisa e investigação aplicadas, a colaboração com as diversas entidades de âmbito regional no sentido de promover o desenvolvimento sustentado da região, a prestação de serviços à comunidade e o intercâmbio cultural, científico e técnico com outras instituições nacionais e estrangeiras.

Juridicamente, o CEI é uma associação transfronteiriça sem fins lucrativos¹⁴, com sede própria, composta por Assembleia-Geral, Direcção, Conselho Fiscal, Comissão Executiva e Comissão Científica. Para Director Honorífico foi convidado o Professor Eduardo Lourenço.

¹⁴ Os Estatutos do CEI foram publicados no Diário da República, nº 171, III Série, de 25 de Julho de 2001

Nos restantes órgãos, em particular na Comissão Científica, tem assento um conjunto de personalidades do corpo docente e científico das duas universidades¹⁵.

Figura 8 – Estrutura organizativa do Centro de Estudos Ibéricos



Fonte: Centro de Estudos Ibéricos (2010)

A Assembleia Geral é composta por todos os membros do Centro, podendo os membros colaboradores participar nas sessões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto, conforme estabelece o artº 8º dos Estatutos¹⁶.

A Direcção é composta pelo Professor Eduardo Lourenço, Director honorífico vitalício, pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, pelos Reitores da Universidade de Coimbra e da Universidade de Salamanca¹⁷.

O Conselho Fiscal é composto por três elementos, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, a indicar respectivamente pela Câmara Municipal da Guarda, e pelos Reitores das Universidades de Coimbra e de Salamanca (artº 16º)¹⁸.

A Comissão Científica (artº 22º) é composta por dois docentes das Universidades de Coimbra e de Salamanca, de cada uma das áreas de acção do Centro (conforme estabelece o número 2 do artº 2º.) e tem por missão prestar consultadoria e apoio científicos aos projectos e actividades do Centro e colaborar na realização de projectos científicos¹⁹.

¹⁵ Cf. Anexo V

¹⁶ Cf. Anexo II

¹⁷ Cf. Anexo II

¹⁸ Cf. Anexo II

¹⁹ Cf. Anexo II

A Comissão Executiva (artº19º) é composta por dois representantes da Universidade de Coimbra, dois representantes da Universidade de Salamanca, dois representantes do Instituto Politécnico da Guarda, a designar pelo seu Presidente, pelo Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda e por duas personalidades de reconhecido mérito designadas pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda²⁰.

A Coordenação Local (artº 27º) exerce as funções de Secretariado Técnico permanente, sendo constituída por uma equipa em dedicação exclusiva, da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda, a quem cabe indicar um elemento para a coordenação de estrutura, após parecer vinculativo da Comissão Executiva. De referir que a Câmara Municipal se comprometeu, através do Protocolo que instituiu o CEI, com a “disponibilização de instalações, recursos humanos e materiais”.²¹

No que respeita à gestão e ao financiamento do Centro, importa referir o contributo da Câmara Municipal da Guarda, que se tem empenhado no cumprimento efectivo do artº 3º do Protocolo acima aludido, nomeadamente suportando os custos com as instalações do Centro e despesas fixas associadas, bem como com os recursos humanos que constituem a estrutura local, através da afectação ao projecto de quatro técnicos do quadro permanente da Autarquia – três a tempo inteiro e um a tempo parcial. A Câmara contribui ainda para o Centro através da consignação de um apoio financeiro anual, inscrito em Plano e Orçamento Municipal, fundamental para que o CEI possa assegurar a contrapartida pública nacional dos projectos comunitários que tem vindo a candidatar desde 2002. Por outro lado, a afectação de recursos humanos ao projecto é valorizada nas candidaturas apresentadas, sendo a Câmara reembolsada pela correspondente comparticipação FEDER (75%) do total de custos com recursos humanos imputados ao projecto e submetidos em pedidos de pagamento. Da análise do quadro 9 pode constatar-se que do apoio financeiro global que a Câmara atribuiu ao CEI, 42% foi abatido por verbas comunitárias do FEDER recebidas a título de comparticipação:

²⁰ Cf. Anexo II

²¹ Cf. Anexo II

Quadro 9 - Relação dos subsídios atribuídos pela CMG e FEDER recebido pela CMG

Relação subsídios atribuídos/FEDER recebido		
	Subsídio da CMG atribuído ao CEI	FEDER recebido pela CMG
2002	75.000,00 €	--
2003	75.000,00 €	--
2004	75.000,00 €	52.592,33 €
2005	75.000,00 €	17.157,67 €
2006	67.500,00 €	--
2007	60.750,00 €	42.226,49 €
2008	54.675,00 €	52.048,94 €
2009	60.750,00 €	5.724,58 €
2010	60.750,00 €	36.608,65 €
2011	60.750,00 €	41.534,62 €
2012	60.750,00 €	58.731,75 €
TOTAL	725.925,00 €	306.625,03 €

Fonte: Documentos Orçamentais da CMG e Relatórios de Contas do CEI - anos 2002 a 2012. Adaptado.

Ao orientar a sua actuação para qualificação do território, a promoção do desenvolvimento e o estímulo da cooperação transfronteiriça, finalidades definidas estatutariamente, o CEI encontrou enquadramento em Programas Comunitários como o INTERREG IIIA e o POCTEP, tendo apresentado candidaturas a estes programas com vista à criação de uma estrutura efectiva para a cooperação no sentido da afirmação positiva de um território que, historicamente, vinha sendo relegado para a marginalidade, e contribuindo também para uma desejável coesão económica e social entre a Beira Interior Norte, a Região Centro e a de Castela e Leão.

O elevado ritmo de actividades realizadas pelo CEI só foi possível devido ao apoio obtido por aqueles programas, através da aprovação e execução de quatro projectos, a saber:

- Projecto CEI-FIC/ SP3. P11 (*CEI – Fronteira, Investigação, Cooperação*), executado durante o período 2002 a 2005, no âmbito do PIC Interreg III-A;
- Projecto CEI-GIDIC/SP3.P55.03 (*CEI – Gabinete de Investigação para o Desenvolvimento e as Iniciativas de Cooperação*), executado durante o período 2006 a 2008, no âmbito do PIC Interreg III-A;

- Projecto 0267_CEI_RC&D_3_P (*CEI – Rede para a Cooperação e o Desenvolvimento*) executado durante o período 2009 a 2011, no âmbito do POCTEP;
- Projecto 0590_CEI_C&T_3_P (*CEI – Conhecimento, Cooperação e Território*), em fase de execução até 2013, no âmbito do POCTEP.

Tendo como objectivos prioritários o conhecimento e a qualificação do território no sentido da superação de fronteiras, físicas e intangíveis, os projectos descritos visaram o envolvimento do CEI na promoção do desenvolvimento e na cooperação transfronteiriça.

Conforme poderá ser analisado com maior detalhe no quadro 10 “Projectos do CEI aprovados no âmbito dos programas INTERREG IIIA e POCTEP (2002-2013)” observa-se que estes têm sido desenvolvidos com elevados níveis de execução, tendo mesmo o projecto CEI-GIDIC/SP3.P55.03 sido referenciado como um dos exemplos de boas práticas na Conferência “Cooperação Transfronteiriça de Segunda Geração”, realizada em Fevereiro de 2009, em Guimarães.

No quadro 11 “Projectos aprovados e financiamentos por parceiro” detalham-se os financiamentos aprovados por parceiro em cada candidatura aprovada. Relativamente à constituição das parcerias nas quatro candidaturas elencadas, refira-se que o facto de a Universidade de Coimbra não figurar como parceiro autónomo se deve à não elegibilidade territorial (Coimbra) no que respeita à aplicação destes programas. Contudo, quer a Universidade de Coimbra quer o Instituto Politécnico da Guarda integram indirectamente a parceria, enquanto instituições constituintes do próprio CEI.

Para além da execução destes projectos, as duas Universidades e o Instituto Politécnico da Guarda contribuem para o projecto do CEI com apoio científico e técnico, nomeadamente através da colaboração de docentes e investigadores nas actividades do Centro.

Quadro 10 – Projectos do CEI aprovados no âmbito dos programas INTERREG IIIA e POCTEP (2002 – 2013)

Centro de Estudos Ibéricos - Projectos aprovados								
PIC	Designação do Projecto	Acrónimo	Período temporal	Objectivos	Financiamento aprovado	Comparticipação FEDER	Contrapartida Pública Nacional	Taxa de execução
INTERREG IIIA (1ª Conv.)	CEI – Fronteira, Investigação, Cooperação	CEI-FIC/ SP3. P11	2002 - 2005	Dinamização do CEI; Criação de uma estrutura efectiva para a cooperação; Acções de intercâmbio universitário e científico	733.333,33 €	550.000,00 €	183.333,33 €	93%
INTERREG IIIA (3ª Conv.)	CEI – Gabinete de Investigação para o Desenvolvimento e as Iniciativas de Cooperação	CEI-GIDIC/SP3.P 55.03	2006 - 2008	Criação de um Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças através do fortalecimento da estrutura existente; Promoção de iniciativas de cooperação transfronteiriça; Realização e publicação de estudos e promoção de acções de investigação para o desenvolvimento	448.000,00 €	336.000,00 €	112.000,00 €	100% (+ 27% sobre-execução)
POCTEP	CEI – Rede para a Cooperação e o Desenvolvimento	0267_CEI_R C&D_3_P	2009 - 2011	Promoção e incremento da eficácia da rede de cooperação transfronteiriça do CEI; Qualificação do Potencial Humano, através da transferência de conhecimentos e divulgação técnica e científica; Valorização do território e interpretação das suas dinâmicas; Permeabilização da região transfronteiriça	712.500,00 €	534.375,00 €	178.125,00 €	80%
POCTEP	CEI – Conhecimento, Cooperação e Território	0590_CEI_C &T_3_P	2011 - 2013	Promoção do conhecimento e qualificação do território; Dinamização de iniciativas de cooperação e coesão territorial; Investigação, acção e observatório das dinâmicas territoriais transfronteiriças	469.759,11 €	352.319,33 €	117.439,79 €	(em execução)

Fonte: CEI e CCDRC. Adaptado.

Quadro 11 – Projectos aprovados e financiamentos por parceiro

	PROJECTOS APROVADOS											
	CEI-FIC/SP3. P11			CEI-GIDIC/SP3.P55.03			0267_CEI_RC&D_3_P			0590_CEI_C&T_3_P		
PARCEIROS	Custo total elegível	%	Comp. FEDER	Custo total elegível	%	Comp. FEDER	Custo total elegível	%	Comp. FEDER	Custo total elegível	%	Comp. FEDER
Cento de Estudos Ibéricos	573.666,66 €	78,22	430.250,00 €	266.666,67 €	59,52	200.000,00 €	400.000,00 €	56,14	300.000,00 €	182.666,67 €	38,89	137.000,00 €
Universidade de Salamanca	66.666,67 €	12,68	69.750,00 €	48.000,00 €	10,71	36.000,00 €	200.000,00 €	28,07	150.000,00 €	112.092,44 €	23,86	84.069,33 €
Câmara Municipal da Guarda	93.000,00 €	9,10	50.000,00 €	133.333,33 €	29,76	100.000,00 €	112.500,00 €	15,79	84.375,00 €	175.000,00 €	37,25	131.250,00 €
TOTAL	733.333,33 €	100,00	550.000,00 €	448.000,00 €	100,00	336.000,00 €	712.500,00 €	100,00	534.375,00 €	469.759,11 €	100,00	352.319,33 €

Fonte: CEI e CCDRC. Adaptado.

4. PERCURSO E LINHAS ESTRATÉGICAS

4.1. Coordenadas de actuação

O Centro de Estudos Ibéricos encontra-se especialmente vocacionado para a cooperação transfronteiriça, a investigação, a qualificação dos recursos humanos e a valorização do território, tal como definido nos próprios Estatutos²². A prosperidade económica e a competitividade destes territórios aliadas à melhoria do nível de vida dos seus habitantes pressupõe estratégias convergentes, envolvendo diferentes instituições (de investigação e ensino, a própria administração pública local, entre outros.) conjugando os seus recursos, particularmente os recursos humanos, bem como os que estão implícitos à sociedade do conhecimento e da informação.

Ao potenciar a cooperação entre três instituições de Ensino Superior (UC, USAL e IPG) e tendo o território fronteiriço como preocupação, o CEI assume-se como uma parceria vocacionada para a cooperação territorial, onde a mobilização dos recursos académicos tem vindo a representar uma mais-valia para uma área estruturalmente carenciada. O intercâmbio de experiências na área formativa, a promoção da investigação e o desenvolvimento de processos de inovação assenta em parcerias efectivas ao nível do intercâmbio universitário e científico. A promoção de diferentes iniciativas envolvendo parceiros portugueses e espanhóis, de um e de outro lado da fronteira, constituem o cerne da actividade do Centro de Estudos Ibéricos. Atente-se no que a este respeito refere Cabero Diéguez (2004):

Não devem esperar-se paternalmente as bênçãos de Bruxelas, de Madrid ou de Lisboa para elaborar e desenvolver estratégias de cooperação e desenvolvimento. A iniciativa e a planificação devem ser assumidas pelas pessoas e autoridades nos patamares inferiores. Estamos perante uma regra básica de democracia e perante a primeira regra de cooperação: o princípio da subsidiariedade que responsabiliza e delega nas escalas inferiores do território a tomada de decisões e a proposta de projectos. (p.43)

²² Artº 1º dos Estatutos do CEI. (cf. Anexo II).

Da análise do percurso traçado pelo CEI ao longo de treze anos destacam-se três áreas prioritárias de actuação, que contextualizam as actividades realizadas:

1. Qualificação do Potencial Humano: transferência de conhecimentos e divulgação técnica e científica

Actividades de formação, qualificação e reforço das competências das pessoas e das organizações, através da contribuição formativa e docente visando a actualização de conhecimentos e saberes, a discussão e o debate de temas pertinentes para o desenvolvimento das regiões fronteiriças, através de: i) Conferências, Seminários e Jornadas; ii) Cursos de Formação Contínua (Saúde, Educação, Direito, Administração local, entre outros); iii) Cursos de Verão (cooperação inter-universitária e geracional); Cursos Intensivos de Língua e Cultura (Português e Espanhol).

2. Valorização do território e interpretação das suas dinâmicas: os espaços fronteiriços de baixa densidade, o património, a Cultura Ibérica e a cooperação territorial

Reforço da parceria institucional, da rede de investigadores e da capacidade de investigação; Investigação sobre os processos de reestruturação económica e social dos espaços de baixa densidade, visando promover a sua integração, coesão e mitigação dos riscos naturais; Inventariação e divulgação de recursos como o património histórico, cultural e natural (material e intangível) e os produtos locais, visando a sua valorização; Definição e promoção de Rotas Culturais que aproveitem e valorizem a importância dos diferentes recursos na promoção do território e de actividades como o turismo e o lazer; Elaboração de estudos que valorizem o papel do ensino, formação e das NTI no desenvolvimento das áreas de baixa densidade;

3. Promoção de eventos e actividades de carácter técnico, científico e cultural

Organização de exposições e catálogos; Promoção de concursos e iniciativas culturais e científicas; Edições de divulgação cultural e científica

Sem perder de vista os objectivos que presidiram à sua criação, o CEI tem procurado valorizar e reforçar os seguintes objectivos: i) reforço da cooperação institucional; ii) reforço da cooperação territorial (conhecer e divulgar o território, actualizando o diagnóstico desta realidade e qualificando o território e os recursos humanos); iii) valorização das oportunidades e os desafios que se colocam.

À definição da estratégia e das linhas de actuação não parecem estar alheias as orientações comunitárias no âmbito da cooperação transfronteiriça e das políticas comunitárias de crescimento económico e emprego, ambiente e desenvolvimento sustentável e igualdade de oportunidades, conforme pode ser observado no quadro 12.

Quadro 12 – Orientações Comunitárias e linhas de actuação do CEI

Orientações das Políticas Comunitárias	Linhas de actuação do CEI
<ul style="list-style-type: none"> • qualificação dos territórios • promoção do desenvolvimento • estímulo da cooperação transfronteiriça 	<ul style="list-style-type: none"> • qualificação dos recursos humanos; • promoção da investigação e da cultura; • recurso às Novas Tecnologias da Informação
<ul style="list-style-type: none"> • valorização dos recursos regionais • competitividade e cooperação • inovação e qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • promoção de estudos, investigação e formação; • estímulo à cooperação científica, tecnológica e cultural
<ul style="list-style-type: none"> • articulação entre crescimento económico, coesão social e protecção do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • acções tendo em vista o desenvolvimento sustentado e a protecção e valorização do meio ambiente
<ul style="list-style-type: none"> • promoção de sinergias entre o trabalho, a qualidade, o emprego e o crescimento económico 	<ul style="list-style-type: none"> • incentivo à “cultura de inovação e competitividade”, através da interligação dos agentes envolvidos; • aposta no potencial de inovação enquanto factor dinamizador do mercado de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • inclusão e coesão social: criação de oportunidades para que os cidadãos possam utilizar os seus conhecimentos e as suas competências e qualificações de uma forma produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> • acções tendentes à integração desempregados de longa duração, idosos e pessoas desfavorecidas, por forma a contribuir para a sua melhor inclusão no meio

Fonte: Comissão Europeia e CEI. Adaptado

Uma análise aos projectos apresentados faz ressaltar igualmente a particular atenção e coerência com as orientações das políticas nacionais e regionais, conforme pode ser observado no quadro 13.

Quadro 13 – Orientações das Políticas Nacionais e Regionais e linhas de actuação do CEI

Orientações das Políticas Nacionais e Regionais	Linhas de actuação do CEI
<p>Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> • valorização do conhecimento, da ciência, da tecnologia, da inovação e da educação 	<ul style="list-style-type: none"> • acções de qualificação do potencial humano e do reforço da auto-estima das populações e das comunidades locais; • promoção do desenvolvimento humano integrado e melhoria da qualidade de vida
<p>Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> • qualificação das Cidades e do Território, • reforço da política de desenvolvimento do interior e das cidades de média dimensão 	<ul style="list-style-type: none"> • valorização dos instrumentos de afirmação positiva do território transfronteiriço nas suas vertentes económicas, sociais, culturais e educativas
<p>Programa Operacional da Região Centro “Mais Centro 2007-2013”:</p> <ul style="list-style-type: none"> • competitividade, inovação, conhecimento • consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais • aposta no desenvolvimento de cidades de média dimensão 	<ul style="list-style-type: none"> • valorização da Guarda e da região envolvente a dois níveis: plataforma logística e encruzilhada no relacionamento do interior Norte-Sul (Douro/Tejo) e Este/Oeste (Eixo da A25).

Fonte: CCDRC e CEI. Adaptado.

O CEI tem procurado contribuir, de forma inovadora, para qualificar os territórios e esbater o efeito de fronteira, apostando na cooperação transfronteiriça e no reforço de redes colaborativas.

Esta “ideia de fronteira”, de acordo com Oliveira Martins (2006), assume uma renovada importância na União Europeia, na medida em que se prende com: “... (a) a definição de espaços culturais e linguísticos abertos; (b) a consagração de metas e de novas fronteiras no sentido de desafios e estímulos para o futuro; (c) a compreensão de uma cidadania europeia e da pluralidade de pertenças que deve constituir um factor de enriquecimento mútuo dos Estados e povos europeus, numa União de Estados livres e soberanos”, concluindo que “a Europa passa à porta e temos de saber tirar consequência de saber estar mais no caminho até nós, reforçando a via de nós até à Europa.” (p.46)

4.2. Treze anos de actividades de cooperação

A matriz e o património do CEI foram construídos na promoção da cooperação territorial, na investigação dos processos de reestruturação das áreas de fronteira, na compreensão das suas dinâmicas económicas, sociais e culturais e na promoção da qualificação dos recursos humanos e dos territórios. As mais de duas centenas de actividades desenvolvidas desde a sua génese seguem estas linhas orientadoras, conforme pode constatar-se no Anexo VI “Cronologia das actividades – marcos de um percurso”.

Na área formativa, Encontros, Seminários, Conferências e Jornadas têm marcado a actividade do Centro, com destaque para os Ciclos de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”, “Saúde Sem Fronteiras” e “Escola: Problemas de Desafios”. Estas iniciativas, coordenadas por membros da Comissão Científica do CEI, contam sempre com o testemunho e a participação de especialistas e públicos de Portugal e Espanha. O Curso de Verão foi a primeira iniciativa regular do Centro de Estudos Ibéricos e tornou-se num ponto de encontro anual de investigadores, docentes e alunos de Portugal e Espanha. Conhecer melhor as culturas ibéricas, reforçar a identidade raiana e estudar novas relações entre os dois países têm sido os objectivos centrais destes cursos.

A preocupação em difundir conhecimento esteve na origem de um programa de estímulo à investigação, com a atribuição de apoios à realização de trabalhos académicos, no âmbito do projecto “Culturas Ibéricas, Sociedades de Fronteira: Territórios, Sociedades e Culturas em tempo de mudança”. Mais de sessenta investigadores portugueses e espanhóis realizaram trabalhos que alimentaram tanto as Conferências “Territórios e Culturas Ibéricas”, que se sucederam ao longo dos últimos anos, como a publicação das respectivas Actas.

Merecem ainda referência particular outras iniciativas, onde se destaca a atribuição anual do Prémio Eduardo Lourenço (destinado a galardoar personalidades ou instituições que tenham sido protagonistas de uma intervenção relevante no âmbito da cultura, cidadania e cooperação ibéricas) e a realização de exposições sobre temáticas transfronteiriças.

A actividade editorial do CEI iniciou-se em 2001 com a publicação de uma colectânea sobre a emigração e a diáspora intitulada “Identidades Fugidias”. A colecção “Iberografias” iniciou-se em 2004 (uma parceria com as Editoras Campo das Letras – até 2009 - e com a Editora Âncora – a partir de 2010) e conta já com vinte e cinco volumes sobre temáticas que vão da cooperação territorial, ao património, história, educação e direito. O CEI publica anualmente

a revista “Iberografias”, para além de outras publicações temáticas e catálogos relativos às exposições realizadas (cf. Anexo IV - Publicações editadas pelo CEI 2001-2012).

As actividades desenvolvidas permitiram intensificar relações entre actores, comunidades locais e agentes económicos, sociais e culturais - públicos e privados – dos dois lados da fronteira (cf. Anexo VIII - Cooperação com outras instituições). Esta cooperação traduziu-se numa mais-valia importante para a construção de um espaço social, económico e cultural mais integrado e coeso.

No que respeita à divulgação e promoção das actividades, o CEI tem apostado sobretudo em plataformas digitais que, pela própria natureza, propiciam a cooperação sem fronteiras: na página do CEI (www.cei.pt)²³ disponibiliza-se informação institucional do próprio Centro, divulgam-se os projectos e actividades em curso, possibilitam-se inscrições online e assegura-se a realização de iniciativas como os Apoios à Investigação ou o Concurso de Fotografias “Transversalidades”, que partem da plataforma digital do CEI. Destaque também para a presença do CEI nas redes sociais como o Facebook²⁴, utilizado sobretudo para divulgação e difusão de actividades. As características da própria parceria do CEI e a participação dos diversos colaboradores – dispersos por diversos espaços - encontra nestas ferramentas uma mais-valia essencial, potenciadora do reforço e desenvolvimento desta rede transfronteiriça de cariz colaborativo.

Ao longo dos últimos treze anos, o CEI contou com a participação de 23.633 pessoas nas iniciativas de *Ensino e Formação*, *Eventos*, *Edições* e *Projectos de Investigação*, conforme pode melhor observar-se no quadro 14.

Quadro 14 – CEI: iniciativas e participantes (2001-2012)

Ano	Ensino e Formação		Projectos de Investigação	Eventos		Edições		Total
	Iniciativas	Particip.		Iniciativas	Particip.	Iniciativas	Particip.	
2001	4	235	--	1	100	2	100	435
2002	2	81	--	6	305	--	--	286
2003	10	532	--	1	10	1	150	692
2004	18	1335	13	2	230	5	485	2050
2005	10	800	8	1	350	5	285	1435
2006	23	3923	8	1	200	7	360	4483

²³ Cf Anexo IX

²⁴ Cf. Anexo X

2007	19	2791	8	3	630	4	180	3601
2008	9	1407	8	3	750	6	250	2407
2009	8	560	9	2	260	5	165	985
2010	8	1182	--	2	400	3	250	1832
2011	10	1007	--	4	1300	3	150	2457
2012	14	895	15	8	1820	3	240	2970
Total	135	14748	69	34	6355	44	2615	23633

Fonte: Relatórios de Actividades do CEI: 2001-2012. Adaptado

Tendo por base os resultados de um inquérito à actividade do CEI realizado em 2010²⁵, bem como os resultados de questionários de avaliação publicados nos Relatórios de Actividades do CEI relativos aos últimos três anos (2010-2012), constata-se que o público do CEI reside maioritariamente na região da Beira Interior Norte, Região Centro e província de Salamanca, apesar de haver participantes de outras regiões do país.

Situado nas faixas etárias dos 25-34 e 35-45 anos, o público do CEI é constituído, na sua maioria, por técnicos de profissões intelectuais/científicas, quadros superiores da administração pública e técnicos administrativos ou similares, com um nível de escolaridade superior (licenciatura e mestrado).

Da análise à avaliação das iniciativas do CEI (conferências, seminários, cursos de formação, publicações e exposições) os resultados centram-se nos níveis 4 e 5 (“satisfeito” e “muito satisfeito”, respectivamente). Os resultados foram também claramente positivos nos itens “temas das iniciativas”, “conhecimentos transmitidos” e “qualidade das informações transmitidas”.

Numa abordagem mais abrangente, os dados destes inquéritos revelam que o papel desempenhado pelo CEI é considerado como “importante” e “muito importante” (níveis 4 e 5), nomeadamente nos critérios “desenvolvimento da cooperação nos espaços fronteiriços”, “promoção dos territórios do interior” e “dinamização da cooperação com outras instituições”.

Importa referir que esta avaliação faz parte integrante de um sistema de acompanhamento interno tendo em vista avaliar o desempenho e a evolução do CEI. Procura-se assim acompanhar o desenrolar do projecto, incidindo quer sobre acções determinadas, quer

²⁵ Resultados publicados em Centro de Estudos Ibéricos (2010). *CEI – Conhecimento, cultura, cooperação – Dez anos depois*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

sobre o projecto em si mesmo, tendo em vista detectar dificuldades e propor medidas de superação e melhoria.

A aposta na cooperação, na investigação e na qualificação dos recursos humanos, a partir de uma parceria activa entre instituições do ensino superior (UC, USAL e IPG) e da administração local (CMG) têm contribuído para que o CEI se afirme como um centro de excelência para a qualificação das pessoas e dos territórios, sobretudo num espaço particularmente depauperado onde não abundam iniciativas deste tipo nem a cooperação constitui uma atitude regular.

4.3. Relatório Profissional – coordenação da estrutura local do CEI

A experiência e competências profissionais adquiridas pela candidata fundem-se com o próprio percurso do CEI, na medida em que a coordenação da estrutura local implica um envolvimento directo em todas as actividades referidas no ponto anterior.

Os Estatutos do CEI estabelecem no nº 3 do artº 27º, as atribuições da estrutura de coordenação local:

- e. efectuar a gestão financeira corrente, necessária para a prossecução das actividades do Centro,
- f. secretariar as reuniões dos órgãos sociais do Centro e redigir as respectivas actas em ligação com a Comissão Executiva,
- g. recolher e organizar os dados necessários à elaboração dos planos e relatórios e colaborar estreitamente com a Comissão Executiva na mesma elaboração;
- h. executar, sob a orientação da Comissão Executiva e na sequência das decisões da Direcção, a gestão corrente do Centro;
- i. manter estreita colaboração com o Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda e dar seguimento a instruções recebidas no quadro das suas funções dentro da Comissão Executiva;
- j. coordenar a realização prática das actividades e iniciativas do Centro;
- k. organizar e conservar em arquivo toda a documentação e correspondência do Centro.

Estas funções de Secretariado Técnico permanente são executadas por uma equipa em dedicação exclusiva, da responsabilidade da Câmara Municipal, que assumiu, desde a primeira hora, a disponibilização de instalações, recursos humanos e materiais. Os Estatutos estabelecem ainda que cabe à Câmara Municipal da Guarda indicar um elemento para a coordenação de estrutura, após parecer vinculativo da Comissão Executiva.

A candidata encontra-se ligada ao projecto do CEI desde 2001, na altura como Técnica Superior de Relações Internacionais do Município, tendo sido afecta ao projecto como elemento da estrutura de coordenação local. Posteriormente, em 2005, viria a assumir a coordenação da equipa, composta por dois Técnicos Superiores e um Assistente Técnico.

A coordenação local do CEI funciona na sede do Centro, num edifício adaptado para o efeito, propriedade da Câmara Municipal e cedido à associação por contrato de comodato pelo período de cinquenta anos.

Como já se referiu no ponto 4.3. a Câmara Municipal da Guarda é um dos grandes suportes do projecto do CEI, na medida em que, para além das instalações, assume os encargos fixos de funcionamento e todo o apoio logístico e técnico necessário à prossecução das actividades do Centro. Incluem-se neste apoio os recursos humanos afectos ao CEI: três funcionários em regime de contrato por tempo indeterminado em dedicação exclusiva ao projecto e a própria candidata, afecta ao CEI a 50% na medida em que acumula com um cargo dirigente do Município. Para além destes elementos, a Câmara disponibiliza, sempre que necessário, outros técnicos do Quadro da Autarquia, nomeadamente Técnicos de Audiovisuais, Técnicos de Informática, Motoristas, Auxiliares, entre outros.

A reduzida dimensão da equipa justifica-se pelo carácter singular desta organização: os parceiros UC, USAL e IPG contribuem com o apoio técnico e científico, nomeadamente com recursos humanos altamente qualificados, que colaboram nas iniciativas consoante a sua área de estudo ou especialização. Cabe à equipa de coordenação local a operacionalização e execução das actividades, congregando estas contribuições científicas e técnicas.

Como pode constatar-se, as funções desempenhadas e as competências adquiridas estão directamente ligadas às actividades e ao percurso do próprio Centro. Não obstante, detalham-se seguidamente as funções de coordenação da estrutura local do CEI, que se centram na gestão e realização das actividades e iniciativas, bem como das medidas e acções de carácter administrativo, técnico e logístico necessárias à efectivação das mesmas:

- (i) Ligação e contacto com as Universidades de Coimbra e de Salamanca e com o Instituto Politécnico da Guarda, através das Reitorias e Presidência, bem como com os elementos das Comissões Executiva e Científica designados por estas instituições.
- (ii) Representação da Câmara Municipal da Guarda em reuniões e iniciativas do Centro de Estudos Ibéricos, nomeadamente em reuniões das Comissões Executiva e Científica, acompanhamento das reuniões dos órgãos sociais do CEI – Direcção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal – e representação nas reuniões promovidas pela CCDRC, CECICN, RIET e grupos de trabalho sectoriais.
- (iii) Coordenação e realização prática das actividades e iniciativas do CEI, a saber: conferências, colóquios, seminários, cursos e acções de formação, gestão de projectos de investigação, promoção de iniciativas e eventos e actividade editorial.
- (iv) Elaboração de candidaturas a programas comunitários, nomeadamente a Programas de Cooperação Transfronteiriça como o INTERREG IIIA e o POCTEP.

- (v) Gestão técnica das candidaturas aprovadas no âmbito dos PICs INTERREG III-A e POCTEP (gestão de pedidos de pagamento, relatórios de execução, acompanhamento e avaliação), nomeadamente:
 - a. CEI – FIC (CEI – Fronteira, Investigação, Cooperação)
 - b. CEI – GIDIC (CEI - Gabinete de Investigação para o Desenvolvimento e as Iniciativas de Cooperação)
 - c. CEI – RC&D (CEI – Rede para a Cooperação e o Desenvolvimento)
 - d. CEI – C&T (CEI – Cooperação e Território)
- (vi) Elaboração dos Planos de Actividades e Orçamentos, de acordo com as orientações da Comissão Executiva e do Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda;
- (vii) Elaboração de Relatórios de Actividades e Relatórios de Contas, este último em colaboração com o Técnico Oficial de Contas;
- (viii) Análise estatística de públicos, participação e tendências, medidos através de inquéritos e questionários aplicados aos participantes nas actividades do CEI;
- (ix) Gestão financeira e administrativa do CEI;
- (x) Coordenação da equipa permanente do CEI e de equipas alargadas em eventos pontuais
- (xi) Coordenação executiva das actividades comemorativas do Centro de Estudos Ibéricos, destacando-se o X Aniversário e a Homenagem a Eduardo Lourenço, entre outras.
- (xii) Coordenação editorial de diversas iniciativas, nomeadamente:
 - a. Colecção “Iberografias” (vols 1 a 25), Centro de Estudos Ibéricos
 - b. Revista “Iberografias” (n.ºs. 1 a 8), Centro de Estudos Ibéricos
 - c. Cátálogos e outras iniciativas editoriais do CEI (“Um (e) terno olhar”, “Alembanças”, “Transversalidades: territórios, diálogos e itinerários ibéricos”, “Conhecimento, Cultura, Cooperação – Dez anos depois”, “Transversalidades: Fotografia sem fronteiras”)

O contacto directo com centenas de colaboradores e participantes nas iniciativas do CEI permitiram à candidata uma melhor percepção da realidade transfronteiriça, bem como constatar a importância do estabelecimento de redes de cooperação para o desenvolvimento da região da Raia Central Ibérica.

Neste sentido, constatou-se a relevância e o peso dos programas comunitários de cooperação transfronteiriça, nomeadamente o PIC INTERREG IIIA e o POCTEP no estabelecimento de iniciativas de cooperação que, na sua ausência, seriam certamente mais

limitadas. A este propósito, atente-se no que refere Cabero Diéguez (2004:44): “(...) foram as ajudas do programa INTERREG as quais, ao longo da década passada, reforçaram, à escala regional e local, os laços de intercâmbio e colaboração”

Ao longo do seu percurso profissional, a candidata teve oportunidade de participar em dezenas de iniciativas de acompanhamento e avaliação de projectos de cooperação transfronteiriça onde o CEI foi frequentemente referido como um exemplo de boas práticas de execução dos programas e orientações comunitárias no âmbito da cooperação²⁶.

Importa realçar que o carácter singular intrínseco desta associação, bem como a sua organização interna, se traduz num envolvimento comprometido e empenhado dos representantes institucionais, verdadeiros motores da actividade do CEI. Cabero Diéguez (2004) lançava o seguinte repto:

Chegou a hora da cooperação contínua. Chegou o momento de pôr de lado a arrogância e a indiferença espanholas e a desconfiança portuguesa. Unamuno aludia, há um século, “à petulante soberba espanhola, de um lado, e à mesquinha desconfiança portuguesa, de outro”, como responsáveis do alheamento espiritual e da falta de comunicação cultural. (p.59)

Efectivamente, o CEI tem permitido sedimentar laços e canais de cooperação entre instituições, actores e agentes locais, unindo gentes e territórios que a fronteira desabitou de dialogar e de se relacionarem normalmente.

Cabe à Comissão Executiva o relevante papel da definição de coordenadas de actuação, atenta à matriz e objectivos primordiais do CEI, mas arriscando, sempre que necessário, novas abordagens que concorram para o objectivo central da cooperação e do desenvolvimento dos territórios raianos. Os contributos dos membros da Comissão Científica são cruciais nestas abordagens, pela visão multidisciplinar e transversal, que são incorporados nestas linhas estratégicas. Eduardo Lourenço (2013:45) enaltece a participação destes mestres e estudiosos: “Historiadores, geógrafos, sociólogos, humanistas, das duas velhas Universidades deram vida e têm animado o jovem Centro de Estudos Ibéricos”.

²⁶ Como já foi referido, o CEI foi distinguido como exemplo de boas práticas de cooperação na conferência “Cooperação Transfronteiriça de Segunda Geração”, realizada em Guimarães, em Fevereiro de 2009.

Ao longo de mais de uma década de actividades, a Direcção tem reconhecido o papel da Comissão Executiva, reiterando a confiança nos membros aí designados; a aprovação dos planos de actividades propostos bem como, posteriormente, dos Relatórios de Actividades e de Contas, tem sido uma constante, factor bem demonstrativo da confiança e entendimento entre os vários órgãos do CEI.

Por último, importa referir que, em projectos imateriais deste tipo, é fulcral a existência de um núcleo técnico eficaz que operacionalize as ideias e projectos definidos; no caso do CEI tal papel é desempenhado pela estrutura de coordenação local.

A complementaridade territorial, de recursos humanos qualificados que se podem mobilizar e de diferentes serviços que se podem realizar no quadro desta parceria, mostra como a equidistância da Guarda relativamente a Coimbra e Salamanca não é apenas um acaso geográfico, e que o espaço transfronteiriço, normalmente repulsivo, pode transformar-se em palco para convergências e acção duma rede que assume o desenvolvimento do território fronteiriço como casa e causa comum.

5. CONCLUSÃO, AVALIAÇÃO E OBSERVAÇÕES CRÍTICAS

Conforme pôde constatar-se no ponto 3.1, a região da Raia Central Ibérica destaca-se pela baixa densidade demográfica, económica e social, pela débil ocupação do espaço, emigração, envelhecimento, sistemas agrários com produtividades limitadas e pelo escasso desenvolvimento urbano e industrial. A este pano de fundo e ao peso da interioridade, que sucessivas gerações de políticas públicas não conseguiram reverter plenamente, associa-se uma localização geográfica que enquadra este território numa das últimas periferias Ibéricas e Europeias.

Apesar da identidade de problemas de ambos os lados da Raia, a fronteira continua a marcar o relacionamento entre os povos e as regiões. Esta linha, que a história ajudou a definir como sinal de separação, poderá vir a constituir um traço de identificação e união. Esbater o efeito de fronteira passa por unir o que a história separou, isto é, permeabilizar o que têm sido as barreiras físicas, económicas, sociais e psicológicas. A cooperação revela-se assim um meio importante e estratégico para relançar o desenvolvimento das regiões fronteiriças da Raia Central Ibérica.

A percepção, por parte das populações transfronteiriças, das consequências negativas do “efeito barreira” da fronteira, contribuiu para uma activa mobilização para que esses obstáculos fossem esbatidos através de uma nova etapa de aproximação, reencontro e cooperação transfronteiriça. Esta percepção, aliada aos estímulos de programas comunitários contribuiu para que se passasse do conceito tradicional de “fronteira-separação” para um novo conceito de “fronteira-cooperação” ou “fronteira-reencontro”, onde se reencontram comunidades e territórios absurdamente separados por contingências históricas. Começam então a gerar-se estratégias singulares de diálogo e inter-relação, desencadeando novas sinergias e novos processos de mobilização e congregação de interesses. (Medeiros:2011)

Efectivamente, desde o início da década de 90 que os programas de cooperação transfronteiriça contribuíram para o atenuar destes constrangimentos, com evidentes progressos na reconfiguração do espaço fronteiriço, aumentando consideravelmente a sua permeabilidade. O PIC INTERREG concorreu, nas suas diferentes fases, para que as fronteiras nacionais não fossem um obstáculo ao desenvolvimento equilibrado e à integração do território europeu.

Pelo exposto ao longo deste Relatório, consideramos que a hipótese inicial que balizou a investigação *“As iniciativas de cooperação transfronteiriça constituem uma mais-valia para os territórios de fronteira”*, se apresenta válida.

A cooperação transfronteiriça foi um suporte decisivo do próprio processo de integração europeia, não apenas a nível concreto, através da difusão de iniciativas de intercâmbio nos territórios, mas também a nível metafórico e simbólico, através da promoção da imagem do território europeu interligado, fluido e “sem fronteiras”. Nesta perspectiva, as práticas de cooperação transfronteiriça contribuíram para reforçar a ideia de uma Europa unida, que inspiram e guiam o processo concreto de integração. Paralelamente, criou-se uma rede de actores institucionais e territoriais que se converteram em pilares da integração e do desenvolvimento da União Europeia e agentes do processo de europeização.

Para além da visibilidade do processo de europeização, as políticas de cooperação territorial tiveram impactos relevantes no desenvolvimento económico dos territórios fronteiriços, na participação activa dos cidadãos no esbatimento dos efeitos negativos das fronteiras internas e na reorganização territorial destas regiões.

De acordo com Medeiros (2011:322) foi “a dimensão relacional aquela que mais contribuiu para a articulação territorial da Raia Ibérica, não tanto pelo desenvolvimento de sinergias funcionais mas essencialmente na multiplicação de interacções e contactos, nos avanços significativos dos níveis de cooperação e conhecimento mútuo e no estabelecimento de redes de actores e entidades e cariz transfronteiriço cada vez mais actuates e consolidadas”.

Relativamente às questões subsequentes que se colocaram na Introdução deste Relatório *“Haverá reais impactos e vantagens nas iniciativas de cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica?”* e *“Em que medida estas iniciativas contribuem para a coesão territorial na União Europeia?”* podemos concluir que, pese embora os apoios não tenham sido capazes de reduzir totalmente as persistentes lacunas socioeconómicas que a Raia Central Ibérica ainda apresenta no contexto peninsular, estes territórios beneficiaram claramente com os programas de cooperação.

O Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social constata que apesar da sua escala de suporte limitada em média (74 milhões de euros por programa), os programas tendem a

ter um significativo efeito de alavanca (165 euros para cada 100 euros investidos), concluindo que este investimento não teria sido materializado sem o INTERREG" (CE:2007)

Os fundos recebidos através dos programas de cooperação transfronteiriça foram cruciais para a criação de bases sólidas para um desenvolvimento territorial mais policêntrico e equilibrado da região raiana, através do reforço das infra-estruturas de conexão transfronteiriça e também para a criação e reforço de redes de cooperação imateriais que têm vindo a estimular os contactos entre entidades de ambos os lados da fronteira. Tais factores contribuíram significativamente para a coesão territorial, no sentido da promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso do território europeu.

No entanto, constata-se que a região da Raia Central Ibérica necessita igualmente de outro tipo de investimentos, quer públicos, quer privados, cujos montantes sejam substancialmente superiores aos valores consignados às três gerações do PIC INTERREG-A e ao POCTEP, insuficientes para superar os problemas estruturais e debelar os efeitos, materiais e intangíveis, resultantes da presença da mais antiga fronteira europeia. Apesar de significativos avanços, há ainda muito a fazer, mas estas necessidades exigiriam um aumento substancial das verbas consignadas ao presente programa POCTEP, o que ainda não se verificou.

Pelo exposto, e tendo em conta os impactos verificados, importa continuar a apostar na cooperação como chave do desenvolvimento e da coesão territorial, transformando estrangulamentos em oportunidades, por forma a que estas *finisterras* se convertam em espaços de integração e intercâmbio sociocultural.

Cabe agora analisar os impactos da acção do Centro de Estudos Ibéricos, através da resposta às questões “*Contribuirá o Centro de Estudos Ibéricos para qualificação do território raiano?*” e “*Que impactos resultam das actividades desenvolvidas?*”

O cerne do projecto que o Centro de Estudos Ibéricos tem protagonizado assenta na promoção do conhecimento e da investigação, na realização de eventos de divulgação técnica, científica e cultural, no desenvolvimento de iniciativas inovadoras, na cooperação e troca de experiências envolvendo parcerias efectivas entre diferentes instituições portuguesas e espanholas.

As características da parceria (estabelecimentos do ensino superior e autarquia) e a diversidade de actividades desenvolvidas pelo CEI que cruzam fronteiras e transcendem os

clássicos limites disciplinares, representam uma experiência sólida e, concomitantemente, uma iniciativa inovadora. Neste sentido, importa referir os seguintes factores que relevam para uma avaliação positiva da actividade do CEI:

- (i) o carácter inovador da própria parceria que originou o CEI, da rede de colaboradores que o suporta e da sua história testemunhada por treze anos de actividades ininterruptas;
- (ii) o efeito de dinamização e demonstração que o CEI tem tido sobre outros actores locais, de transferência de conhecimento e de difusão de boas práticas, potenciando outras iniciativas de cooperação transfronteiriça e o aparecimento de novas formas de relacionamento entre actores e instituições dos dois lados da fronteira;
- (iii) a expansão da rede de colaboradores a investigadores doutras regiões e países de expressão ibérica, acentuando a internacionalização do CEI;
- (iv) a aposta nas novas tecnologias e novas ferramentas de comunicação entre a comunidade CEI

O valor acrescentado do CEI reside no facto de permitir sedimentar laços e canais de cooperação entre instituições, actores e agentes locais. Atente-se no que refere Medeiros (2011:323): “Progressos significativos no domínio dos estudos, acordos, conferências, colóquios e seminários realizados entre entidades de ambos os países, contribuem para aprofundar o relacionamento institucional e interpessoal, e consequentemente, para esbater as barreiras psicológicas”.

Da análise dos Relatórios de Atividades do CEI (2002 – 2012), pode constar-se que o CEI tem contribuído para a qualificação do território raiano, através de:

- (i) Realização de actividade e eventos de qualidade em territórios de baixa densidade;
- (ii) Promoção e intensificação das relações entre comunidades locais e agentes económicos, sociais e culturais dos dois lados da fronteira;
- (iii) Melhoria do conhecimento da realidade económica e social das áreas de fronteira;
- (iv) Reforço do eixo cultural e científico Coimbra-Salamanca, afirmando a centralidade da Guarda nos processos de cooperação territorial;
- (v) Consolidação da parceria estratégica e da rede de cooperação;

- (vi) Aprofundamento do conhecimento da região transfronteiriça, valorizando as suas potencialidades;
- (vii) Reforço da “Identidade Raiana”, afirmando os valores mais profundos destas regiões.

O percurso efectuado pelo Centro de Estudos Ibéricos, a ênfase no intercâmbio universitário e os recursos académicos mobilizados atestam tanto a maturidade que alcançou como, na área estruturalmente deprimida onde desenvolve a sua actividade, representam um valor acrescido e um efectivo activo regional. Importa contudo procurar uma análise crítica à actividade do CEI, optando-se por utilizar um quadro de matriz SWOT (forças e fraquezas, oportunidades e ameaças) (quadro 15):

Quadro 15 - Análise SWOT da actividade do CEI

Centro de Estudos Ibéricos			
Fraquezas	Ameaças	Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Debilidade para integrar entidades públicas e económicas • Ausência de uma massa crítica e dinâmica na envolvente transfronteiriça • Falta de colaboração em algumas instâncias universitárias (c. científica) • Escassa colaboração escrita na imprensa escrita dos colaboradores do CEI 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de financiamento • Alguma falta de envolvimento por parte de colaboradores • Despovoamento e desarticulação social • Crise dos núcleos intervenientes • Perda de apoio social do projecto e do apoio das políticas nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de investigação com vocação interdisciplinar e transfronteiriça • Diversidade de áreas científicas e culturais das entidades envolvidas • Prestígio e reconhecimento alcançados • Realização de Cursos de transferência de conhecimentos • Integração da cooperação no âmbito das universidades e do politécnico • Fonte de publicações com uma dimensão inovadora • Estrutura de coordenação eficaz 	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento das actividades a novas áreas temáticas • Diversificação das actividades e dos meios de divulgação • Novas dinâmicas de cooperação imaterial e material • Implementação de I&DI (Conhecimento Ciência, Cultura) • Colaboração em projectos de alcance regional • Reforço da implantação de jovens investigadores • Promoção de novos projectos • Aposta nas NTI e sistemas digitais de comunicação

--	--	--	--

Fonte: Relatórios e Planos de Actividades do CEI (2001-2012). Adaptado.

A análise do quadro anterior possibilita uma reflexão crítica à actividade do CEI e perspectiva linhas e coordenadas de futuro que não podem alhear-se da conjuntura regional e europeia.

No que respeita à orgânica interna merece especial referência a necessidade de reforço da Comissão Científica, eventualmente através de uma renovação dos seus membros, cuja designação cabe às Universidades de Coimbra e de Salamanca. Uma contribuição mais assídua e regular traduzir-se-ia numa mais valia para o reforço científico, comprometimento e alargamento do âmbito de actuação do CEI.

A necessidade de alargamento a novas áreas temáticas - apresentada como uma oportunidade – resulta da constatação que há efectivamente áreas de estudo e investigação que têm maior peso no cômputo geral das actividades do CEI, destacando-se aqui a Geografia, nomeadamente no que respeita ao número de publicações editadas. Se, por um lado tal se explica pela própria dinâmica dos membros envolvidos, particularmente na Comissão Executiva, tal não favorece as restantes áreas de actuação previstas estatutariamente e poderá explicar algum desinteresse de elementos da Comissão Científica de áreas menos abrangidas.

Apesar de ser um dos parceiros institucionais, o papel do Instituto Politécnico da Guarda tem sido menos valorizado do que o das duas Universidades. O CEI deveria potenciar esta ligação, nomeadamente através de uma maior articulação das actividades das duas instituições, promovendo sinergias locais e regionais.

No que respeita à constituição e reforço de uma efectiva rede regional de cooperação, o CEI poderia tirar maior partido de colaborações institucionais pontuais – fruto das diversas iniciativas realizadas - e procurar um envolvimento mais sólido e permanente com entidades locais e regionais, nomeadamente Câmaras Municipais, Ayuntamientos, associações de desenvolvimento local e núcleos empresariais.

Contudo, se há fraquezas que dependem da própria dinâmica interna, existem ameaças externas a considerar e que podem determinar a continuidade do projecto, nomeadamente o apoio de programas comunitários de cooperação e o apoio municipal de base ao projecto do CEI.

A imagem positiva do CEI na comunidade é uma mais-valia para a continuidade do projecto, mas o Centro deverá estar mais aberto a novas colaborações, evitando centrar-se em si mesmo. Apesar do investimento feito na divulgação e dos resultados alcançados, o CEI poderia alargar o seu âmbito de difusão territorial dando a conhecer a sua actividade e potencial de cooperação. Igualmente junto das instituições parceiras o CEI poderá capitalizar o historial de actividades e a capacidade de realização para acentuar o seu papel no desenvolvimento dos espaços fronteiriços.

Assim, apesar de alguns constrangimentos - que podem contudo ser revertidas em oportunidades -, pode concluir-se que o CEI tem condições para continuar a desempenhar um importante papel na região da Raia Central Ibérica, assim tenha asseguradas condições básicas como o financiamento e o envolvimento empenhado das instituições envolvidas.

As significativas alterações económicas e sociais a que temos assistido induziram profundas mudanças a nível local, regional e europeu, colocando as instituições e os territórios perante desafios mais exigentes, complexos e incertos. Se a este cenário acrescentarmos o facto de estarmos num novo quadro de políticas públicas, fundamentais para viabilizar o ritmo de realizações que o CEI tem vindo a oferecer, concluiu-se que os anos que se seguem representam um novo ciclo nas orientações e actividades a encetar.

A necessidade de resposta às debilidades estruturais e aos reflexos adversos das mudanças conjunturais aconselham e impõem ajustamentos, tanto no posicionamento estratégico como na acção a desenvolver pelo CEI. Sem perder de vista os objectivos fundadores, a sua integração em diferentes redes e o consequente reforço institucional será a forma adequada de responder aos desafios que o futuro reserva a estes territórios e às instituições comprometidas com o seu desenvolvimento.

Assim, a actuação do Centro de Estudos Ibéricos num futuro próximo deverá assentar nas seguintes coordenadas:

- (i) Intensificação do envolvimento na cooperação territorial, potenciando a sua vocação natural para desenvolver actividades comprometidas com os espaços de baixa densidade;
- (ii) Reforço da parceria e da programação, dinamizando a formação, a investigação e a divulgação científica e cultural para responder às necessidades regionais e às

- expectativas dos actores locais e de um Centro mais activo e empenhado na qualificação das pessoas e na coesão dos territórios;
- (iii) Ampliação da rede internacional de investigadores, transformando a actual rede de investigação numa plataforma que permita intensificar o debate, a troca de experiências e a transferência de conhecimentos sobre temas de interesse para este tipo de regiões.
 - (iv) Reforço da plataforma digital dinamizadora de actores e colaboradores com interesses comuns tendentes à partilha de experiências e conjugação de sinergias.

Importa, por último, fazer uma avaliação crítica sobre a experiência profissional e as competências adquiridas, conforme foi proposto na Introdução. Ao longo deste Relatório a candidata procurou demonstrar o papel e a importância do Centro de Estudos Ibéricos, instituição onde desempenha funções de Coordenadora. Pela natureza destas funções e pelo envolvimento empenhado no projecto, colocaram-se à partida algumas dificuldades na abordagem ao tema e à própria estruturação da dissertação com o formato específico de Relatório Profissional. Em primeiro lugar porque, de certa forma, o percurso do próprio CEI se funde com a actividade profissional desenvolvida; em segundo lugar porque interessava sobretudo à candidata analisar o percurso do CEI e fazer uma avaliação crítica da própria instituição e dos impactos que efectivamente tem nestes territórios fragilizados pelo peso histórico da fronteira.

A elaboração do presente Relatório proporcionou à candidata a oportunidade de se debruçar sobre a temática da cooperação transfronteiriça e contextualizar, através de uma aturada revisão de literatura, a relevância da cooperação para o desenvolvimento territorial e para o próprio processo de europeização. Procurando um certo distanciamento, a candidata avaliou o desempenho do CEI e as suas próprias funções na instituição, procurando evidenciar tendências e identificar dimensões críticas para a percepção dos pontos fortes e fracos do seu desempenho individual e institucional.

A avaliação global, do projecto e do desempenho individual, é portanto claramente positiva. Se por um lado o CEI é já uma marca no território, com reconhecidos méritos e créditos, fruto de um trabalho sistemático pautado por elevados padrões de exigência e qualidade, a contribuição prestada pela candidata é motivo de satisfação pessoal e profissional. A formação inicial na área das Relações Internacionais foi fundamental no que respeita à articulação dos conhecimentos teóricos e competências metodológicas, aplicando-os ao conhecimento e análise da realidade transfronteiriça, à gestão de políticas públicas nesta área específica e à elaboração de estudos e formulação de propostas de actuação. Ter a

oportunidade de exercer estas funções numa associação transfronteiriça singular criada a partir do desafio de um dos maiores pensadores portugueses é para a candidata um privilégio; por outro lado, contribuir com o saber e a experiência adquiridos para a concretização de actividades que visam o desenvolvimento do território fronteiriço, o intercâmbio de conhecimentos e experiências e a qualificação dos recursos humanos é um nobre objectivo, motivador de *per si* para continuar a abraçar o desafio.

Acresce ainda o reconhecimento e agradecimento do próprio Eduardo Lourenço, por ocasião do décimo aniversário do CEI (Lourenço:2013):

Dez anos passaram e o que era apenas uma sugestão e um pequeno sonho de alterar profundamente as nossas mútuas relações de conhecimento (e desconhecimento), começa a receber um princípio de existência. E um pouco mais do que isso. Primeiro, pelo empenhamento nesta iniciativa trans-ibérica a partir de uma pequena cidade, guardiã secular de fronteiras, e do que nela separa, das duas Universidades que, também, nos mesmos séculos, foram lugar do mais alto ensino e do reconhecimento da Cultura que nos é comum: Coimbra e Salamanca. O Centro não podia existir senão apoiado nos mestres, estudiosos e estudantes desses imemoriais Estudos peninsulares. Graças a eles, o Centro, junto com as outras instituições de interesse cultural da nossa cidade, tem contribuído para dar à Guarda um papel de mediadora entre as nossas duas culturas peninsulares, tão próximas nas suas raízes, mas distantes no seu convívio histórico concreto. E não era outro o projecto deste Centro, que o de conhecer a sério o que também, com dano mútuo, desconhecíamos. Nada do que nestes breves anos foi levado a cabo teria sido possível sem o empenho dos responsáveis institucionais e culturais do Centro, tutelado pela Câmara da nossa Cidade. Com rara devoção, o Dr. Virgílio Bento e a Dra. Alexandra Isidro têm, durante estes poucos anos de vida do Centro, os decisivos, contribuído para que uma simples sugestão se convertesse em vida partilhada. (p.45-46)

Uma palavra final de agradecimento aos membros da Comissão Executiva do CEI pela confiança que depositaram na candidata para as funções de Coordenação. A partilha de conhecimentos e valores, a amizade e o verdadeiro espírito de cooperação nortearam o projecto desde a sua génese. Tal constatação leva-nos a concluir que são as pessoas que fazem as instituições e que é possível desenvolver uma colaboração institucional empenhada em cooperar e assumir cumplicidades em torno de objectivos e causas comuns contribuindo para que ancestrais linhas de separação se convertam em espaços de oportunidades e de cooperação.

6. BIBLIOGRAFIA

AEBR. 2011. *European Charter for Border and Cross-Border Regions*. AEBR - Draft New version, Gronau.

Aliste, Jose Manuel del Barrio, Maria Luisa Martinez, Maria Manuela Natário e Gonçalo Poeta. 2013. “Estudio Socioeconomico de la frontera Castilla Y León – Centro de Portugal” Pp. 139-221, in *Estudio socioeconomico de la frontera entre Portugal y España*, editado por L.D. Castro. Salamanca: RIET.

Anderson, Malcom e Eberhard Bort. 1998. *The frontiers of Europe*. London: Bookcraft.

Anderson, James, Liam O`Dowd e Thomas M. Wilson. 2003. *New borders for a changing Europe: cross-border cooperation and governance*. London: Frank Cass Publishers.

ARFE e CECICN. 2012. *Documento estratégico sobre cooperação inteligente – Cooperação territorial para el fomento de la integración europea: ciudades y regiones, lazos a traves de las fronteras*. La Coruña

Batista, Maria Manuel. 2005. “Espanha, o vento e o casamento – contributos para uma consciência cultural ibérica”. Pp. 9-13, in *O outro lado da lua*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Bento, Virgílio. 2013. “O desígnio do pensador, o espírito do lugar”. Pp. 5-9, in *Vida partilhada – Eduardo Lourenço, o CEI e a cooperação cultural*, editado por E. Lourenço. Guarda: Âncora Editora/Centro de Estudos Ibéricos.

Cabero Diéguez, Valentín. 1995. “La visión regional castellano-leonesa de la raya de Portugal”. Pp. 17-37 in *La cooperación de Castilla y León con Portugal – Relaciones transfronterizas*, editado por Cortes de Castilla y León. Valladolid: Cortes de Castilla y León.

Cabero Diéguez, Valentín. 2004. *Iberismo e cooperação - Passado e futuro da Península Ibérica*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Câmara Municipal da Guarda. 1996. *Plano estratégico da cidade da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

Caramelo, Sérgio. 2007. *União Europeia, fronteira e território*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Castro, Luís Domínguez .2008. *A cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha*. Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular/Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP.

Cavaco, Carminda (coord). 1995. *As Regiões de Fronteira: inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*. Lisboa: Estudos para o desenvolvimento rural e urbano, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

CCRC, Diputación Provincial de Salamanca, Junta de Castilla y León e Junta de Extremadura. 1994. *Cooperação entre a Região Centro (Portugal) e as Regiões de Castilla y León e Extremadura (Espanha) – Contributo para a definição de uma estratégia de intervenção e promoção de iniciativas comuns*. Salamanca: Diputación de Salamanca e Departamento de Geografia e História da Universidade de Salamanca.

Centro de Estudos Ibéricos. 2001. “Estatutos” in *Diário da República*, nº 171, III Série, de 25 de Julho de 2001. Lisboa: INCM.

Centro de Estudos Ibéricos. 2005. *Revista Iberografias*, nº 1. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Centro de Estudos Ibéricos. 2006. *Revista Iberografias*, nº 2. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Centro de Estudos Ibéricos. 2010. *CEI – Conhecimento, cultura, cooperação – Dez anos depois*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Comissão técnica de coordenação do QREN. 2012. *Relatório Anual do QREN-IV-2011*, Lisboa: Comissão técnica de coordenação do QREN.

Comité das Regiões. 2002. *A coesão territorial na Europa*. Caderno de Estudos E-6/2002. Bruxelas: CR.

Comité das Regiões. 2003. *Estratégias para a promoção da cooperação transfronteiriça e inter-regional numa Europa alargada — um documento fundamental de orientação para o futuro*. Bruxelas: CR.

Committee of the Regions. 2012. *Making a difference - how regions and cities shape Europe's legislation - Key successes 2011*, Brussels: Secretary General of the Committee of the Regions.

Committee of the Regions. 2012. *The future of European Union cohesion policy – interinstitutional negotiations and cohesion policy post 2013*, Brussels: Communication, Press and Events Directorate of the Committee of the Regions.

Comissão Europeia. 2001. *Ao serviço das regiões* - Brochura. Luxemburgo, CE.

Comissão Europeia. 2004. *Uma nova parceria para a coesão: convergência competitividade cooperação - Terceiro relatório sobre a coesão económica e social*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia. 2007. *Política de Coesão 2007-2013 - Comentários e textos oficiais*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia. 2008. *Livro verde sobre a Coesão Territorial Europeia*. COM (2008) 616, Bruxelas: CE.

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional. 2011. *Política de Coesão 2014 - 2020, Investir no crescimento e em empregos*, União Europeia, Luxemburgo.

Couto, Alcino Pinto. 2007. “Dinâmicas e mutações económicas estruturais na raia central ibérica”. Pp. 105-139, in *Dinâmicas de desenvolvimento e valorização dos recursos endógenos na Beira Interior*, editado por F.M. Reigado e A. F. Matos. Guarda: Planicôa.

Cuadrado-Rosa, Juan e Tomás Navarro, “Política Regional e de Coesão”. 2005. Pp. 453-492, in *Economía de la Unión Europea*, editado por Joseph M.J. Galduf (Coord.). 5ª edição. España: Tomson, Tratados y manuales de economía, Biblioteca Civitas Economía y Empresa.

Directorate-General for Regional Policy of the European Commission. 2011. *European territorial cooperation – building bridges between people*, Brussels: European Commission.

DGDR. 2001. *A zona de fronteira Portugal- Espanha*. Lisboa: DGDR

ESPON. 2007. *Cross-Border Cooperation - Cross-Thematic Study of INTERREG and ESPON activities*. Luxembourg: Interact.

ESPON. 2012. *New evidence on smart, sustainable and inclusive territories*. Luxemburgo:ESPON.

ESPON. 2012. *Territorial Dynamics in Europe - Regions and cities in the global economy*, Luxemburgo:ESPON.

European Commission. 2010. *Europe 2020: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, COM(2010) 2020 final, Brussels: European Commission.

European Commission. 2012. Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas de 2012 de Portugal e à emissão de um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal para o período 2012-2016. COM (2012)324 final. Brussels: European Commission.

European Commission. 2011. *Proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council on specific provisions for the support from the European Regional Development Fund to the European territorial cooperation goal*. COM(2011) 611 final - Brussels: European Commission.

European Council. 2013. *Conclusions – Multiannual financial framework*. EUCO 37/13. Brussels.

European Union. 2011. *The urban and regional dimension of Europe 2020 – Seventh progress report on economic, social and territorial cohesion*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ferreira, Maria Júlia. 1998. “As regiões fronteiriças portuguesas: potencialidades de desenvolvimento no actual contexto de internacionalização” in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (11):337-353.

Gaspar, Jorge. 2006. "Evolução e perspectivas do desenvolvimento territorial". Pp. 16-38 in *Geografia de Portugal – planeamento e ordenamento do território*, editado por C.A. Medeiros. Lisboa: Círculo de Leitores.

Gaspar, Jorge e Rui Cunha Martins. 1997. *Linha de fronteira*. Guarda: Museu da Guarda/Comissão de Coordenação da Região Centro/700 Anos do Tratado de Alcanizes.

González, Carlos A. Cortés, Agustín Caballero Arenciaba, e Jorge Brandão. 2006. *Beira Interior Norte. Provincia de Salamanca – Valorar la historia y conquistar el futuro*. Salamanca: Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Regional. Diputación de Salamanca.

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e Dirección General de Fondos Comunitários. 2009. *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2007–2013*.

Jacinto, Rui. 2005. *Entre margens e fronteiras – para uma geografia das ausências e das identidades raianas*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Jacinto, Rui (coord.). 2002. *Fronteiras – Espelhos do mundo*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco.

Jacinto, Rui e Virgílio Bento (coord.). 2005. *Territórios e Culturas Ibéricas*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Jacinto, Rui e Virgílio Bento (coord.). 2006. *O interior raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Keating, Michael. 1998. *The New Regionalism in Western Europe: Territorial Restructuring and Political Change*. Cheltenham: Edward Elgar.

LaBasse, Jean. 1991. *L'Europe des Régions*. Paris: Flammarion.

Ledo, A. 2004. *Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI – Desarrollo Local, Identidade Territorial y ciudad difusa*. Madrid: Editorial Síntesis.

López Trigal, Lorenzo. 1995. "La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial". Pp.39-47 in *La cooperación de Castilla y León con Portugal – Relaciones transfronterizas*, Cortes de Castilla y León (coord), Valladolid: Cortes de Castilla y León.

López Trigal, Lorenzo, Rúben Lois González, François Guichard (coord.). 1997. *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa – Actas simposium Vilar Formoso, 1996*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.

López Trigal, Lorenzo. 2013. "Revisión de la terminología sobre la frontera y lo fronterizo". Pp. 149-167 in *Condições de vida, coesão social e cooperação territorial*, editado por R. Jacinto (coord), Guarda: Âncora Editora/Centro de Estudos Ibéricos.

Lourenço, Eduardo. 1990. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Lourenço, Eduardo. 1999. "Oito séculos de ativa solidão". Pp. 53-58 in *O outro lado da lua – A Ibéria segundo Eduardo Lourenço* editado por M.M. Baptista. 2005. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Lourenço, Eduardo. 2013. *Vida partilhada – Eduardo Lourenço, o CEI e a cooperação cultural*. Guarda: Âncora Editora/Centro de Estudos Ibéricos.

Marchueta, Maria Regina. 2002. *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Ed. Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.

Marques, Alfredo. 2006. *Economia na União Europeia*. Coimbra, Edições Almedina.

Martin, R. 2001. *A Study on the factors of Regional Competitiveness – A draft final report for the European Commission*. Cambridge: University Of Cambridge.

Medeiros, Eduardo Rocha. 2009. "Cooperação Transfronteiriça – Recente Vs Antiga - Portugal-Espanha e Suécia-Noruega". Acedido online em 18/02/2013: http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/Eduardo_Medeiros/docs/PUB_PAP_EM_CT_Recente%20vs%20Antiga.pdf

Medeiros, Eduardo Rocha. 2011. *Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na raia central ibérica – Impactes territoriais do INTERREG –A*. Guarda: Âncora Editora/Centro de Estudos Ibéricos.

Moreira, Adriano. 2002. “Prefácio”. Pp. 3-4 in *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*, editado por M. R. Marchueta. Lisboa: Ed. Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.

Oliveira Martins, Guilherme. 2006. “Elogio à Guarda”. Pp.43-46, in *Revista Iberografias* nº 2. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Olsen, Johan. 2007. *Europe in search of political order. An institutional perspective on unity/diversity, citizens/their helpers, democratic design/historical drift, and the co-existence of orders*. Oxford: Oxford University Press.

Pintado, A. e E. Barrenechea. 1974. *A raia de Portugal: a fronteira do subdesenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.

Pinto, José Madureira e António Dornelas. 1998. *Perspectivas de desenvolvimento do interior*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ratti, Remigio e Shalom Reichman. 1993. *Theory and Practice of Transborder Cooperation*. Basel; Frankfurt am Main: Helbing and Lichtenhahn.

Ribeiro, Orlando. 1987. *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação.

Ribeiro, Orlando. 1993. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Salgado, Argimiro Rojo. 2009. “La cooperación Transfronteriza y sus consecuencias: hacia la reestructuración territorial en Europa” *Investigaciones Regionales* (18): 141-152.

Sánchez López, F., Valentín Cabero Diéguez, e Juan Tomás Martín Hernández. 1993. *Frontera y Desarrollo: el programa transfronterizo de España y Portugal*. Salamanca: Instituto de Recursos Naturales e Agrobiología, C.S.I.C.

Yin, Robert. 1994. Case study research: design and methods. (2ª.Ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Territorial Agenda of the European Union 2020 - Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions (2011). Acedido online em 16/03/2013: <http://www.eu-territorial-agenda.eu/Reference%20Documents/Final%20TA2020.pdf>

Torga, Miguel. 2001. Antologia Poética. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Sítios de Internet:

<http://www.apdr.pt>

<http://www.poctep.eu>

<http://ec.europa.eu>

<http://eur-lex.europa.eu>

<http://cor.europa.eu>

<http://www.aebr.eu>

<http://www.espon.eu>

<http://www.qren.pt>

<http://www.eixoatlantico.com>

<http://www.uc.pt>

<http://www.usal.pt>

<http://www.ipg.pt>

<http://www.mun-guarda.pt>

<http://www.ccdrc.pt>

7. ANEXOS

ANEXO I – PROTOCOLO

No âmbito das comemorações do Oitavo Centenário da Guarda decidiram, Câmara Municipal da Guarda e a Associação Oitavo Centenário, levar a cabo um conjunto de iniciativas que permitam uma reflexão, estudo e investigação, sobre os valores da Guarda e de toda a região transfronteiriça, onde se situa. Tal desiderato tem sido alcançado através de vários ciclos de Conferências e Colóquios que têm trazido à Guarda, entre outros, vários ilustres docentes das Universidades de Coimbra e Salamanca, os quais têm vindo, ao longo do tempo, a investigar e estudar diversos temas relacionados com esta região.

Porque assim é, afigura-se de todo aconselhável, - no acolhimento do já proposto pelo eminente Professor Doutor Eduardo Lourenço, aquando da Sessão Solene da Comemoração do Oitavo Centenário da Guarda, - a criação, sob os auspícios da Câmara Municipal da Guarda, de um Centro de Estudos Ibéricos, sediado na Guarda e que reúna entre outros, docentes das Universidades de Coimbra e Salamanca, com o objectivo de estudarem, investigarem e ensinarem temas comuns e afins a Portugal e Espanha.

Com vista à prossecução deste objectivo é celebrado entre:

A Câmara Municipal da Guarda representada pela Excelentíssima Senhora Presidente, D. Maria do Carmo Pires Almeida Borges e a Universidade de Coimbra representada pelo seu Magnífico Reitor e a Universidade de Salamanca representada pelo seu Magnífico Reitor, o seguinte:

PROTOCOLO

1ª. – A Câmara Municipal da Guarda, preocupada com a necessidade de continuação e aperfeiçoamento do estudo, investigação e ensino, dos mais diversos aspectos culturais de Portugal e Espanha, com especial incidência nesta zona transfronteiriça, compromete-se a desenvolver todas as diligências necessárias com vista, à concretização de realizações que contribuam para a execução de tais propósitos.

2ª. – As Universidades de Coimbra e Salamanca comprometem-se a contribuir com apoio científico e técnico, com vista ao desenvolvimento das acções a definir.

3ª. – A disponibilização de instalações, recursos humanos e materiais competirá à Câmara Municipal da Guarda ou a Entidades por esta a designar, já existentes, ou a criar.

4ª. – Por todos os aqui intervenientes, serão acordadas formas específicas de prossecução das acções definidas neste Protocolo, quer caso a caso, quer através de aditamentos ao mesmo, conforme for julgado mais conveniente.

5ª. – O presente Protocolo entra em vigor no dia da data da sua assinatura podendo ser revisto em qualquer altura, mediante proposta fundamentada de uma das partes.

6ª. – Este Protocolo vigorará pelo prazo de um ano, automaticamente renovável, excepto se, 90 dias antes do termo da sua validade, alguma das partes manifestar, por escrito, o desejo de o denunciar.

Guarda, 27 de Novembro de 2000

ANEXO II – ESTATUTOS DO CENTRO DE ESTUDOS IBÉRICOS

Publicados no Diário da República, nº 171, III Série, de 25 de Julho de 2001

CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS

Artigo 1º - Definição

O Centro de Estudos Ibéricos, adiante designado por Centro, criado na sequência do Protocolo outorgado entre a Câmara Municipal da Guarda e as Universidades de Coimbra e de Salamanca, é uma associação sem fins lucrativos, de carácter permanente e natureza interdisciplinar e multidisciplinar que visa a promoção, divulgação e coordenação da reflexão, estudo, investigação e ensino de temas comuns e afins a Portugal e Espanha, com especial incidência na região transfronteiriça.

Artigo 2º- Objectivos

1. São objectivos gerais do Centro:

- a. cooperar com a Câmara Municipal da Guarda e as Universidades de Coimbra e de Salamanca no desenvolvimento inter-regional e internacional, no âmbito definido no artigo anterior;
- b. actuar como pólo de encontro, de reflexão e de divulgação das culturas portuguesa e espanhola, unidas por um laço ibérico comum;
- c. promover, divulgar, coordenar e apoiar programas e projectos de investigação sobre o património cultural comum, as relações ibéricas, a especificidade geográfica e todas as restantes áreas compreendidas no âmbito definido no artigo anterior;
- d. o relacionamento e a cooperação inter-regional através da investigação e do ensino universitários e da actividade de instâncias cívicas e culturais;
- e. contribuir para o intercâmbio entre organismos e departamentos ligados à investigação e ao conhecimento científico que integrem os membros do Centro e entre eles e entidades terceiras de idêntica natureza;
- f. disponibilizar os serviços de cada um dos membros do Centro em benefício das comunidades académicas e educacionais dos restantes, conforme for decidido, segundo proposta fundamentada da Comissão Executiva;
- g. apoiar a realização de acções de formação;

- h. promover a utilização das novas tecnologias no acesso à documentação e à difusão de informação, designadamente entre Bibliotecas e Arquivos dos membros.
- 2. São áreas iniciais e prioritárias de acção do Centro, sem prejuízo de outras que venham a ser acolhidas, as seguintes:
 - a. Literatura
 - b. História
 - c. Filosofia
 - d. Geografia
 - e. Sociologia
 - f. Economia
 - g. Direito
 - h. Relações Internacionais

CAPÍTULO II - DOS MEMBROS

Artigo 3º - Membros

O Centro tem três categorias de membros: os membros fundadores, os membros efectivos e os membros colaboradores.

- 1. São membros fundadores a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca
- 2. São membros efectivos os membros constantes no número anterior, o Instituto Politécnico da Guarda e outras Instituições que venham a ser designadas pela Direcção.
- 3. São membros colaboradores todas as pessoas singulares ou colectivas que colaborem em trabalhos de investigação ou divulgação do Centro, desde que admitidos nos termos dos presentes estatutos.

Artigo 4º - Direitos dos membros

- 1. São direitos dos membros fundadores:
 - a. Tomar parte nas Assembleias Gerais, com direito de voto;
 - b. Tomar parte na Comissão Científica, através de representantes por eles designados;
 - c. Indicar representantes para os órgãos do Centro;

- d. Apresentar propostas ou sugestões reputadas úteis ou necessárias à prossecução dos objectivos estatutários.
- 2. São direitos dos membros efectivos:
 - a. Tomar parte nas Assembleias Gerais, com direito de voto;
 - b. Indicar representantes para os órgãos do Centro, nos termos dos presentes estatutos.
 - c. Apresentar propostas ou sugestões reputadas úteis ou necessárias à prossecução dos objectivos estatutários.
- 3. São direitos dos membros colaboradores:
 - a. Tomar parte nas Assembleias Gerais, nos termos dos presentes estatutos;
 - b. Ter acesso às informações veiculadas pelo Centro.

Artigo 5º - Deveres dos membros

São deveres dos membros:

- a. Desenvolver os trabalhos de investigação e de divulgação e todos os que forem julgados adequados para a prossecução dos objectivos do Centro;
- b. Desempenhar com zelo os cargos para que forem designados;
- c. Contribuir para o bom nome e o prestígio do Centro e para a eficácia da sua acção;
- d. Comparecer às reuniões da Assembleia Geral e às dos outros órgãos a que pertençam ou em que estejam representados.

Artigo 6º - Da admissão e exclusão de membros colaboradores

- 1. A admissão de novos membros colaboradores depende da deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Direcção.
- 2. Perdem a qualidade de membros os que pedirem formalmente a sua demissão em carta dirigida à Direcção, que comunicará o facto à Assembleia Geral e às Comissões Executiva e Científica.
- 3. Os membros que, por motivos diversos, não justificados, não prestem colaboração assídua ao Centro, poderão ser excluídos por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão Executiva.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Artigo 7º - Órgãos do Centro

1. São órgãos do Centro:
 - a. A Assembleia Geral;
 - b. A Direcção;
 - c. O Conselho Fiscal;
 - d. A Comissão Executiva;
 - e. A Comissão Científica.

SECÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º - Composição

1. A Assembleia Geral é composta por todos os membros do Centro;
2. Os membros colaboradores podem participar nas sessões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.

Artigo 9º - Competências

1. Compete à Assembleia Geral:
 - a. Debater as questões gerais relacionadas com a organização e o funcionamento do Centro;
 - b. Propor à Direcção as grandes linhas de acção do Centro;
 - c. Apreciar e votar o Plano e Orçamento apresentados pela Direcção;
 - d. Apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas anuais da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal;
 - e. Instalar anualmente a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal;
 - f. Aprovar eventuais alterações dos estatutos;
 - g. Deliberar a dissolução e liquidação do Centro;
 - h. Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei e pelos estatutos e as que não sejam da competência de outros Órgãos.

Artigo 10º - Funcionamento

1. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que tal for solicitado pela Direcção, pela Comissão Executiva ou pela Comissão Científica.

2. Para o seu funcionamento em primeira convocatória é necessária a presença da maioria dos seus membros, não contando para este quorum os membros colaboradores.
3. Não se verificando as presenças referidas no número anterior, a Assembleia Geral funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira, com qualquer número de associados;

Artigo 11º - Da Mesa da Assembleia Geral

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, designados, respectivamente, pela Câmara Municipal da Guarda e pelos Reitores das Universidades de Coimbra e de Salamanca.
2. Compete ao Presidente da Mesa:
 - a. Convocar as reuniões, estabelecer a ordem do dia e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral;
 - b. Assinar as actas com o Vice-Presidente e o Secretário;
 - c. Despachar e assinar o expediente que diga respeito à Mesa.

SECÇÃO II - DA DIRECÇÃO

Artigo 12º - Composição

1. A Direcção é composta por:
 - a. Director Honorífico Vitalício: Professor Eduardo Lourenço;
 - b. Presidente da Câmara Municipal da Guarda;
 - c. Reitor da Universidade de Coimbra;
 - d. Reitor da Universidade de Salamanca.

Artigo 13º - Competências

1. Compete à Direcção:
 - a. Representar o Centro em juízo e fora dele, por si ou seus delegados;
 - b. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e estatutárias, as deliberações da Assembleia Geral e as suas próprias resoluções;
 - c. Aprovar actividades e projectos que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, no âmbito das linhas de acção definidas e submeter à apreciação da Assembleia Geral as questões que julgar convenientes;

- d. Submeter o Plano e Orçamento, bem como o Relatório, Balanço e Contas do exercício do ano anterior à apreciação e votação da Assembleia Geral, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.
- e. Aprovar, coordenar e sancionar as actividades do Centro e assegurar a ligação com a Comissão Executiva e a Comissão Científica;
- f. Zelar pela articulação entre o desenvolvimento das acções e dos projectos aprovados e os objectivos e orientações gerais definidos;
- g. Promover a afectação de recursos humanos e materiais, nos termos do disposto no artº 26º, aos projectos e actividades do Centro.
- h. Submeter à votação da Assembleia Geral a admissão de novos membros efectivos e colaboradores, após parecer da Comissão Executiva.
- i. Conferir mandatos a representantes seus para representação em juízo e fora dele e para assegurar a conveniente realização dos objectivos do Centro.
- j. Submeter à Assembleia Geral todos os assuntos da competência desta.

Artigo 14º - Funcionamento

A Direcção reunir-se-á sempre que os seus membros o entenderem ou a Comissão Executiva o solicite.

Artigo 15º - Vinculação

- 1. Para vincular genericamente o Centro são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da Direcção.
- 2. A Direcção pode delegar em funcionários qualificados a prática de actos de vinculação, através de procuração genérica ou específica para cada caso de que conste expressamente a competência delegada.
- 3. A Direcção, sem necessidade de procuração, pode delegar em funcionários qualificados poderes para a prática de actos de expediente corrente, nomeadamente a assinatura de correspondência.

SECÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 16º - Composição

O Conselho Fiscal é composto por três elementos, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, a indicar respectivamente pela Câmara Municipal da Guarda, e pelos Reitores das Universidades de Coimbra e de Salamanca.

Artigo 17º - Competências

1. Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Velar pelo cumprimento das disposições legais, estatutárias e regulamentares;
- b. Dar parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas Anuais do Centro e os orçamentos ordinários e suplementares;
- c. Examinar, sempre que entenda, a escrita do Centro e os serviços de tesouraria;
- d. Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direcção;
- e. Solicitar a convocação da Assembleia Geral, quando o julgar conveniente, e assistir às reuniões dela.

Artigo 18º - Funcionamento

O Conselho Fiscal deverá reunir obrigatoriamente uma vez por ano para emitir os pareceres a que se refere a alínea b) do artigo anterior.

SECÇÃO IV - DA COMISSAO EXECUTIVA

Artigo 19º - Composição

A Comissão Executiva é composta por: dois representantes da Universidade de Coimbra; dois representantes da Universidade de Salamanca; dois representantes do Instituto Politécnico da Guarda, a designar pelo seu Presidente; pelo Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda; duas personalidades de reconhecido mérito designadas pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda.

Artigo 20º - Competências

1. Compete à Comissão Executiva:

- a. elaborar propostas de projectos e actividades, ouvida a Comissão Científica, e submetê-los à aprovação da Direcção;

- b. promover a execução dos projectos e actividades aprovados pela Direcção e financiados pelos membros;
- c. acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos projectos em curso;
- d. propor à Direcção a aprovação de protocolos e convénios com instituições de ensino e /ou entidades públicas e privadas, sempre que tal se revele oportuno para a prossecução dos objectivos do Centro, salvaguardando a prévia autorização dos membros, sempre que legalmente necessária;
- e. propor à Direcção a criação, alteração ou extinção de linhas de acção, sempre que o julgue conveniente, ouvida a Comissão Científica;
- f. propor à Direcção a admissão de membros colaboradores bem como a participação pontual de consultores científicos e/ou outras personalidades de relevo exteriores ao Centro.
- g. dar parecer sobre a nomeação do Coordenador da estrutura local do Centro.

Artigo 21º - Funcionamento

A Comissão Executiva deverá reunir pelo menos quatro vezes por ano, sendo condição bastante a simples convocatória por escrito e a presença de apenas um representante de cada instituição, podendo reunir extraordinariamente sempre que o julgar necessário ou sempre que a Direcção o entenda, para resolução de qualquer assunto de interesse para o Centro.

SECÇÃO V - DA COMISSAO CIENTÍFICA

Artigo 22º - Composição

A Comissão Científica é composta por dois docentes das Universidades de Coimbra e de Salamanca, de cada uma das áreas de acção do Centro referidas no número 2 do artº 2º.

Artigo 23º - Competências

1. Compete à Comissão Científica:

- a. elaborar projectos de actividades no âmbito do Centro, apresentando-os à Comissão Executiva, com vista à aprovação dos mesmos pela Direcção;
- b. prestar consultoria e apoio científicos aos projectos e actividades do Centro;
- c. colaborar na realização de projectos científicos, participando na definição dos curriculæ de cursos, acções de formação, seminários ou outras iniciativas;

- d. emitir parecer consultivo quanto à forma de prossecução das linhas de acção do Centro, sempre que tal lhe seja solicitado pela Comissão Executiva, directamente ou a pedido da Direcção.

Artigo 24º - Funcionamento

1. A Comissão Científica deve reunir ordinariamente por convocatória escrita da Comissão Executiva, pelo menos duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que a Comissão Executiva o considere necessário para o cumprimento das competências enunciadas no presente Regulamento ou para a apreciação e eventual resolução de qualquer outro assunto de interesse para o Centro, sendo condição bastante a presença de apenas um dos representantes de cada área de acção do Centro;
2. Nas sessões da Comissão Científica participarão os membros da Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV - LOCALIZAÇÃO E RECURSOS

Artigo 25º- Localização e infra-estruturas

Em obediência ao Protocolo que lhe deu origem, o Centro está localizado e sediado, provisoriamente, em instalações da Câmara Municipal da Guarda, dispondo de infra-estruturas de uso comum e da participação de pessoal de apoio dos membros ou de terceiras pessoas a designar por eles.

Artigo 26º - Recursos humanos, materiais e financeiros

1. São recursos humanos e administrativos do Centro aqueles que vierem a ser colocados à sua disposição pelos membros, e ainda os que, por deliberação dos membros, vierem a ser julgados necessários ou próprios do Centro.
2. São recursos materiais e financeiros do Centro:
 - a. as contribuições e os bens que lhe vierem a ser afectos, a qualquer título, por qualquer dos membros;
 - b. quaisquer outras dotações económico-financeiras que venham a ser percebidas directamente pelo Centro ou, indirectamente, através dos seus membros ou de terceiras entidades, com a finalidade de serem afectados à

prossecução dos objectivos do Centro.

Artigo 27º - Da Coordenação e Apoio Técnico

1. A Câmara Municipal da Guarda deverá afectar os técnicos necessários para a estrutura local de coordenação de medidas e acções de carácter administrativo, técnico e logístico necessárias à efectivação dos projectos e actividades do Centro;
2. A Câmara Municipal da Guarda poderá nomear um elemento para a coordenação da estrutura local, após parecer vinculativo da Comissão Executiva.
3. No âmbito da coordenação técnica incluem-se as tarefas de:
 - a. Efectuar a gestão financeira do corrente, necessária para a prossecução das actividades do Centro.
 - b. secretariar as reuniões dos órgãos sociais do Centro e redigir as respectivas actas em ligação com a Comissão Executiva;
 - c. recolher e organizar os dados necessários à elaboração dos planos e relatórios e colaborar estreitamente com a Comissão Executiva na mesma elaboração;
 - d. executar, sob a orientação da Comissão Executiva e na sequência das decisões da Direcção, a gestão corrente do Centro;
 - e. manter estreita colaboração com o Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda e dar seguimento a instruções dele recebidas no quadro das suas funções dentro da Comissão Executiva;
 - f. coordenar a realização prática das actividades e iniciativas do Centro;
 - g. organizar e conservar em arquivo toda a documentação e correspondência do Centro.

CAPÍTULO V - ACTIVIDADES E SERVIÇOS

Artigo 28º - Actividades

1. O Centro apoia e desenvolve actividades de produção e de difusão do conhecimento científico, no âmbito dos seus objectivos:
 - a. a produção do conhecimento desenvolve-se através dos projectos de investigação e através de iniciativas e acções levadas a cabo no âmbito dos planos de actividades do Centro;
 - b. a difusão do conhecimento desenvolve-se através de uma política editorial e do recurso às novas tecnologias da informação;
 - c. a difusão do conhecimento reveste ainda a forma de encontros académicos, socioculturais, conferências e intercâmbios a vários níveis;

- d. sem prejuízo do recurso a outras entidades, o Centro utiliza prioritariamente os serviços e meios existentes nas Universidades de Coimbra e de Salamanca e na Câmara Municipal da Guarda.

Artigo 29º - Serviços

Para a consecução dos seus objectivos, em conformidade com as linhas gerais de actividades, o Centro desenvolverá, com os recursos que lhe forem afectos e outros, serviços especializados para apoio aos investigadores e à comunidade, designadamente um serviço de acesso às Bibliotecas das Universidades de Coimbra e de Salamanca, através da utilização de novas tecnologias.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30º - Dúvidas e lacunas

As dúvidas e omissões surgidas na aplicação destes Estatutos serão resolvidas pela Comissão Executiva.

Artigo 31º - Alterações dos Estatutos

As alterações ou aditamentos aos presentes Estatutos carecem de aprovação da Assembleia Geral.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DA GUARDA

Por ocasião da reunião de carácter inter-universitário e transfronteiriço que a Universidade de Coimbra, a Universidade de Aveiro e a Universidade da Beira Interior (da Região Centro de Portugal) e a Universidade de Salamanca, a Universidade de Valladolid, a Universidade de León e a Universidade de Burgos (da Região de Castilla y León de Espanha), realizam na cidade da Guarda, no âmbito do Centro de Estudos Ibéricos, manifestam conjuntamente:

Primeiro - As universidades acima referidas mantêm um compromisso histórico, assumindo o seu papel na construção das ideias e dos valores universais, cuja defesa proclamam uma vez mais, ao confrontarem-se, hoje, com uma globalização carregada de incertezas e, ao mesmo tempo, de capacidades inovadoras e surpreendentes.

Segundo - As universidades mais antigas (Salamanca, Coimbra e Valladolid), pioneiras no intercâmbio científico e cultural dentro da Península Ibérica, da Europa e de além-mar, unem-se aos novos laços e às energias que incorporam as universidades de León, Aveiro, Beira Interior ou Burgos, na tarefa de um ensino universitário mais acessível aos cidadãos e aos territórios, conjugando deste modo a própria autonomia universitária e, ao mesmo tempo, a complementaridade e a colaboração entre povos e regiões.

Terceiro - A construção da União Europeia, alicerçada nos princípios da solidariedade e da subsidiariedade e no exercício dos valores democráticos, requer o envolvimento das universidades em prol do fortalecimento da cidadania, da difusão do saber e da melhoria na qualidade de vida. Nesta perspectiva, a procura da coesão social e da equidade territorial encontra obstáculos particularmente graves nas periferias ou nas regiões desfavorecidas, como naquela em que nos encontramos, no extremo sudoeste da Europa e no espaço de uma fronteira histórica.

Quarto - As universidades subscritoras estão conscientes da contribuição necessária de esforços renovados na resolução dos problemas de formação e investigação, objectivos primeiros da sua acção, assim como da integração das suas potencialidades e dos seus recursos humanos no âmbito geográfico mais próximo, sem perder a sua vocação universal e sem diminuir a qualidade do ensino superior. A constituição de redes de trabalho em comum e de intercâmbio vem demonstrando, nos últimos tempos, as múltiplas vantagens culturais e científicas que acompanham estes processos. Por isso, apoiam e saúdam com

esperança as iniciativas vinculadas à colaboração inter-universitária e todas as acções coerentes com a aplicação do espírito europeu e das novas modalidades de cooperação.

Guarda, 12 de Abril 2002

Os subscritores,

Reitor da Universidade de Coimbra - Fernando Manuel da Silva Rebelo

Reitora da Universidade de Aveiro - Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré

Reitor da Universidade da Beira Interior - Manuel José dos Santos Silva

Rector de la Universidad de Salamanca - Ignacio Berdugo Gómez de la Torre

Rector de la Universidad de Valladolid - Jesús María Sanz Serna

Rector de la Universidad de León - Ángel Penas Merino

Rector Magnífico de la Universidad de Burgos - José María Leal Villalba

ANEXO IV – ACORDO PARA A DINAMIZAÇÃO DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Por ocasião da Abertura do Ano Escolar na Universidade de Salamanca a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca, entidades signatárias do Protocolo que institui o Centro de Estudos Ibéricos, bem como o Instituto Politécnico da Guarda, decidiram aprofundar a parceria que vêm desenvolvendo através do presente Acordo.

Considerando,

1. A necessidade de promover o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos territórios de fronteira, fazendo com que as ancestrais linhas de separação se revertam em territórios de oportunidade;
2. A importância de afirmar os valores mais profundos das regiões interiores e raianas, entre a Região Centro de Portugal e a Comunidade Autónoma de Castilla y León, onde releva a mobilização dos seus recursos, o aprofundamento da cooperação e a inventariação, valorização e qualificação das suas potencialidades;
3. O interesse comum em promover iniciativas concertadas tendentes ao desenvolvimento de serviços que concorram para o desenvolvimento sócio-económico e a permeabilidade transfronteiriça;
4. O papel que o Centro de Estudos Ibéricos pode e deve desempenhar enquanto estrutura vocacionada para a investigação, a qualificação dos recursos humanos e a promoção de iniciativas de cooperação que aproximem instituições, gentes e territórios ibéricos.

Tendo presente as orientações da União Europeia no sentido da construção de uma Europa mais coesa, e conscientes dos obstáculos que afectam as regiões mais periféricas e desfavorecidas, os signatários declaram,

1. O interesse em transformar o CEI numa estrutura viva e empenhada na qualificação do território, através de um envolvimento mais directo na promoção do desenvolvimento e da igualdade de oportunidades, princípios orientadores da Iniciativa Comunitária Interreg III;
2. A necessidade de reforçar o CEI com recursos que lhe permitam um maior envolvimento na dinamização de iniciativas de cooperação transfronteiriça, bem como um papel mais relevante na investigação e na divulgação cultural, domínios

com importantes repercussões no emprego e na modernização da economia e da sociedade;

3. O empenho dos membros envolvidos no CEI no cumprimento destes objectivos, materializado através de candidaturas a apresentar ao Interreg III, onde se destacam:
 - a. Gabinete de Promoção de Iniciativas de Cooperação, Divulgação e Investigação para o Desenvolvimento, com a designação Centro de Estudos Ibéricos – Formação, Investigação, Cooperação (CEI – FIC);
 - b. Reabilitação da Casa da Quinta do Alarcão e da sua envolvente, edifício onde será instalado o CEI;
 - c. Rede de Bibliotecas, ligando as das Universidades de Coimbra e Salamanca à Biblioteca “Eduardo Lourenço”, biblioteca municipal adjacente à sede do CEI, que a Câmara Municipal da Guarda vai candidatar, complementando a que a Universidade de Salamanca construirá nas antigas pistas de atletismo do jardim botânico, um projecto do arquitecto português Álvaro Siza Vieira. Além dos respectivos edifícios, estes equipamentos culturais serão dotados com as tecnologias adequadas, por forma a responder às exigências de uma sociedade em que o acesso ao conhecimento e à informação é determinante para o seu desenvolvimento.

Salamanca, Setembro de 2002

ANEXO V – ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Direcção

- Eduardo Lourenço (Director Honorífico)
Professor e Ensaísta
- João Gabriel Silva
Reitor da Universidade de Coimbra
- Daniel Hernández Ruipérez
Reitor da Universidade de Salamanca
- Joaquim Carlos Dias Valente
Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Comissão Executiva

Universidade de Coimbra

- Manuel Santos Rosa
- Rui Jacinto

Universidade de Salamanca

- Valentín Cabero Diéguez

Instituto Politécnico da Guarda

- Carlos Francisco de Sousa Reis
- Fernando Pires Valente

Câmara Municipal da Guarda

- Virgílio Edgar Garcia Bento
- António José Dias de Almeida
- José Manuel Mota da Romana

Comissão Científica

Literatura

Universidade de Coimbra

- Cristina Robalo Cordeiro
- Abílio Hernandez Cardoso

Universidade de Salamanca

- Angel Marcos de Dios
- Fernando Rodríguez de la Flor Adáñez

História

Universidade de Coimbra

- Maria Helena da Cruz Coelho
- Maria Manuela Tavares Ribeiro

Universidade de Salamanca

- Ángel Vaca Lorenzo

Filosofia

Universidade de Coimbra

- António Pedro Pita
- Fernando Catroga

Universidade de Salamanca

- Cirilo Flórez Miguel
- José Luis Molinuevo Martínez de Bujo

Geografia

Universidade de Coimbra

- Maria Fernanda Delgado Cravidão
- Lúcio José Sobral da Cunha

Universidade de Salamanca

- José Manuel Llorente Pinto
- Juan Ignacio Plaza Gutiérrez

Sociologia

Universidade de Coimbra

- Carlos Guerreiro Fortuna
- Pedro Hespanha

Universidade de Salamanca

- Ángel Infestas Gil

Economia

Universidade de Coimbra

- João Alberto Sousa Andrade
- Maria Adelaide Pedrosa da Silva Duarte
- João José Soares Tolda
- Vítor Manuel Leite Neves

Universidade de Salamanca

- Ricardo Robledo Hernández
- Rafael Bonete Perales

Direito

Universidade de Coimbra

- António Avelãs Nunes
- José Casalta Nabais

Universidade de Salamanca

- Jesus Carrera Hernandez
- Manuel Alcántara Sáez

Relações Internacionais

Universidade de Coimbra

- José Manuel Pureza
- Fernando José Reino

Universidade de Salamanca

- Jesus Carrera Hernández
- Manuel Alcántara Sáez

Bibliotecas

Universidade de Coimbra

- Director da Biblioteca Geral

Universidade de Salamanca

- Director dos Serviços de Arquivos e Bibliotecas

Coordenação local

- Alexandra Correia Isidro
- Ana Margarida Proença
- Ana Sofia Martins
- Alexandra Pinto Cunha

ANEXO VI – CRONOLOGIA DE ACTIVIDADES – MARCOS DE UM PERCURSO

1999	27.11	Sessão solene do VIII Centenário da cidade da Guarda – Eduardo Lourenço lança o desafio da criação do CEI
2000	27.11	Assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca, que viria a instituir o Centro de Estudos Ibéricos
2001	19.01	1ª Reunião da Comissão Executiva do CEI
	17.02	2ª Reunião da Comissão Executiva do CEI
	21.04	1ª Reunião da Comissão Científica do CEI
	18.05	Assinatura da escritura pública que formaliza a criação do Centro de Estudos Ibéricos
	18.05	Colóquio «A Guarda no caminho da Europa»
	23-27.07	1º Curso de Verão: «O espírito da Guarda: sociedades e culturas de fronteira»
	26.11	Seminário «A Ibéria no contexto europeu»
	29.11	Conferência “Identidade e cidadania”
	07.12	Apresentação do livro “Educação e cidadania na ilustração portuguesa – Ribeiro Sanches”, de Fernando Augusto Machado
2002	12.04	Encontro de Reitores das Universidades da Região Centro de Portugal e da Região de Castilla Y León de Espanha
	12.04	I Encontro de Bibliotecários das Universidades da Região Centro de Portugal e da Região de Castilla Y León de Espanha
	12.04	Encontro de Gestores e Administradores das Universidades da Região Centro de Portugal e da Região de Castilla Y León de Espanha
	12.04	Assinatura da “Declaração da Guarda”: cooperação entre sete Universidades: Coimbra, Aveiro, Beira Interior, Salamanca, Valladolid, León e Burgos
	22 a 26.07	Curso de Verão “Conservação e ordenamento das paisagens da montanha ibérica: A Serra da Estrela em tempo de mudança”
	30.09	Assinatura do “Acordo de parceria para a dinamização de iniciativas transfronteiriças”
	03.11	Cerimónia de lançamento da primeira pedra da futura sede do Centro de Estudos Ibéricos
2003	24.02	Assinatura do Protocolo de cooperação entre o CEI, o Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados e o Colégio de Advogados de Salamanca com vista à organização do Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”
	22.03	Conferência sobre “O Espaço de liberdade, segurança e justiça na União Europeia – aproximação geral” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	11.04	II Encontro de Bibliotecários das Universidades da Região Centro de Portugal e da Região de Castilla Y León de Espanha
	12.04	Conferência “Responsabilidade Civil” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	23.05	Apresentação do Livro “Tempos de Eduardo Lourenço – Uma Fotobiografia”, de Manuela Cruzeiro e Maria Manuel Baptista
	10.05	Conferência “Cooperação Judicial” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	23-25.07	Curso de Verão «Património e Cultura»
	03.10	Encontro transfronteiriço “Turismo sustentado e desenvolvimento local: primeira edição em Huerta (Salamanca); segunda edição em Videmonte (Guarda, no dia 24.10)

	11.10	Conferência sobre “Direito das Empresas” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	08.11	Conferência “Direito dos Contratos” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	04.12	Lançamento de concurso para a concessão de Apoios à investigação: Projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança”
2004	06.03	Apresentação do livro “Iberismo e cooperação – passado e futuro da Península Ibérica”, de Valentin Cabero Diéguez
	20.03	Conferência “Cobrança de Dívidas Transfronteiriças” (Ciclo “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	26.03	III Encontro de Bibliotecários das Universidades da Região Centro de Portugal e da Região de Castilla Y León de Espanha
	26.03	Sessão de entrega de Apoios à investigação: Projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança”
	16.04	Conferência “Direito do urbanismo e do meio ambiente” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	14.05	Conferência “Cultura, saúde e doença” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	22.05	Conferência “Responsabilidade Médica” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	18.06	Conferência “Medidas Especiais do Direito Processual Penal” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	25.06	Conferência “Envelhecimento e gerontologia” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	16.07	Conferência “Sinistralidade” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	19-23.07	Curso de Verão “Cooperação ibérica: novas fronteiras, novos intercâmbios”
	19-23.07	1.º Ciclo de Cinema Ibero-Americano
	23.07	Apresentação do livro “Iberografias”, de José Luís Lima Garcia
	17.09	Conferência “Sexualidade” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	08.10	Conferência “Propriedade horizontal e regulamentação dos condomínios” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	15.10	Conferência “Desafios Biológicos: HIV/Sida” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	21-22.10	II Jornadas de Património da Beira Interior
	12.11	Conferência “Acidentes de trabalho: incapacidades, reparação em dinheiro e em espécie, seguros” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	19.11	Conferência “Formação: Que Modelos?” (I Ciclo “Saúde sem Fronteiras”)
	01-30.12	Exposição fotográfica “Fronteira, emigração, memória”
	02.12	Sessão solene de entrega do Prémio Eduardo Lourenço a Maria Helena da Rocha Pereira
	02-03.12	Conferências “Territórios e Culturas Ibéricas”
	01.12	Apresentação da 2.ª Edição (revista e acrescentada) do livro “A Guarda formosa na primeira metade do século XX”, coordenada por Jaime Couto Ferreira
	11.12	Conferência “O Tratado Constitucional Europeu e o novo sistema de actos jurídicos da União Europeia” (Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
		Conferência “Ética e Genética” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	11.12	Apresentação do livro “O Direito e a Cooperação Ibérica”
2005	08.03	Conferência “Qualidade na Saúde: Terra, Água e Ar” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)

	Maio	Exposição fotográfica “Fronteira, emigração, memória” na Universidade de Salamanca
	15.04	Conferência “Novos Desafios da Farmacologia e da Enfermagem” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	07.06	1º Fórum de Segurança Rodoviária
	17.06	Conferência “Direito e Comunicação” (Encontros “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	20.05	Conferência “Gestão da Saúde e da Doença” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	26.05	Lançamento do livro “Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia”
	07.06	I Fórum de Segurança Rodoviária
	17.06	Conferência “Direito e Comunicação” (Encontros “O Direito e a Cooperação Ibérica”)
	24.06	I Jornadas de Arquivo “O papel dos arquivos em Portugal e Espanha”
	04-08.07	Curso de Verão “Património natural e desenvolvimento dos espaços marginais”
	01.07	Lançamento dos livros “O outro lado da lua – A Ibéria segundo Eduardo Lourenço”, “Territórios e culturas ibéricas” e “Entre margens e fronteiras – para uma geografia das ausências e das identidades raianas”
	01.07	Sessão de entrega dos Apoios à investigação, no âmbito do Projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira: territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança”
	09.09	Conferência “Camões e Cervantes: um diálogo ibérico”
	10.09	Inauguração da sede do Centro de Estudos Ibéricos
	09.09	Apresentação do nº 1 da Revista “Iberografias”
2006	11.03	Encontro de Solicitadores “Impostos sobre o Património”
	17.03	Conferência “Políticas Educacionais” (Ciclo de Conferências “Escola: problemas e desafios”)
	07.04	Conferência “Gripe e Doenças Emergentes” (Ciclo de Conferências “Saúde sem fronteiras”)
	13.04	Inauguração de Exposição e lançamento do Catálogo “Manifesto de uma Paixão”
	21.04	Conferência “Dificuldades de ensino e aprendizagem” (Ciclo de Conferências “Escola: problemas e desafios”)
	21-22.04	Congreso para el desarrollo socioeconómico en las áreas transfronterizas de España Y Portugal
	05.05	II Fórum de Segurança Rodoviária
	19.05	Conferência “Radiações Electromagnéticas e Doença” (Ciclo de Conferências “Escola: problemas e desafios”)
	19.05	Apresentação do livro “Saúde Sem Fronteiras”
	26.05	Conferência “Da desertificação à reorganização da rede escolar” (Ciclo de Conferências “Escola: problemas e desafios”)
	08.06	II Conferências “Territórios e Culturas Ibéricas” e Sessão de entrega dos apoios à investigação, no âmbito do Projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira: territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança”
	03-07.07	Curso de Verão “Cultura, cooperação e desenvolvimento”
	09.06	Conferência “Direito Biomédico” (Encontros “O Direito e a Cooperação Ibérica ”)
	09.06	Apresentação do livro “O Direito e a Cooperação Ibérica II”
	23.06	Sessão solene de entrega do Prémio Eduardo Lourenço a Agustín Remesal
	23.06	Conferência “Alimentação e Nutrição: das sopas aos antioxidantes” (Ciclo de Conferências “Saúde sem fronteiras”)
	08.07	Colóquio “A programação cultural hoje”
	14.07	Conferência “Respirar para viver, respirar para morrer” (Ciclo de Conferências “Saúde sem

		fronteiras")
	22.09	Conferência "Novas tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas" (Ciclo de Conferências "Escola: problemas e desafios")
	29.09	Conferência "Stress, exercício físico e vida – do bom ao mau stress (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	13.10	Conferência "O novo regime do arrendamento urbano" (Encontros "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	20.10	Conferência "Crise na Educação: fundamentos e desafios" "Escola: problemas e desafios")
	27.10	Conferência "Infantários, infecção e imunidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	17.11	Conferência "A Indemnização em Acidentes de Viação" (Encontros "O Direito e a Cooperação Ibérica ")
	03.11	Colóquio "Agostinho da Silva e a Ibéria"
	24.11	Conferência "Antes prevenir que curar" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	27.11	Apresentação do livro "Um Cruzamento de Fronteiras – O discurso da Guarda em Cortes"
	28.11	III Conferências "Territórios e Culturas Ibéricas"
	28.11	Apresentação do livro "O interior raiano do centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios"
	28.11	Apresentação do nº 2 da revista "Iberografias"
	15.12	Conferência "Envelhecimento, a eterna realidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
2007	16.03	Conferência "Formação de Professores" (Ciclo de Conferências "Escola: problemas e desafios")
	23.03	Conferência "Direito dos menores: protecção, adopção e família" (Encontros "O Direito e a Cooperação Ibérica 2007")
	25-27.03	I Seminário Luso- Espanhol de Professores de Teoria da Educação
	20.04	Conferência "Vida e Doença: as faces genética e adaptativa" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	21.04	Inauguração da exposição "Alembranças" e apresentação de Catálogo
	11.05	Conferência "Métodos e Didácticas: novos desafios" (Ciclo de Conferências "Escola: problemas e desafios")
	18.05	Conferência "Saúde e Qualidade de Vida" (Ciclo de Conferências "Saúde sem Fronteiras")
	08.06	Sessão de entrega dos apoios à investigação no âmbito do Projecto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira: territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	08.06	Apresentação do livro "Territórios e Culturas Ibéricas II"
	25-27.06	I Congresso ibérico da International Permafrost Association
	29.06	Conferência "Direito societário: desformalização e consequências" (Encontros "O Direito e a Cooperação Ibérica ")
	29.06	Conferência "Cirurgia no Século XXI" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	02-06.07	Curso de Verão "Cidade e território: urbanização, ordenamento e coesão"
	06.07	Apresentação do livro "União Europeia, Fronteira e Território"
	06.07	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2007 a Maria João Pires
	28.09	Conferência "Alimentação nas crianças e adolescentes: obesidade, bulimia e anorexia" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	19.10	Conferência "Família, sociedade e escola: educar para a cidadania" (Ciclo de Conferências "Escola: problemas e desafios")

	26.10	Conferência “Doenças Cardiovasculares: prevenção, atitudes e terapêuticas” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	09.11	Conferência “Direito Penal e Processual Penal: novas orientações” (Encontros “O Direito e a Cooperação Ibérica ”)
	16.11	Conferência “Necessidades educativas especiais e educação inclusiva” (Ciclo de Conferências “Escola: problemas e desafios”)
	23.11	Conferência “Medicamentos: genéricos, generalização e racionalização” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	29-30.11	I Jornadas Ibéricas de Engenharia Civil
	06.12	Conferências “Sociedades de fronteira: território, identidade, mobilidade”
	06.12	Inauguração da Exposição “Transversalidades: Territórios, diálogos e itinerários ibéricos”
	06.12	Apresentação do nº 3 da Revista “Iberografias”
2008	08.05	Conferência “Doenças respiratórias” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	15-17.05	Curso de Cooperação Judiciária (O Direito e a Cooperação Ibérica)
	23.05	Entrega dos Apoios à investigação, no âmbito do projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira: territórios, sociedades e culturas em tempos de mudança”
	23.05	Lançamento dos livros “Existência e filosofia. O ensaísmo de Eduardo Lourenço” e “Abandono do espaço agrícola na beira transmontana”
	29-30.05	Colóquio “As escritas do eu no feminino”
	19.06	Conferência “Desporto: benefícios e malefícios” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	02-05.07	Curso de Verão “Desenvolvimento sustentável nos territórios de fronteira: estratégias e perspectivas”
	03.07	Lançamento do Catálogo “Transversalidades”
	09.10	Conferência “Saúde oral” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	06.11	Conferência “Saúde mental” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	26.11	Colóquio “Ficção e realidade”
	26.11	Lançamento do nº4 da revista “Iberografias”
	27.11	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço a Ángel Campos Pámpano
	27.11	Inauguração da Exposição e lançamento do Catálogo “Um (e)terno olhar - Eduardo Lourenço, Vergílio Ferreira e a Guarda”
	27.11	Apresentação do livro “Leituras de Eduardo Lourenço - Um labirinto de saudades, um legado com futuro”
2009	30.04	Seminário “Territórios e Culturas Ibéricas”
	15.05	Conferência “Saber Envelhecer” (Ciclo de Conferências “Saúde Sem Fronteiras”)
	05-06.06	II Encontro Luso-Espanhol de Nefrologia
	15-19.06	Curso de Verão “O Património dos espaços fronteiriços: experiências e boas práticas de revitalização”
	18.09	Entrega dos Apoios à investigação, no âmbito do projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira: territórios, sociedades e culturas em tempos de mudança”
	23.09	Apresentação dos livros “Educação: reconfiguração e limites das suas fronteiras” e “Escola: problemas e desafios”
	30.09 a	Exposição “Tarrafal e a Guerra Civil de Espanha”

	07.11	
	07-08.10	Seminário Internacional “Os países de língua portuguesa e as suas geografias: dinâmicas socioeconómicas e processos de reestruturação territorial”
	07-31.10	Exposição “Espaços rurais da Beira”
	24.11	I Jornadas “Preservação de recursos hídricos e florestais: uma abordagem transfronteiriça”
	27.11	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço a Jorge Figueiredo Dias
	27.11	Apresentação do nº 5 da Revista “Iberografias”
	10-11.12	Curso de Cooperação Judicial Civil (O Direito e a Cooperação Ibérica)
2010	21.01	Seminário “Manuel António Pina – Palavras para além das fronteiras”
	05.03	Conferência “Obesidade/anorexia/alimentos funcionais e nutracêuticos” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	11.03	Seminário “Judiciarias da Raia – Legado e Futuro”
	09.04	Conferência “A Dor em Cuidados Paliativos” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	23.04	Conferência “Intensivismo e Stress pós traumático” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	23.04	Jornadas científicas “Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto”
	30.04	Assinatura do Protocolo entre o CEI e a Fundación Duques de Soria
	21.05	Conferência “Infecção Hospitalar” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	14-18.06	Curso de Verão “Patrimónios e territórios culturais - recursos, estratégias e práticas”
	25.06	Conferência “Racionalização Terapêutica” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	29.10	II Jornadas Transfronteiriças “Biodiversidade e Recursos Florestais”
	29.10	Apresentação do livro “As novas geografias dos países de língua portuguesa – paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal”
	04.11	Conferência “(Res)Públicas no espaço ibérico”
	25.11	Conferência “Cooperação Territorial: novos desafios para as regiões de fronteira”
	26.11	Conferência comemorativa do X Aniversário do CEI
	26.11	Apresentação do Catálogo “CEI – Cultura, cooperação, conhecimento”
	26.11	Exposição “CEI – Dez anos depois”
	26.11	Apresentação do nº 6 da Revista “Iberografias”
2011	22.03	Seminário “As novas geografias dos países de língua portuguesa”
	08.04- 25.06	Curso de Língua e Cultura Espanholas
	07.04	Conferência «Saúde e Felicidade» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	28-30.04	III Jornadas transfronteiriças “Paisagem, espaços protegidos, floresta”
	29.04	Apresentação do livro “Interioridade / Insularidade; Despovoamento / Desertificação. Paisagens, Riscos Naturais e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde”
	13.05	Conferência “Cancro do colo-rectal” (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	14.05	Fórum sobre Fibromialgia
	23.05	Tertúlia “Vida e Obra de Eduardo Lourenço”
	25.05	I Jornadas Ibéricas “A criança e a leitura: experiências, estratégias e desafios”
	31-05	Conferência «Tabaco ou Saúde» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	31-05	Assinatura do Protocolo entre o CEI e a Fundação Portuguesa do Pulmão
	17.06	Conferência «Saúde Oral» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)

	06-09.07	Curso de Verão “Diálogos ibéricos e cooperação: terras, gentes, culturas”
	08.07	Apresentação do livro “Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na Raia Ibérica - Impactes territoriais do INTERREG-A”
	14-17.07	I Curso “Novos métodos de ensinar e aprender: educação em espaços abertos”
	06.08	Homenagem a Eduardo Lourenço em S. Pedro do Rio Seco
	06.08	Apresentação do filme “Regresso sem fim – um documentário com Eduardo Lourenço”
	04.11	Conferência «1 Milhão de Diabéticos» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	26.11	Reunião do júri de avaliação dos Apoios à investigação 2011
	26.11	Inauguração da Exposição “Transversalidades: Fotografia sem Fronteiras”
2012	21.01	Entrega dos Apoios à investigação no âmbito do projecto “Culturas ibéricas, sociedades de fronteira: territórios, sociedades e culturas em tempos de mudança”
	21.01	Apresentação do livro “Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: Recursos, Estratégias e Práticas”
	27-01 a 31.03	Cursos de Língua e Cultura Espanholas
	16-18.02	Seminário ibérico-brasileiro sobre dinâmicas territoriais
	12.03 a 28.04	Exposição “Paisagem agrícola da fronteira”
	24.03	Seminário “Territórios e Culturas em tempo de mudança: Metodologia e Investigação”
	29.03	Conferência «Cirurgia estética» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	13.04 a 28.04	II Curso “Novas metodologias para ensinar e aprender”
	26.04	Colóquio “Eduardo Lourenço: as paisagens matriciais e os tempos de Coimbra”
	27.04	Sessão de Entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2011 a Mia Couto
	28.04	Apresentação do livro “Heterodoxias”, 1º volume das Obras Completas de Eduardo Lourenço
	03.05	Conferência «Qualidade do Ar e Saúde» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	14.06	Conferência «Gestão da saúde» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	16.06	II Jornadas Ibéricas “A Criança e a Leitura: Experiências, Estratégias e Desafios”
	01.06 a 07.07	Exposição de fotografia “La Raya Rota”
	04.07 a 07.07	Curso de Verão “Fronteiras e Coesão Territorial”
	06.07	Apresentação do livro “A cidade e os novos desafios urbanos”
	17.09	Seminário “Dinâmicas sócio-económicas e processos de reestruturação territorial em Portugal e no Brasil”
	19.09	Seminário “Património e Cultura Judaica – potencialidades e formas de divulgação”
	20.09	II Seminário ibérico-brasileiro “Dinâmicas territoriais: geografia, meio ambiente e desenvolvimento transfronteiriço
	18.10	Conferência «Envelhecimento ativo» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	15.11	Conferência «Stress no local de trabalho» (Ciclo de Conferências “Saúde sem Fronteiras”)
	27.11	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2012 a José María Martín Patino
	30.11	Seminário “Territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança”
	30.11	Apresentação do nº 8 da Revista “Iberografias”

	01.09 a 15.12	Concurso de fotografia «Transversalidades: territórios, sociedades e culturas ibéricas em tempos de mudança»
	26.11 a 31.12	Exposição “Entre Páginas: o esplendor da dispersão em livros da biblioteca de Eduardo Lourenço”
	27.11 a 31.12	Exposição “Paisagens de Fronteira”

Fonte: Relatórios de Atividades do CEI - 2001 a 2012. Adaptado.

ANEXO VII - PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO CEI (2001-2012)

Título	Autor(es)	Ano
Colecção “Iberografias” (CEI/Campo das Letras e CEI/Âncora Editora)		
O Iberismo e a Cooperação Ibérica – Passado e futuro da Península Ibérica	Valentín Cabero Diéguez	2004
O Direito e a Cooperação Ibérica	Actas	2004
O Outro lado da Lua – A Ibéria segundo Eduardo Lourenço	Maria Manuel Baptista (Edição e entrevista)	2005
Entre Margens e Fronteiras – Para uma geografia das ausências e das identidades raianas	Rui Jacinto	2005
Territórios e Culturas Ibéricas	Rui Jacinto e Virgílio Bento (Coord.)	2005
Saúde Sem Fronteiras	Actas	2006
O Direito e a Cooperação Ibérica II	Actas	2006
O Interior Raiano – Outras fronteiras, novos intercâmbios	Rui Jacinto e Virgílio Bento (Coord.)	2006
Um Cruzamento de Fronteiras - O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes	Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas	2006
Territórios e Culturas Ibéricas II	Ángel Infestas, Lúcio Cunha, Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Jacinto (Coord.)	2007
União Europeia, Fronteira e Território	Sérgio Caramelo	2007
Existência e Filosofia – O ensaísmo de Eduardo Lourenço	João Tiago Pedroso Lima	2008
Abandono do espaço agrícola na Beira Transmontana	Adélia Nunes	2008
Educação: reconfiguração e limites das suas fronteiras	Ángel del Dujo, João José Matos Boavida e Virgílio Bento (Coord.)	2009
Escola: Problemas e Desafios	Carlos Reis, João José Matos Boavida e Virgílio Bento (Coord.)	2009
As novas geografias dos países de língua portuguesa – paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal	Lúcio Cunha, Messias Modesto dos Passos e Rui Jacinto (Coord.)	2010
Interioridade / Insularidade; Despovoamento / Desertificação. Paisagens, Riscos Naturais e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde	Lúcio Cunha e Rui Jacinto (Coord.)	2011
Efeito Barreira e Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica. Impactes Territoriais do INTERREG-A	Eduardo Rocha Medeiros	2011
Patrimónios, territórios e turismo cultural: Recursos, estratégias e práticas	Rui Jacinto (Coord.)	2012
A cidade e os novos desafios urbanos	Rui Jacinto (Coord.)	2012
Catálogos		
Fronteira, Emigração, Memória	Rui Jacinto e Virgílio Bento (Coord.)	2004
Manifesto de uma Paixão	Dulce Helena Borges (Coord. editorial)	2005
Alembrações	Jaime Couto Ferreira	2007
Transversalidades: Territórios, Diálogos e Itinerários Ibéricos	Rui Jacinto (Coord.)	2008
Um (E)terno olhar: Eduardo Lourenço, Vergílio Ferreira e a Guarda	Alexandra Isidro, António José Dias de Almeida, Jaime Couto Ferreira, José Manuel Mota da Romana, Rui Jacinto e Virgílio Bento (Coord. editorial)	2008
Tarrafal e a Guerra Civil de Espanha	Fátima Patriarca, Catarina Guimarães, Cristina Ribeiro e Inês Correia (Coord. e execução)	

Espaços rurais da Beira - breve geografia das suas paisagens	Rui Jacinto	
Transversalidades: Fotografia sem Fronteiras	Rui Jacinto e Monteiro Gil (coord.)	
Outras edições		
Identidades Fúgidas	José Manuel Mendes e Rui Jacinto (Coord.)	2001
Tempos de Eduardo Lourenço - Fotobiografia	Maria Manuela Cruzeiro e Maria Manuel Baptista	2003
A Guarda Formosa na Primeira metade do Séc. XX –	Jaime Couto Ferreira (Coord.)	2004
Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia	Manuel Sabino Perestrelo, Maria do Céu Ferreira, Pedro Carvalho, Vítor Pereira, Virgílio Bento e Alexandra Isidro (Coord.)	2005
Eu queria encontrar aqui ainda a terra	Teatro Municipal da Guarda (Coord.)	2007
Leituras de Eduardo Lourenço - Um labirinto de saudades, um legado com futuro	Virgílio Bento (Coord.)	2008
Revista “Iberografias”		
Iberografias nº1	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2005
Iberografias nº 2	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2006
Iberografias nº 3	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2007
Iberografias nº 4	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2008
Iberografias nº 5	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2009
Iberografias nº 6	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2010
Iberografias nº 7	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2011
Iberografias nº 8	Virgílio Bento, Rui Jacinto, Alexandra Isidro (coord.)	2012

Fonte: Relatórios de Atividades do CEI - 2001 a 2012. Adaptado.


ANEXO VIII – COOPERAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

AIBT da Serra da Estrela
ARA – Associação Desenvolvimento Estudo e Defesa do Património da Beira Interior
Arquivo Distrital da Guarda
Asociación para el Desarrollo de la Comarca de Ciudad Rodrigo
Associação Agostinho da Silva
Associação de Artesãos da Serra da Estrela
Associação Nacional de Farmácias
Associação para a Promoção da Guarda
Associação Pró-Raia
Ayuntamiento de Béjar
Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo
Ayuntamiento de Huerta (Salamanca)
Ayuntamiento de Navas Frías
Ayuntamiento de Trabanca
Ayuntamiento de Morille
Ayuntamiento de Monleras
Ayuntamiento de Juzbado
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Biblioteca da Universidade de Salamanca
Câmara dos Solicitadores - Delegação do Círculo Judicial da Guarda
Câmara Municipal de Almeida
Câmara Municipal de Belmonte
Câmara Municipal de Castelo Branco
Câmara Municipal de Celorico da Beira
Câmara Municipal da Covilhã
Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Câmara Municipal de Manteigas
Câmara Municipal de Pinhel
Câmara Municipal do Sabugal
Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva
Centro de Educación Vial de Salamanca
Centro de Estudios Mirobriguenses
Centro de Formação de Solicitadores da Guarda
Centro de Interpretação da Serra da Estrela
Colegio de Abogados de Salamanca
Colegio Oficial de Médicos de Salamanca
Comissão Distrital de Segurança Rodoviária da Guarda
Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados
Delegação Regional da Cultura do Centro
Direcção Geral de Arquivos / Torre do Tombo
Dirección General de Archivos Estatales
Escola Superior de Saúde da Guarda
Feria de Teatro de Ciudad Rodrigo
Fundação do Novo Cinema Latino-Americano
Fundación Ciudad Rodrigo 2006
Fundación “Las Edades del Hombre”
Fundación Duques de Soria
Fundación Germán Sánchez Ruiz Pérez
Governo Civil da Guarda
Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial da Guarda
Ilustre Colegio de Procuradores de Salamanca
Instituto Arqueológico Alemão
International Permafrost Association
Junta de Freguesia de Escalhão
Junta de Freguesia de Fernão Joanes
Junta de Freguesia de Sortelha
Junta de Freguesia de Videmonte

Junta de Freguesia do Jarmelo
Junta de Freguesia dos Fóios
Museu da Guarda
Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa
Obra Social da Caja Duero
Ordem dos Enfermeiros
Ordem dos Engenheiros
Ordem dos Farmacêuticos
Ordem dos Médicos
Parque Arqueológico do Côa
Parque Natural da Serra da Estrela
Raia Histórica
Teatro Municipal da Guarda

ANEXO IX – PRESENÇA DO CEI NA INTERNET

(www.cei.pt)

**cei**
Centro de Estudos Ibéricos

Google Pesquisa Personalizada

HomeO CEIFormaçãoInvestigaçãoEduardo LourençoPublicaçõesMedia

O Direito em tempos de crise

Ciclo de Conferências



14 MAR
Insolências e recuperação de empresas

31 MAI
Reforma de leis laborais e cessação do contrato de trabalho

12 SET
Reforma do mapa judiciário

17 OUT
O Direito e a crise financeira

DESTAQUES

II Jornada Técnica de Turismo de Fronteira




A realizar na Guarda, no dia 12 e 13 de Setembro, no Auditório do Paço da Cultura. Esta II Jornada visa a análise da oferta e demanda turística dos municípios raianos de Portugal e Espanha.

A entrada é livre mas sujeita a inscrição prévia e limitada a 100 pessoas.

A realizar na Guarda, no dia 12 e 13 de Setembro, no Auditório do Paço da Cultura. Esta II Jornada visa a análise da oferta e demanda turística dos municípios raianos de Portugal e Espanha.

A entrada é livre mas sujeita a inscrição prévia e limitada a 100 pessoas.

Exposição "Transversalidades – Fotografia sem Fronteiras 2013"



Está patente até 31 de Agosto, na Sala Tempo e Poesia da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (Guarda), a exposição "Transversalidades – Fotografia sem Fronteiras 2013". Esta exposição destaca as 28 fotografias selecionadas e uma mostra das mais de 1000 imagens submetidas à 2ª edição deste concurso, documentando a diversidade de Territórios, Sociedades e Culturas Ibéricas.

Saúde sem Fronteiras 2013



No âmbito do Ciclo Saúde sem Fronteiras, o CEI vai realizar uma conferência subordinada ao tema "Sono de qualidade – boa noite, melhor dia", no dia 3 de Outubro, pelas 9h30, na Sala Tempo e Poesia da BMEL. [Inscrições online aqui.](#)

Ciclo de Conferências "O Direito em tempos de crise"



Terá lugar no dia 12 de setembro a Conferência "Reforma do Processo Civil", integrada no Ciclo "O Direito em tempos de crise". Inscrições online [aqui.](#)

NOTÍCIAS

Simpósio Internacional

Simpósio Internacional "Sociedade, Cultura e Economia nas Regiões Serras da Hispânia Romana", a realizar a 26, 27 e 28 de Setembro de 2013.

Homenagem ao Prof. Jaime Couto Ferreira

Teve lugar no dia 3 de Julho uma Conferência de Homenagem ao Prof. Jaime Couto Ferreira, membro da

Simpósio Internacional "Sociedade, Cultura e Economia nas Regiões Serras da Hispânia Romana", a realizar a 26, 27 e 28 de Setembro de 2013.

Homenagem ao Prof. Jaime Couto Ferreira

Teve lugar no dia 3 de Julho uma Conferência de Homenagem ao Prof. Jaime Couto Ferreira, membro da Comissão Executiva do CEI entre 2001 e 2011. A sessão contou com intervenções de António José Dias de Almeida, Antonieta Garcia, Valentín Cabero, António Avelãs Nunes, Joaquim Romero Magalhães e do homenageado. Veja [aqui](#) algumas fotos da sessão.

Curso de Verão 2013


"Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança" foi o tema do 13º Curso de Verão do Centro de Estudos Ibéricos, que teve lugar entre 3 e 6 de Julho. Com a Raia Central de Portugal e Espanha em pano de fundo, o Curso abordou os significados económicos, sociais e políticos que os espaços fronteiriços assumem no contexto europeu, enquanto se revistaram êxitos e fracassos de duas décadas de cooperação transfronteiriça. O debate destes temas foi complementado com dois dias de trabalho de campo onde os participantes foram convidados a "andar, ver e conhecer". Veja [aqui](#) as fotos desta iniciativa.

Conferência "Portugal e o seu destino"

O CEI levou a efeito, nos dias 6 e 7 de Junho, a O CEI, a Conferência "Portugal e o seu destino", uma iniciativa de debate e reflexão em torno da obra de Eduardo Lourenço e da sua visão de Portugal, da Ibéria e da Europa, que congregou na Guarda pensadores e investigadores de diferentes áreas.

DIVULGAÇÃO

Agenda 2013



3 julho a 31 agosto
[Exposição "Transversalidades"](#)

12 setembro
[Conferência "Reforma do mapa judiciário" \(Ciclo "O Direito em tempos de Crise"\)](#)

3 outubro
[Conferência "Sono de qualidade – boa noite, melhor dia" \(Ciclo "Saúde sem Fronteiras 2013"\)](#)


Fotografia sem Fronteiras




Premiados 2012

facebook

Biblioteca online





Fonte: www.cei.pt (acedido em 12/08/2013)

ANEXO X – PRESENÇA DO CEI NAS REDES SOCIAIS

(<https://www.facebook.com/centrodeestudosibericos?ref=hl>)



Fonte: <https://www.facebook.com/centrodeestudosibericos?ref=hl> (acedido em 12/08/2013)

